



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LIVIA SALVIONI CAPALBO

**A QUESTÃO DA POBREZA E A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA:
ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PSICOLOGIA EM IEES
DO ESTADO DO PARANÁ**

Londrina
2023

LIVIA SALVIONI CAPALBO

**A QUESTÃO DA POBREZA E A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA:
ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PSICOLOGIA EM IEES
DO ESTADO DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 2.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Bianchi Silva

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

C236a Capalbo, Livia Salvioni.

A questão da pobreza e a formação em psicologia : análise dos currículos dos cursos de psicologia em IEES do estado do Parana / Livia Salvioni Capalbo. - Londrina, 2023.
163 f. : il.

Orientador: Rafael Bianchi Silva.

Dissertação (Mestrado Profissional em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Formação do Psicólogo - Tese. 2. Currículo - Tese. 3. Psicologia Social - Tese. 4. Pobreza - Tese. I. Silva, Rafael Bianchi. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9

LIVIA SALVIONI CAPALBO

**A QUESTÃO DA POBREZA E A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA:
ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PSICOLOGIA EM IEES
DO ESTADO DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 2.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rafael Bianchi Silva
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Adriana Regina de Jesus
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Marilda Gonçalves Dias Facci
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Londrina, 05 de julho de 2023.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da UEL, pela oportunidade de ampliar meu conhecimento e experiência com a pesquisa científica e com a área acadêmica.

Ao professor Dr. Rafael Bianchi Silva, pelo trabalho de orientação dedicado, pelo conhecimento compartilhado e pela parceria na construção deste trabalho.

Às professoras Dras. Marilda Gonçalves Dias Facci e Adriana Regina de Jesus, por aceitarem compor a banca de qualificação e defesa dessa dissertação, que indicaram caminhos importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

À minha família, pelo apoio, cuidado e compreensão durante todo o período do mestrado.

Aos meus amigos e amigas que participaram da construção desse trabalho com ricas discussões e troca de experiências.

À Deus, por sempre me amparar e me permitir alcançar essa conquista.

Capalbo, L. S. (2023). *A questão da pobreza e a formação em psicologia: uma análise dos currículos dos cursos de Psicologia em IEES do Estado do Paraná*. 163 páginas. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RESUMO

A inserção dos psicólogos nas políticas públicas representa uma expansão do campo de atuação profissional. Trata-se de uma mudança de perfil da profissão, contexto de atuação e do público atendido que ultrapassa as abordagens tradicionais predominantemente clínicas e individualizantes que hegemonicamente balizam a formação. Este trabalho teve como objetivo analisar a estrutura e proposições de tal formação a partir do currículo de cursos de graduação em Psicologia de Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná que ofertam o curso de Psicologia. Como ponto de partida, é apresentado um resgate teórico propondo a articulação entre os temas pobreza, políticas públicas e Psicologia a partir do conceito de “questão social” e, na sequência, histórico da formação do psicólogo no Brasil. Através da abordagem qualitativa, foi realizada uma pesquisa documental. Elegemos como fonte de dados da pesquisa os Projetos Pedagógicos de Curso e Programas de disciplinas, considerando a possibilidade de investigar elementos e características institucionais, permitindo uma aproximação em relação aos cursos de graduação em análise. Esta escolha se justifica pelo compromisso social das instituições públicas com as demandas sociais locais e pelo fato de serem referência no que tange aos processos de formação. A análise dos dados da pesquisa foi realizada a partir categoria “contradição”, conforme proposta realizada por Jamil Cury. Realizar uma análise a partir de tal categoria dialética, aponta para a possibilidade de mudança do que se encontra estabelecido, na medida em que abre espaço para a compreensão crítica da realidade. Para realizar tal análise, também consideramos concepções e as teorias críticas sobre currículo que tomam a escolarização como parte do sistema capitalista, entendida como mercadoria e não como um direito social a ser garantido de forma igualitária a toda sociedade. Na Psicologia, incluindo a formação inicial na graduação, o compromisso com o campo social representa uma forte contradição. De modo geral, os documentos analisados não demonstraram uma preocupação em realizar um debate que possa abranger a questão da pobreza. O compromisso com a “questão social” aparece de forma tímida e implícita. As possibilidades de interlocução com o tema da pobreza foram identificadas na análise dos programas das disciplinas, principalmente na bibliografia básica indicada. As políticas públicas ganharam espaço, sobretudo por meio da oferta de disciplinas, e foi na relação entre os temas que identificamos alguma possibilidade de compreensão pelos estudantes sobre os contextos de pobreza enquanto um campo de atuação profissional que requer uma postura crítica diante das questões sociais. Ainda que existam avanços no sentido de trazer para o campo da formação do psicólogo experiências e produções teóricas atuais, principalmente do campo das políticas públicas, a mudança do perfil da profissão não parece estar acompanhada da mudança nas propostas curriculares. Foi possível identificar a manutenção das duas faces (contraditórias) da educação, que está integrada ao projeto de dominação e exclusão social ao mesmo tempo em que se coloca enquanto resistência frente àquilo que se encontra estabelecido e enraizado, ainda que de forma incipiente.

Palavras-chave: Psicologia. Formação do psicólogo. Currículo. Políticas públicas. Pobreza.

Capalbo, L. S. (2023). *The issue of poverty and training in psychology: analysis of the curricula of psychology courses in state higher education institutions in the state of Paraná*. 163 pages. (Masters Dissertation in Psychology). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

ABSTRACT

The insertion of psychologists in public policies represents an expansion of the field of professional activity. This is a change in the profile of the profession, the context in which it operates and the public served, which goes beyond the traditional, predominantly clinical and individualizing approaches that hegemonically guide training. The objective of this work was to analyze the structure and propositions of such training based on the curriculum of undergraduate courses in Psychology at Higher Education Institutions in the State of Paraná that offer the Psychology course. As a starting point, a theoretical rescue is presented, proposing the articulation between the themes of poverty, public policies and Psychology from the concept of “social issue” and, in sequence, history of the formation of the psychologist in Brazil. Through a qualitative approach, documentary research was carried out. We chose as a source of research data the Courses Pedagogical Projects and the disciplines programs, considering the possibility of investigating institutional elements and characteristics, allowing an approximation in relation to the undergraduate courses under analysis. This choice is justified by the social commitment of public institutions with local social demands and by the fact that they are a reference in terms of training processes. The analysis of the research data was carried out from the “contradiction” category, as proposed by Jamil Cury. Carrying out an analysis based on such a dialectical category point to the possibility of changing what is established, as it opens up space for a critical understanding of reality. To carry out such an analysis, we also considered conceptions and critical theories about curriculum that take schooling as part of the capitalist system, understood as a commodity and not as a social right to be equally guaranteed to all of society. In Psychology, including initial undergraduate training, commitment to the social field represents a strong contradiction. In general, the analyzed documents did not demonstrate a concern to carry out a debate that could encompass poverty issues. The commitment to the “social question” appears timidly and implicitly. Possibilities of interlocution with the theme of poverty were identified in the analysis of the discipline programs, mainly in the indicated basic bibliography. Public policies gained space, mainly through the offer of disciplines, and it was in the relationship between the themes that we identified some possibility of understanding by students about the contexts of poverty as a professional field that requires a critical attitude towards social issues. Although there are advances in the sense of bringing experiences and current theoretical productions to the field of psychologist training, mainly in the field of public policies, the change in the profile of the profession does not seem to be accompanied by a change in curricular proposals. It was possible to identify the maintenance of the two (contradictory) faces of education, which is integrated into the project of domination and social exclusion at the same time that it stands as resistance against what is established and rooted, albeit in an incipient way.

Keywords: Psychology. Psychologist training. Curriculum. Public policies. Poverty.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados sobre número de habitantes e IDH no estado do Paraná.....	61
Tabela 2 – Dados do Censo (2021) quanto ao quadro de funcionários das universidades estaduais de C1, C2 e C3.....	63
Tabela 3 – Disciplinas selecionadas como fonte de dados da pesquisa.....	74
Tabela 4 – Ementa e objetivos das disciplinas selecionadas de C1.....	77
Tabela 5 – Ementa e objetivos das disciplinas selecionadas de C2.....	80
Tabela 6 – Ementa e objetivos das disciplinas selecionadas de C3.....	81
Tabela 7 – Descrição do conteúdo programático das disciplinas selecionadas de C1.....	85
Tabela 8 – Descrição do conteúdo programático das disciplinas de C2.....	86
Tabela 9 – Descrição do conteúdo programático das disciplinas selecionadas de C3.....	87
Tabela 10 – Bibliografias que se repetem nos programas das disciplinas.....	90
Tabela 11 – Bibliografias que indicam possível relação com a temática da pesquisa.....	91

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 O COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA: UM DEBATE SOBRE A POBREZA, POLÍTICAS PÚBLICAS E A PSICOLOGIA SOCIAL	14
2.1 POBREZA COMO MANIFESTAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”	18
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: CAMPO DE ATUAÇÃO.....	22
2.3 PSICOLOGIA SOCIAL: UMA PSICOLOGIA IMPLICADA COM A “QUESTÃO SOCIAL”?	29
3 A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL.....	36
3.1 O PERÍODO DO CURRÍCULO MÍNIMO	42
3.2 A FORMAÇÃO A PARTIR DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCN)	47
4 METODOLOGIA.....	52
5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	61
5.1 OS DADOS A PARTIR DA LEITURA DOS PPCS	64
5.2 OS DADOS A PARTIR DA LEITURA DOS PROGRAMAS DE DISCIPLINAS	74
6 ANÁLISE DOS DADOS.....	94
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	119
ANEXOS.....	126
ANEXO A.....	127
ANEXO B.....	136
ANEXO C.....	154

1 INTRODUÇÃO

A definição do objeto de pesquisa não é casual: ela expressa uma dada experiência pessoal e profissional (Bourguignon, 2006). Nesse sentido, a motivação para a realização do presente estudo surge da inserção profissional no campo das políticas públicas enquanto psicóloga, na ocasião recém-formada. Ao considerar que minha formação não valorizou a atuação em políticas públicas, surgiu o interesse em analisar o universo da graduação em Psicologia e sua proposição no contexto atual. Encontrei no mestrado a possibilidade de pesquisar essa realidade da formação dos psicólogos a partir da investigação de currículos de cursos de Psicologia de universidades públicas, em especial, em como tratam a possibilidade de atuação em contextos de vulnerabilidade social e pobreza.

De modo específico, a partir do trabalho desenvolvido, desde 2011, na Política de Assistência Social no município de Londrina, inicialmente em Centros de Referência de Assistência Social e (CRAS)¹ e, atualmente, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)² passei a questionar de que modo a formação profissional dos psicólogos prepara para atuação em contextos de pobreza.

Paralelamente ao pressuposto de que historicamente os cursos de Psicologia não tratam do tema que aqui me proponho a pesquisar, também é importante considerar o número crescente de psicólogos atuando em políticas públicas, carentes de discussões e espaços de formação sobre este campo. Sanches, Martins e Silva (2020) apontam para ampliação expressiva da atuação dos psicólogos nas políticas públicas a partir da estruturação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sendo a inserção gradativa neste campo anterior à

¹ O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social que oferta serviços da proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). (BRASIL, 2009)

² O CREAS é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. (BRASIL, 2011)

Assistência Social, vinculada à política de saúde e à defesa de direitos. Trata-se de uma mudança de perfil, contexto e do público atendido pelos psicólogos que precisam no cotidiano de suas práticas ultrapassar as abordagens tradicionais predominantemente clínicas e individualizantes que hegemonicamente balizam a formação.

Quando falamos em atuação profissional em políticas públicas como saúde, educação e assistência social, apontamos também sobre atuação profissional em contextos de pobreza e desigualdade social. Principalmente na política de Assistência Social, a pobreza se trata da principal condição do público-alvo a ser atendido. A Política Nacional de Assistência Social (2004) estabelece que a população que se encontra em situação de exclusão social pela pobreza compõe o grupo dos usuários prioritário desta política pública. Além disso, define a ação de proteção social destinada à população em situação de pobreza e estabelece programas e projetos para seu enfrentamento.

A literatura sobre a pobreza é farta e os estudos sobre suas condições contemporâneas demonstram a importância dada ao tema atualmente. Codes (2008) afirma que “em suas manifestações subjetivas, o fenômeno provoca nas pessoas sentimento de impotência diante de seus destinos, de falta de esperança, de vulnerabilidade, de insegurança e de falta de poder político” (p.24).

Ferreira e Facci (2020) pontuam que a Psicologia pouco tem abordado a questão da pobreza. As autoras apresentam reflexões sobre a história da atuação da Psicologia em contextos de pobreza, especialmente no Brasil, “...a partir de um entendimento advindo do materialismo histórico-dialético, ou seja, uma compreensão da pobreza como resultado histórico do desenvolvimento da sociedade capitalista que propõe que além da observação dos índices, seja feita” (p.68).

Ao realizar uma análise a respeito das práticas psicológicas, Guzzo (2016) cita Martin Baró e a Psicologia da Libertação - que tem seu foco nas raízes das desigualdades - e afirma

que a psicologia tradicional, com predominância do atendimento individual, não tem sido suficiente para mudança das condições objetivas que se apresentam. Desse modo, "... a psicologia precisa deixar de ser uma ferramenta ideológica a serviço da sociedade que exclui, oprime e necessita da pobreza para continuar existindo". (p.161)

A partir da ampliação do cenário atual de atuação, torna-se necessário o desenvolvimento de novas possibilidades de trabalho para o psicólogo. Romagnoli (2007) pontua que essa diversidade de possibilidades não é suficiente para superar o desejo pela reprodução de práticas tradicionais. "Esses aprisionamentos se manifestam na busca de uma identidade profissional fixa, na afirmação do que já existe ...". (p.101)

De modo geral, a tradicional formação em Psicologia se dá a partir da setorização em campos de atuação e com pouco conhecimento do social. Assim, mesmo diante de novos espaços de atuação e da necessidade de ofertar novas práticas, há uma predominância desse modelo instituído e consolidado (Romagnoli, 2012). Rudá, Coutinho Almeida-Filho (ano, p.68) diagnosticam tratar-se de uma formação fechada em si mesma, realizada por e para camadas ricas da sociedade, que dificulta a tomada de consciência social e a proposição de providências relacionadas aos fatos e dificuldades reais do nosso povo.

Tomando o universo da formação inicial em Psicologia, Seixas, Coelho-Lima, Silva e Yamamoto (2013) apresentam a estratégia de utilizar como fonte de dados os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Mencionam a carência de trabalhos que utilizem esse material como foco de análise e apontam como dificuldade a falta de estratégias e técnicas de análise. Nessa pesquisa também analisamos PPCs com o objetivo de investigar de que forma são incluídas as temáticas da pobreza, políticas públicas e Psicologia Social, considerada neste trabalho como campo possível para atuação em contextos de pobreza e eixo articulador entre os temas em análise.

Ao investigarem as produções acadêmico-científicas sobre a graduação em Psicologia, Costa et al. (2012) afirmam que são escassas as análises acerca dos processos de formação, tema raramente adotado como objeto de investigação o que os leva a concluir que “...a formação do psicólogo no Brasil tem sido uma questão tangencial nas investigações científicas. Além disso, identificaram que, em grande parte das produções as áreas de atuação a que o conteúdo se remete corresponde às consideradas tradicionais, “...o que reafirma a persistência de se pensar a graduação para atender aos três grandes campos de atuação psicológica: clínica/saúde, educação e trabalho” (p.134)

Concluem que a predominância de produções individuais e de caráter teórico demonstram que os estudos sobre a formação do psicólogo configuram um campo de pesquisa disperso, “...defende-se a necessidade de maior interlocução entre os pesquisadores do campo e que mais estudos empíricos sobre a formação do psicólogo sejam empreendidos e publicados” (Costa et al., 2012, p.136)

Entendemos que, diante da inserção ainda recente do psicólogo nas políticas públicas e de uma formação marcada por um passado colonial, que historicamente não considera como temas relevantes a desigualdade social e a pobreza (Bock & Gonçalves, 2020) se faz necessária a análise e reflexão sobre estas propostas pedagógicas.

A partir do exposto até o momento, apresento a questão desta pesquisa: quando pensamos na atuação em políticas públicas e considerando as especificidades territoriais dos campos de formação, de que forma os currículos dos cursos de Psicologia das Instituições de Estaduais de Ensino Superior do Paraná demonstram o seu compromisso com questões sociais como a pobreza?

O objetivo geral desta pesquisa foi estudar Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e Programas de disciplinas de cursos de Psicologia, a fim de identificar como estes percebem a psicologia em contextos de pobreza e suas implicações no contexto da formação profissional

do psicólogo. Com relação aos objetivos específicos, foram elencados considerando o percurso que seria realizado neste estudo:

1. Apresentar a Psicologia social como possibilidade para a atuação do psicólogo em contextos de pobreza e políticas públicas.
2. Resgatar a história da formação do psicólogo no Brasil;
3. Analisar a forma como a temática da pobreza está inserida em cursos de graduação em Psicologia de universidades estaduais do Paraná.

A proposta de realizar a pesquisa utilizando os PPCs enquanto fonte de dados se justifica pela relevância e necessidade da discussão sobre a formação cristalizada do psicólogo. Conforme afirmam Lemos et al. (2015), os estudos documentais são dispositivos de intervenção na prática profissional. Assim, a problematização de documentos é ferramenta para desnaturalizar saberes e modos de pensar. Também compõem o universo dos dados da pesquisa os programas (também chamados de planos de ensino) de algumas disciplinas dos cursos eleitos para a investigação.

A revisão da literatura sobre as temáticas da pesquisa foi dividida em duas seções. Inicialmente, é apresentado um resgate teórico propondo a articulação entre os temas pobreza, políticas públicas e Psicologia a partir do conceito de “questão social”. De forma específica, a ênfase será na Psicologia Social como possível articuladora das questões sociais e a atuação dos psicólogos nas políticas públicas. No segundo momento, é explorada a história da formação em Psicologia no Brasil, desde a regulamentação da profissão, período do Currículo Mínimo até as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), com foco nos elementos da história que indicam a preocupação da Psicologia com a pobreza enquanto uma das formas da questão social.

O percurso metodológico da pesquisa foi descrito em seção específica. De forma sintética, se trata de uma pesquisa qualitativa e documental, que tem como objeto de

investigação currículos de cursos de graduação em Psicologia. Na sequência, foram apresentados os dados da pesquisa a partir da leitura dos documentos coletados. Os dados dos PPCs estão descritos em categorias, conforme propõem Seixas et al. (2013). Quanto aos programas das disciplinas, foram apresentados quadros organizados a partir dos itens que compõem o documento, indicando os elementos e as temáticas que se relacionam com a pesquisa.

Para a etapa de análise dos dados, adotei como referencial a categoria “contradição”, proposta por Cury (1979), o qual considera como um conceito fundamental na compreensão e na lógica do pensamento crítico: “A contradição como realidade e expressão da realidade é capaz de indicar à educação não apenas seu momento de integração no projeto de dominação, exercido pela ação e política existentes, mas também no seu momento possível de negação e resistência” (Cury, 1979, p.121). A partir da compreensão da Educação enquanto política pública que é parte do sistema capitalista, contraditório por natureza, e tendo como referência também a noção de justiça curricular (Santomé, 2013), busquei encontrar os pontos de contradição nos documentos analisados.

Seguimos a partir do caminho aqui indicado, reconhecendo que estar inserido em contextos de pobreza, enquanto psicóloga, envolve desafios e perspectivas inerentes a esse campo de atuação. Tais desafios se fazem presentes desde a formação profissional, que foi nosso objeto de investigação.

2 O COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA: UM DEBATE SOBRE A POBREZA, POLÍTICAS PÚBLICAS E A PSICOLOGIA SOCIAL

Esta seção tem por finalidade tratar sobre a pobreza e resgatar a forma como a Psicologia passou a ocupar-se deste tema. Para tanto, se faz necessário explicar o que entendemos por pobreza, considerando que as discussões sobre a assunto são marcadas por diferentes enfoques, não existindo consenso quanto a sua definição.

Codes (2008), por exemplo, ao apresentar a trajetória do pensamento científico do conceito, indica que a pobreza passa a ser objeto de estudo a partir da Revolução Industrial com objetivo de medir sua dimensão e compreender suas causas. Ao longo do tempo, a questão deixa de estar relacionada apenas a noção de subsistência e passa a incorporar dimensões mais abrangentes.

Moura, Ximenes e Sarriera (2014) situam a compreensão sobre a pobreza no contexto do surgimento do capitalismo, do liberalismo e do neoliberalismo, afirmando que o estar pobre envolve condições sociais, ideológicas e estruturais

Concebemos que essas compreensões têm sua origem no fim da Idade Média quando houve muitos conflitos sociais, pestes e aumento do número populacional de pobres, tornando práticas de caridade e filantropia ineficientes. Então, passa-se a perceber os pobres como ruins, violentos, perigosos e responsáveis pela gravidade da situação social. (Moura, Ximenes & Sarriera, 2014, p.86)

Apesar da mudança de sua concepção, a partir dos estudos multidimensionais (que passaram a integrar outros elementos, ampliando a compreensão para além da insuficiência de renda), a pobreza continua sendo explicada como fenômeno natural no sistema social vigente. Determinada por questões de cunho individual e relacionada às capacidades e habilidades pessoais, a nova concepção coloca os pobres como culpados por sua condição, pois não conseguem se adequar às novas necessidades sociais e de mercado. Segundo Dantas e

Oliveira (2015, p.1985), “o problema é que tais concepções, embora travestidas de novidade ou de alternativas para uma compreensão analítica mais ampla da pobreza, acabam por servir a uma lógica extremamente restritiva e residual de trato à pobreza. Ou seja, o problema está no trato da pobreza isolada das formas de estruturação da sociedade.

Sprandell (2004), em um resgate histórico das concepções acerca da pobreza, indica uma mudança de ponto de vista da sociedade sobre os pobres após a reforma protestante, “...associando o pobre ao desemprego, vagabundagem, preguiça e crime”. (p.14). Além disso, em pesquisa realizada em textos acadêmicos publicados a partir da década de 1960, a autora identificou a construção de percepções negativas sobre os pobres, aos quais é atribuída a culpa pela estagnação econômica e política do país. Nessa perspectiva, os pobres são considerados como a causa para o Brasil ser um país subdesenvolvido. Assim, segundo Moura e Ximenes (2016, p.76), “a pessoa em situação de pobreza é constantemente vítima de um processo de discriminação, estando inserida em um processo reconhecimento depreciativo histórico”.

Problematizando no contexto brasileiro, Moura, Ximenes e Sarriera (2014) resgatam o caráter histórico da pobreza a partir do período colonial. Como resultado desse processo, sua compreensão inclui a ideia de criminalização do pobre e de responsabilização pela sua condição. Os autores defendem que ela tem implicações no psiquismo dos indivíduos que vivem esta condição argumentando que o fator econômico e a configuração social influenciam na forma como as pessoas se relacionam.

Nesse sentido, devemos pensar o Brasil como resultado de um processo de colonização e exploração, mistura de povos e raças, que lida com a pobreza desde suas origens, “...país agrário, de matriz conservadora, escravagista, religioso, defensor da hierarquia entre os homens e superioridade da raça branca” (Vilela, 2012, p.34).

A pobreza no Brasil deriva de um quadro de extrema desigualdade e concentração de renda em uma parcela da população, enquanto uma outra parcela sempre esteve à margem da

sociedade. Essa ideia é reforçada por Menezes e Silveira (2016) ao debaterem sobre aspectos da pobreza em diálogo com povos indígenas Guarani. Afirmam que os sentidos construídos a partir das relações estabelecidas entre europeus e indígenas remetem às origens da desigualdade social no Brasil. Segundo os autores, todas as formas tradicionais dos povos colonizados foram desprezadas pelos colonizadores. A cultura da extração de riquezas foi essencial para o acirramento das desigualdades sociais, diante do projeto do homem de tornar-se rico, enquanto a ideia do ser pobre é relacionada ao analfabetismo, preguiça, fracasso e sofrimento. (Menezes & Silveira, 2016)

A população negra africana no Brasil também sofreu com a desqualificação da sua cultura e história, diante da valorização da cultura vinda dos brancos europeus. O afastamento e destruição da consciência histórica eram estratégias utilizadas pela escravidão e colonização. Segundo Espinha (2017, p.66), “a população africana escravizada, além de ser tratada como mercadoria, não trabalhava pela sua terra, pelo contrário, trabalhava para enriquecer a terra daquele que o escravizava”. Trata-se de uma população que, mesmo após o fim da escravidão, continuou excluída de bens e políticas de proteção e integração. A partir da desigualdade de condições vivenciadas, tal exclusão impediu a esta população a ascensão social e econômica mantendo em condições marginais.

Goes, Ximenes e Moura Jr. (2015) citam o colonialismo e a exploração como responsáveis pela dominação e opressão que marcam a América Latina sendo mantidos pelas estruturas políticas. A partir de uma visão dialética, afirmam que a pobreza também se configura enquanto opressão simbólica, sendo que seu enfrentamento pressupõe a destruição de barreiras ideológicas simbólicas e concretas vigentes. Em países como o Brasil, a materialização da dialética dominação-opressão se dá através das relações entre as classes sociais na qual um grupo dominante explora e oprime outro em detrimento de sua condição.

Enquanto consequência de uma política econômica, a pobreza é difícil de ser combatida pois seu enfrentamento pressupõe socialização da riqueza produzida coletivamente. A partir desse entendimento, ela não será erradicada com o desenvolvimento e ampliação do modo de produção capitalista visto que esta lógica é causadora do fenômeno que, em contrapartida, torna-se parte essencial para o funcionamento do sistema (Guzzo, 2016).

Compreendemos, então, que a pobreza é historicamente determinada e possui implicações de ordem política, cultural, econômica e subjetiva. A formação econômica brasileira acompanhou o avanço da acumulação capitalista e da crescente heterogeneidade social. Apesar dos avanços dos estudos sobre a pobreza, o sentido economicista atribuído ao fenômeno ainda é hegemônico. Não há uma concepção sobre a pobreza que expresse a sua complexidade e amplitude. Assim, demarcamos, conforma pontuado por Almeida (2009, p.4) que “[...] a concepção de pobreza possui uma determinação sócio-histórica pertinente a uma dada conjuntura (tempo) e realidade social (espaço)”.

A seguir, discutiremos sobre a pobreza enquanto uma das manifestações da “questão social”, articulando o fenômeno às condições histórico-social do desenvolvimento da sociedade capitalista. Isso possibilitará entender de que modo as políticas públicas e políticas sociais surgem como resposta do Estado às demandas sociais produzidas pelo próprio sistema capitalista.

2.1 POBREZA COMO MANIFESTAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”

Yamamoto e Oliveira (2010) defendem que o debate em torno da pobreza, precisa estar articulado com a noção de “questão social”. Enquanto conceito, definem que a “questão social” pode ser definida como o conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista; em suma, a manifestação no cotidiano da vida social da contradição capital-trabalho” (p.10).

Ela é, portanto, parte constitutiva do desenvolvimento capitalista sendo que, em determinado momento histórico, passa a ser tratada como questão política. Segundo os autores, “transforma-se em objeto de intervenção sistemática por parte do Estado, mas de forma fragmentária e precarizada: política social transmuta-se políticas sociais, correspondendo às diferentes expressões da questão social – e assim enfrentadas” (Yamamoto & Oliveira, 2010, p.10)

Relacionada com a dinâmica e efeitos do capitalismo, sendo parte constitutiva desse sistema, Netto (2001, p.42) aborda a “questão social” como expressão que surge para dar conta do fenômeno da pobreza “...que crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”.

Na mesma linha, Montaño (2012) escreve sobre três concepções da “questão social”, tratando a pobreza enquanto uma de suas manifestações. As concepções apresentadas pelo autor acompanham os períodos do capitalismo concorrencial, do capitalismo monopolista do Estado de bem-estar social e do pensamento neoliberal. Quando começou a ser utilizada, a expressão estava dissociada da questão econômica e, para o pensamento conservador, era responsabilidade dos setores que sofriam seus efeitos. As causas da pobreza e miséria eram atribuídas ao indivíduo que delas padece: “Surgem com isso as bases para o desenvolvimento

de concepções como a da ‘cultura da pobreza’, onde a pobreza e as condições de vida do pobre são tidas como produto e responsabilidade dos limites culturais de cada indivíduo” (p.272). As questões sociais passaram a ser tratadas de forma segmentada, filantrópica, moralizada e comportamental, culminando no surgimento das organizações de caridade e filantropia.

Com a expansão do capitalismo, surge uma nova concepção da “questão social”, que passou a ser internalizada na ordem social: “Não mais como um problema oriundo do indivíduo, mas como consequência do ainda insuficiente desenvolvimento social e econômico” (Montaño, 2012, p.275). A partir da percepção do déficit de demanda do mercado, surgem as políticas sociais como estratégia do Estado para absorver a sobreoferta de força de trabalho. Essa nova concepção apresenta como características trazer a “questão social” como produto do sistema capitalista, conservar o tratamento segmentado de suas manifestações, além de considerar a pobreza como um problema de distribuição.

Por último, Montaño (2012) expõe sobre a pobreza do pensamento colonial, a partir da qual, volta-se a considerá-la como um problema individual, quando surge o terceiro setor. Novamente, a filantropia e o voluntariado ganham força, compartilhando com o Estado a responsabilidade pela intervenção social. Sobre a estratégia neoliberal de enfrentamento da pobreza:

A estratégia neoliberal orienta-se numa tripla ação. Por um lado, a ação estatal, as políticas sociais do Estado, orientadas para a população mais pobre (cidadão usuário); ações focalizadas, precarizadas, regionalizadas e passíveis de clientelismo. Por outro lado, a ação mercantil, desenvolvida pela empresa capitalista, dirigida à população consumidora, com capacidade de compra (cidadão cliente), tornando os serviços sociais mercadorias lucrativas. Finalmente, a ação do chamado “terceiro setor”, ou da

chamada sociedade civil (organizada ou não), orientada para a população não atendida nos casos anteriores, desenvolvendo uma intervenção filantrópica. (p.277)

Outro termo importante de ser explorado para a compreensão do fenômeno é o conceito de exclusão social, que tem sido associado à pobreza a partir da compreensão desta enquanto fenômeno multidimensional. A partir dele, consideram-se elementos para além da ausência de renda para descrever o fenômeno, inclui também fatores como o precário acesso aos serviços públicos e a ausência de poder.

Nesta direção, o novo conceito de pobreza se associa ao de exclusão, vinculando-se às desigualdades existentes e especialmente à privação de *poder de ação e representação* e, nesse sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia. (Wanderley, 2014, p.23, grifo da autora)

Realizando um debate histórico, Veras (2014) afirma que processos sociais excludentes também estão presentes na história de nosso país desde os tempos coloniais. Sawaia (2014, p.8), ao abordar a exclusão social pela perspectiva ético-psicossociológica, analisa a questão enquanto processo complexo e sócio-histórico, “...vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações”. Assim, a dialética inclusão/exclusão cria subjetividades específicas que são determinadas pela legitimação social e individual.

Ferreira e Facci (2020, p.68) citam dados do IBGE de 2018 que indicam 26% da população brasileira vivendo situação de pobreza. Reafirmam que se trata do resultado do desenvolvimento do capitalismo, “... já que o modo de produção capitalista, com a intencionalidade de produzir riqueza, tem deixado um rastro de miséria e exclusão social do trabalhador em relação ao acesso dos bens produzidos pela humanidade”. Tal entendimento tem como base o materialismo histórico-dialético, a partir do olhar para a pobreza para além dos índices, que a compreende como resultado do processo histórico de organização da sociedade. As autoras também abordam que a atuação da Psicologia em contextos de pobreza

tem uma história recente, mas que, desde a década de 1970, embasam as reflexões sobre a atuação neste campo, com destaque para a Psicologia da Libertação, de Martin-Baró.

A partir de uma perspectiva crítica em relação ao modelo de Psicologia hegemônico no contexto brasileiro pautado no atendimento individualizado, Guzzo (2016, p.161) afirma que a psicologia tradicional, com predominância do atendimento individual, não tem sido suficiente para mudança das condições objetivas que se apresentam. Desse modo, “[...] a psicologia precisa deixar de ser uma ferramenta ideológica a serviço da sociedade que exclui, oprime e necessita da pobreza para continuar existindo”.

Ainda sobre essa questão, Mendes e Costa (2018) realizaram um estudo bibliográfico sobre como a temática da pobreza se faz presente nos estudos e na atuação profissional da Psicologia. Resgatam que a Psicologia, historicamente, ocupou um lugar de neutralidade frente às questões sociais, e que foi convocada a pensar o seu papel nesta realidade em meados dos anos 1960, na vigência dos regimes ditatoriais. Sobre delimitar em que momento a Psicologia passou a olhar para a pobreza como questão social, afirmam: “É impossível estabelecer um recorte, delimitando o início da abordagem da pobreza pela Psicologia. Até mesmo, porque, como vimos, a pobreza é constitutiva de nossa sociabilidade, e o campo psi, sobretudo na América Latina, querendo ou não, é atravessado por ela” (p.1121).

A Psicologia buscou um modo de contribuir com o entendimento e redução da pobreza, mas com foco nas dimensões individuais e problemáticas das características de personalidade. Guzzo (2016, p.155) aponta que os profissionais da psicologia não são preparados tecnicamente e não conseguem compreender e refletir com as pessoas sobre as condições históricas e sociais que geram pobreza, ou seja, “falta uma leitura de conjuntura política para o entendimento do que significa a pobreza em um mundo de tanta riqueza”.

Bock e Gonçalves (2020) tratam sobre avanços chamando de Psicologia do novo século o momento da ciência e profissão do século XXI. O ingresso nas políticas públicas foi

o principal avanço, colocando a Psicologia a serviço da maioria da população. Os espaços de formação e pesquisa, principalmente na Psicologia Social, preocuparam-se em garantir o acesso aos conhecimentos e serviços da Psicologia. Estes serão os temas explorados na sequência.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: CAMPO DE ATUAÇÃO

A inserção dos psicólogos nas políticas públicas representa de forma concreta a aproximação destes profissionais com o contexto de pobreza (Ximenes, Paula & Barros, 2009). Este tópico aborda sobre as políticas públicas enquanto campo de atuação profissional, que pode ser considerado novo se comparado aos espaços de atuação tradicionais da Psicologia.

Inicialmente, se faz necessário compreender o que chamamos de políticas públicas. Por meio das políticas públicas ocorre a atuação do Estado no campo social. Hofling (2001) as define como o Estado implantando um projeto de governo, ou seja, o Estado em ação. Santiago (2014, p.31) considera difícil a tarefa de definir políticas públicas, já que não há consenso na literatura sobre o tema, sendo “[...] definidas diversamente a partir da perspectiva que se assume”. Nesse sentido, por exemplo, em um modelo de Estado pautado por uma lógica neoliberal, as ações governamentais acontecem por meio de políticas compensatórias que não possuem o poder de alterar as estruturas da sociedade.

De acordo com Souza (2006), cabe ao Estado a definição de políticas públicas dentro da perspectiva da autonomia relativa, de forma que este tem um espaço de atuação permeável a influências externas e internas, envolvendo outros segmentos na formulação de políticas públicas, como os grupos de interesse e os movimentos sociais. Após apresentar diferentes definições sobre o tema, o autor sintetiza:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (Souza, 2006, p.26)

No Brasil, a partir das décadas de 1970 e 1980, período de redemocratização da sociedade, o Estado é convocado a criar formas de intervenção no social, e isso ocorre por meio das políticas públicas. Santiago (2014) explica que as políticas públicas possuem como referência legal a Constituição Federal de 1988, mas também são orientadas e reguladas por leis complementares e resoluções ministeriais (portarias e decretos).

Outro ponto sobre as políticas públicas que se faz importante abordar é a sua característica de política social. Políticas públicas e políticas sociais, embora sejam termos que se sobrepõem, tem significados distintos. Como vimos, políticas públicas são elaboradas pelas instâncias de governo com o objetivo de atender a sociedade como um todo. As políticas sociais podem ser compreendidas como um campo das políticas públicas, que tem como objetivo atender reduzir desigualdades sociais a partir do atendimento da população mais vulnerável. De acordo com Hofling (2001), as políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado visando a diminuição das desigualdades estruturais.

A implantação das políticas públicas e políticas sociais representou um novo campo de atuação para os psicólogos, além de permitir uma atuação voltada para a classe trabalhadora (Ferreira & Facci, 2020). Sobre a mudança do perfil da profissão, Yamamoto (2007, p.41) relaciona três fatores: o estreitamento da demanda pelo profissional autônomo,

consequência da crise econômica no país; abertura do campo de grandes conquistas no plano do bem-estar social e as discussões no plano teórico-metodológico que indicaram novas possibilidades para a Psicologia. Conclui:

O quadro resultante evidencia duas tendências: de uma parte, a manutenção da hegemonia da atividade clínica com relação às demandas, confirmando o perfil anteriormente mencionado; de outra, uma ampliação das oportunidades profissionais, propiciada pela abertura de novos espaços de inserção profissional. É nesse particular que se observa a presença do psicólogo nos campos do bem-estar social de cunho preventivo e compensatório.

As políticas sociais estão no centro do confronto de interesses de classes, "...na oposição entre os interesses da acumulação e necessidades dos cidadãos" (Yamamoto, 2007, p.43). São políticas setorializadas, reflexo da fragmentação com que é tratada a "questão social" (apresentada no tópico anterior). O autor reforça esta afirmação ao dizer que intervir no campo do bem-estar social remete à Psicologia para as sequelas da questão social, tratada de forma fragmentária e precarizada pelas políticas estatais.

Referindo-se às políticas sociais enquanto relações contraditórias determinadas pela luta de classes, Boschetti (2018) explica que se trata de conquistas civilizatórias, mas que não serão capazes de emancipar a humanidade do capitalismo. Elas alteram o padrão de desigualdade, mas seu objetivo não é superá-la. Sob um outro ponto de vista, Oliveira e Amorim (2012) escrevem sobre o amplo campo de trabalho das políticas sociais entendidas como estratégias do Estado para minimizar as sequelas da "questão social".

Diante de um movimento duplo - escassez do mercado de trabalho e ampliação de discussões sobre a importância social da Psicologia - o profissional psicólogo buscou trabalho na saúde pública, em especial, a partir da fundação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988. Antes disso, os psicólogos atuavam na área da saúde através dos hospitais psiquiátricos

e serviços ambulatoriais de saúde mental, tendo como modelo a atuação clínica praticada nos consultórios particulares. Ainda sobre a atuação no campo da saúde pública, a inclusão dos psicólogos ocorreu de duas formas: através das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). A prática nestes espaços de atuação demonstrou a necessidade de uma prática qualificada para tais contextos, para além da psicoterapia. (Yamamoto, 2003).

Mais recentemente do que a inserção na saúde pública, a Assistência Social também se organizou enquanto política pública através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tornando-se um campo aberto para a atuação dos psicólogos e representa um desafio maior do que o campo da saúde visto que a prática profissional na Assistência Social deve estar comprometida com a transformação social. Ainda assim, os psicólogos continuavam recorrendo à prática clínica como modelo de atuação, considerando sua tradição histórica.

O trato da pobreza, numa vertente transformadora das condições de vida, requer mais do que adaptações. Requer, primeiramente, uma ação política dos profissionais, tendo em vista a finalidade ideológica desta ação, se de caráter transformador e revolucionários; requer a apropriação de saberes de outros campos e um trabalho efetivamente em parceria com outras profissões; requer a invenção de novos conhecimentos. (Oliveira & Amorim, 2012, p.564)

Yamamoto e Oliveira (2010) reconhecem o amplo processo de consolidação da política de Assistência Social, mas indicam que o trabalho nesta política pública é marcado historicamente por uma desprofissionalização, “...caracterizada por uma prática eventual e assistemática e por ações inconsistentes” (p.19). Além disso, recomendam que a análise da atuação profissional nesse campo deve considerar que não há modelos de trabalho definidos nem consenso sobre os princípios ético-políticos. Nesse contexto é que estão inseridos os

psicólogos, como profissional essencial nas equipes do SUAS. Sobre a atuação na política de Assistência Social

...exige um conhecimento de aspectos que estão fora do escopo do que a Psicologia delimitou em seus campos de saber. A atuação com pessoas em situação de pobreza exige não a adequação de um conhecimento teórico-técnico, mas, sim, a criação de novos conhecimentos e uma mudança na postura que marca historicamente a atuação dos psicólogos. A noção de “sujeito psicológico” não cabe nos desafios do CRAS, nem tampouco a crença de que a Psicologia só intervém no sofrimento psíquico ou no ajustamento. (p. 21)

Em outro momento, Yamamoto (2003) já havia tratado sobre alguns limites para a intervenção do psicólogo nas políticas públicas: compromisso social, que historicamente não está associado com a profissão; hegemonia de um determinado modelo teórico de intervenção e as características da formação acadêmica. A partir de outras modalidades de leitura do real e de outras leituras do fenômeno psicológico, reforça sobre a urgência daqueles que estão envolvidos com a produção de conhecimento discutam e construam alternativas voltadas para às demandas das classes subalternas.

Gesser (2013), por sua vez, apresenta pressupostos teórico-metodológicos para a atuação em políticas públicas: atuação voltada para o rompimento dos padrões normativos e opressores da diversidade humana; atuação voltada para a dimensão subjetiva; atuação voltada para a potencialização do sujeito; atuação voltada para a promoção da participação social. Diante disso, “acredita-se que a promoção de uma atuação profissional nas políticas públicas que leve a potencialização do sujeito e à garantia dos direitos humanos exige o rompimento de padrões normativos, patologizadores e medicalizantes da diversidade humana” (p.74). As questões apresentadas pela autora demonstram a necessidade de uma

Psicologia comprometida com a noção de políticas públicas enquanto direito que deve abranger a dimensão ética, transcendendo a questão legalista.

Sobre a perspectiva do compromisso da Psicologia com o campo social, Miron e Guareschi (2017) consideram a articulação com as Políticas Públicas como campo problemático, pois ocorre em um contexto das políticas sociais de prescrições e mecanismos de controle dos indivíduos. No processo histórico, retomam o período de emergência de uma Psicologia a serviço do Estado, preocupada em atender os interesses de grupos hegemônicos. Nos anos 1970, começam a ser traçadas algumas linhas de fuga que aproximam os psicólogos de temas como políticas e direitos sociais, sendo que, nos últimos anos, observa-se uma mudança do perfil do psicólogo brasileiro com a maior participação junto aos movimentos de luta social e política e ações de afirmação de direitos (Macedo & Dimenstein, 2012).

Como já indicamos, políticas sociais como o SUS e o SUAS se tornaram importantes campos de trabalho para os psicólogos. Porém, o processo formativo não acompanhou essa abertura e não preparava os profissionais para esse espaço de atuação. Em artigo publicado há mais de uma década, Silva e Corgozinho (2011) já indicavam como problemas emergentes desse novo campo o fato de que os conteúdos dos documentos oficiais sobre o trabalho do psicólogo na Assistência Social não são suficientes para suprir as dúvidas dos profissionais, o que configurava uma carência de publicações e referências específicas.

Com o objetivo de fundamentar a dissertação e identificar publicações acerca da atuação em política pública, especificamente na política de Assistência Social, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (Scielo), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs). Foram utilizados como descritores para a pesquisa a combinação dos termos “Psicologia” e/ou “psicólogo” com os termos “Assistência Social”, “CRAS” e/ou “CREAS” no título dos documentos. O resultado indicou 60 artigos com data de publicação

entre 2009 e 2022, sendo que a maior parte (37 artigos) foram publicados nos últimos seis anos.

Como exemplo das publicações mais recentes, Cordeiro e Curado (2017) discutem a formação profissional em Psicologia a partir de uma sobre os conhecimentos, posturas éticas e experiências práticas que cursos de Psicologia ofertam no sentido de capacitar os futuros profissionais para atuar na política pública de Assistência Social. Outra publicação (Scott et al., 2019) trata sobre os desafios da atuação do psicólogo nos CRAS e faz menção ao modelo de formação em Psicologia no Brasil: “hegemonicamente clínico-individual, com pouco alcance social, dificultando a diversificação da prática profissional” (p.127).

Por sua vez, Silva, Almeida e Andrade (2021) relatam a experiência desenvolvida no âmbito de um projeto de extensão. A partir da identificação de significativa demanda por espaços de formação e trocas de experiência sobre a atuação na Assistência Social, foram desenvolvidas oficinas voltadas aos profissionais já inseridos nesta política pública tendo como tema central o “estudo de caso”. Por fim, Hüning e Oliveira (2022) também compartilham uma experiência de articulação entre a formação acadêmica de estudantes de Psicologia com a formação profissional de trabalhadores da política de Assistência Social, proposta realizada no âmbito de um componente curricular obrigatório de um curso de Psicologia que se ampliou para ação de extensão.

Sobre os documentos oficiais, orientações técnicas, cadernos de orientação e notas técnicas foram publicados. Também se destacam publicações significativas como os dois volumes das “Orientações Técnicas sobre o PAIF” (2012), as “Orientações Técnicas: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos” (2016), o “Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto” (2016); entre outros.

Antes de avançar para a análise dos lugares ocupados pela Psicologia Social em frente a essas questões, cito as palavras de Gesser (2013, p.75) que indica um desafio para a atuação da Psicologia nas políticas públicas:

Em síntese, como desafio para a Psicologia, no início do século 21, destaca-se a necessidade de se construir metodologias para a atuação no âmbito das políticas públicas que tenham como norte o conhecimento dos autores sociais, o questionamento dos dispositivos normalizantes, o acolhimento da diversidade de modos de ser, a potencialização dos sujeitos e a inclusão das diferentes coletividades no controle social dessas políticas. Acredita-se que, dessa forma, seja possível contribuir com a garantia dos direitos humanos para além da dimensão legal.

2.3 PSICOLOGIA SOCIAL: UMA PSICOLOGIA IMPLICADA COM A “QUESTÃO SOCIAL”?

Como estudo científico, a Psicologia Social se desenvolveu após a Primeira Guerra e atinge seu auge nos Estados Unidos a partir da Segunda Guerra Mundial. Surgiu sobre a matriz da Psicologia individual, que tem como objetivo promover o ajustamento do indivíduo à sociedade. Tratava-se de uma Psicologia Social que criava uma dicotomia entre indivíduo e sociedade, ao isolar o indivíduo na tentativa de explicar comportamentos por agentes internos. (Lane, 1981)

A institucionalização da Psicologia Social como disciplina aplicada ocorre a partir de uma metodologia de orientação experimental e descritiva e da representação comportamental da Psicologia. González Rey (2004) trata sobre a definição individualista como a base da Psicologia Social norte-americana, apoiada na visão do indivíduo como agente do comportamento, não como sujeito. Em tal perspectiva, segundo o autor, “[...] o social fica

reduzido ao estudo do comportamento nas relações, não existe um nível simbólico, nem tem qualquer outro nível de institucionalização que não seja comportamental” (p.33).

Como ciência, a Psicologia estava dominada pelo positivismo. Nesse sentido, a partir da década de 1930, destaca-se o estudo das atitudes com o objetivo de medir o comportamento dos indivíduos em espaços de diferentes relações sociais, caracterizando também o enfoque comportamental da Psicologia Social. No mesmo período, a migração de psicólogos e cientistas sociais europeus para os Estados Unidos influenciou profundamente o desenvolvimento deste campo da Psicologia no país, principalmente os psicólogos da Gestalt que, apesar de não praticarem a Psicologia Social na Europa, contribuíram ao confrontarem o behaviorismo predominante (Rey, 2003)

Farr (2000) chama de era moderna da Psicologia Social o momento pós Segunda Guerra Mundial, fato histórico que impulsionou o desenvolvimento deste campo. Segundo o autor:

A migração dos Psicólogos da Gestalt da Áustria e da Alemanha para a América foi a principal fonte de inspiração para a psicologia social cognitiva, uma característica extremamente peculiar da psicologia social da era moderna. Essa era uma forma de filosofia claramente distinta do positivismo que se tinha estabelecido na América na forma de behaviorismo durante o período entre as duas guerras. (p.26)

A Psicologia Social também se produziu dentro da Sociologia, fato que contribuiu para a dicotomia entre o individual e o social a partir da diferenciação entre as formas sociológica e psicológica da Psicologia Social. Farr (2000) defende a perspectiva de distanciamento entre essas duas formas (sociológica e psicológica) no período da era moderna da Psicologia Social. Sobre essa questão, Rey (2003, p.75) afirma que:

Embora essa divisão tenha uma base nesses dois rumos tomados pela psicologia social em um momento histórico concreto, hoje ela pode, a meu ver, inspirar um

sociologismo errado, agora que já temos a oportunidade de conciliar aqueles dois rumos dentro de um espaço de uma psicologia social que vai mais além da definição individualista e comportamental que inspirou o rótulo da psicologia social psicológica.

Ao tratar sobre a importação desta Psicologia Social estadunidense pelo Brasil, Bernardes (2013) considera esta ação como um posicionamento colonialista

Tal posicionamento colonialista, onde a importação desenfreada e acrítica de posturas teóricas estava muito presente, levou alguns psicólogos sociais latino-americanos, no final da década de 1970, a constatar o período que se chamou de “a crise da psicologia social” ou a “crise de referência”. (p.30)

No final da década de 1960, na medida em que a Psicologia Social foi se fortificando na Europa, surgem as primeiras críticas que ocasionaram a crise da Psicologia Social norte americana. Nos países da América Latina, eram reproduzidos os conhecimentos da Psicologia Social estadunidense e as críticas apontavam a incoerência entre a produção da chamada Psicologia Social e os problemas emergentes dos países latino-americanos. A partir disso, a Psicologia Social em sua matriz de Psicologia individual passa a ser alvo de questionamentos.

A crise da Psicologia Social é denunciada no Congresso de Psicologia Interamericana, realizado em 1976 em Miami, com a participação de psicólogos sociais de vários países da América Latina, os quais esboçam algumas críticas metodológicas e teóricas, porém sem contribuírem com qualquer proposta concreta para a superação dos impasses. No congresso seguinte, em 1979, ocorrido em Lima, Peru, a situação se apresentou outra – as críticas eram mais precisas e novas propostas surgiram, visando a redefinição da Psicologia Social. (Lane, 1981, p.79)

Fonseca (2013) discorre que a derrubada do paradigma epistemológico até então vigente, pautado em uma racionalidade científica que buscava a objetividade dos enunciados científicos, alimentou a crítica à Psicologia Social. Tal racionalidade se pretendia como um

regime de verdade, estabelecendo a uma confiança epistemológica. A derrubada de tal paradigma indica o declínio da hegemonia das leis e das causas. Também cita como resultado do movimento crítico a conjunção, a multiplicidade e a descentralização do sujeito e da razão: “Redes de saberes de propõem a interconexões, possibilitando uma infindável trama de possibilidades de conhecer” (p.43).

Como efeito desse movimento crítico, torna-se forte o discurso em torno da impossibilidade de neutralidade e uma Psicologia pautada pela interdisciplinaridade, reconhecendo as contribuições de outras áreas (como Sociologia, Antropologia, História e Biologia, para o conhecimento sobre o sujeito). Segundo Lima, Ciampa e Almeida (2009), estas disciplinas de diferentes campos são necessárias para que o Psicólogo Social possa compreender o ser humano em sua complexidade.

Sobre o período de repressão política e cultural na década de 1970 e o processo de pauperização da sociedade, Freitas (2016) aponta que, a partir de desse momento, observa-se que os profissionais da Psicologia começaram a atuar em setores desprivilegiados, através de práticas diferentes das tradicionais. “Os trabalhos passaram a advogar não só o caráter da deselitização da Psicologia como também um claro envolvimento e participação políticos, junto aos movimentos populares, como faziam também os profissionais das outras ciências sociais.” (p.59)

Já nos anos de 1980, diante dos debates sobre questões relativas à falta de definição e especificidade da nova prática, foi criada a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), fato importante no contexto da Psicologia Social no Brasil para a construção de uma Psicologia Social comprometida com a realidade concreta da população. Nessa perspectiva de valorização das demandas e realidades locais, foram criados grupos de trabalho regionais da associação em todo o país. (Freitas, 2016). Strey et al. (2012) indicam que essa

nova Psicologia Social recebe diferentes nomes como Psicologia Social Crítica, Psicologia Social Histórico-Crítica e Psicologia Sócio-histórica. Segundo os autores:

São qualificações que expressam a perspectiva crítica em relação à Psicologia Social hegemônica de até então e que apontam para uma concepção de ser humano como produto histórico-social e, ao mesmo tempo, como construtor da sociedade e capaz de transformar essa sociedade por ele construída. (p.14)

Comparando o contexto atual com o a época do surgimento da ABRAPSO, Bernardes (2013, p.31) considera a produção em Psicologia Social “contextualizada, histórica, preocupada com a cultura, valores mitos e rituais, brasileiros e latino-americanos em geral já não veem mais a necessidade de importação desenfreada de teorias e métodos científicos”, indicando um rompimento com a Psicologia Social norte-americana. Desse modo, essa proposição de Psicologia Social, “como objeto de estudos e pesquisas propõe a preocupação com aspectos de relevância e aplicabilidade ao contexto brasileiro e que possam responder às questões sociais específicas de sua população” (Strey et al, 2013, p.15).

Nesse mesmo contexto, as críticas ao conceito de doença mental e ao modelo hegemônico de intervenção psiquiátrica ganham força no Brasil, deslocando o foco da patologia para a saúde e enfatizando a importância de ações preventivas que alcance a população desatendida pelo Estado.

Foram, portanto, vários movimentos, várias críticas e vários acontecimentos que criaram o solo epistêmico, social e político para que a chamada “crise de referência” acontecesse, trazendo à tona a necessidade de refletir sobre o papel da Psicologia em um contexto marcado pela violência de Estado, pela miséria e pela desigualdade social. Quem somos? O que buscamos? Qual nossa contribuição social? Críticas duras eram feitas aos profissionais que serviam ao sistema nas fábricas e consultórios particulares. A quem estamos servindo? – era a pergunta chave. Começava a cair por

terra a visão de uma ciência neutra e uma prática descomprometida. (Cordeiro & Spink, 2012, p.1071)

Ao escrever sobre a postura crítica da Psicologia, Lacerda Junior (2013) retoma a mudança percebida no final do século passado e início do século XXI, indicando que hoje há um número maior de professores, pesquisadores e profissionais no campo crítico da Psicologia. Tal mudança, que acompanhou a inserção da psicologia brasileira nos espaços que trabalham com manifestações da “questão social” (como a pobreza), fortaleceu o compromisso social da Psicologia, que combate injustiças e desigualdades sociais, “...trata-se de um compromisso social do psicólogo que não é com as elites, mas com as massas populares.” (p.230)

Sobre as tendências contemporâneas, Ferreira (2010) trata da pluralidade e da multiplicidade de abordagens teóricas que tem caracterizado a Psicologia Social. Indica que o campo da Psicologia Social Crítica abarca posturas teóricas como o Socioconstrucionismo, a Psicologia Discursiva, a Psicologia Marxista, o pós-modernismo, entre outras. Apesar dessa multiplicidade, o binômio indivíduo-sociedade sempre foi e continua sendo o centro das preocupações dos psicólogos sociais.

Tais perspectivas guardam em comum o fato de adotarem uma postura crítica em relação as instituições, organizações, e práticas da sociedade atual, bem como do conhecimento até então produzido pela Psicologia Social a esse respeito. Nesse sentido, colocam-se contra a opressão e a exploração presentes na maioria das sociedades e tem como um dos seus principais objetivos a promoção da mudança social como forma de garantir o bem-estar do ser humano. (Ferreira, 2010, p.2)

No artigo citado, o autor apresenta uma pesquisa sobre a produção brasileira em Psicologia Social na qual foi realizada uma busca na base de dados Scielo, considerando todos os volumes disponíveis de seus periódicos nacionais, analisados como A1 e A2 no sistema

QUALIS até 2009. Foram selecionados 636 artigos, dos quais a maior parte (46%) identificava-se com os fundamentos da Psicologia Social Crítica. A preferência dos psicólogos brasileiros pela Psicologia Social crítica mostra-se acompanhada a tendência de adesão a tal perspectiva que vem sendo observada vários países da América Latina. Os principais temas em estudo são as práticas sociais (violência, inclusão e exclusão social), configuração de identidades e subjetividades, as práticas de pesquisa em Psicologia Social e os papéis de gênero.

Podemos observar uma ampliação temática nas produções. Quando surgiu, a Psicologia Social Crítica era demarcada por um compromisso epistemológico com a perspectiva marxista, que tem a desigualdade como fundamento. Hoje, esta não é mais a única matriz da vertente crítica. A leitura crítica da realidade segue acontecendo, mas a partir de uma multiplicidade de temas como, por exemplo, as questões de gênero e as questões raciais. Em outras palavras, uma leitura crítica da realidade a partir de temas específicos, fragmentando a questão social enquanto núcleo de análise.

A partir dos pontos aqui levantado, podemos nos perguntar se a Psicologia Social, em sua versão crítica, se apresenta enquanto campo da Psicologia que representa o compromisso com a questão social e, conseqüentemente, o enfrentamento às condições de desigualdade e pobreza. O espaço no qual essa questão será investigada é a formação em Psicologia, tema no qual nos debruçamos na próxima seção.

3 A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL

O objetivo dessa seção é apresentar um breve histórico da formação em Psicologia no Brasil, desde a regulamentação da profissão e o surgimento dos primeiros cursos, passando pelo período de vigência do Currículo Mínimo, até a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Mancebo (2008, p.57) afirma que a atuação psicológica no Brasil antecedeu a regulamentação da profissão, quando as práticas psicológicas e preocupações teóricas eram compartilhadas com outros campos disciplinares como a Medicina, a Pedagogia e a Filosofia. Porém, a formação universitária do psicólogo teve início somente após a regulamentação da profissão. Segundo a autora, “No Brasil, o início das atividades psicológicas aplicadas deu-se posteriormente ao assistido nos países desenvolvidos. Surgiram em período muito significativo em termos de mudanças ao nível econômico, social, político, desencadeadas pela revolução de 30”.

Pereira e Neto (2003) destacam especialmente a Medicina e a Educação como campos do conhecimento que contribuíram para a profissionalização no Brasil, caracterizando uma Psicologia voltada para a lógica experimental e acompanhando a filosofia positivista. No aspecto institucional, essa aproximação de seu primeiro com a Educação, quando ocorre a inclusão da disciplina de Psicologia nos currículos das chamadas Escolas Normais³ a partir da Reforma de Benjamim Constant (1890).

A incorporação da psicologia no currículo dos cursos de pedagogia e a criação dos laboratórios experimentais constituíram-se em vias trilhadas para a profissionalização do psicólogo no Brasil. Uma via - cabe lembrar - que colocava a psicologia submetida

³ A Escola Normal foi criada em 1879 e que determinou novos rumos para a educação superior no Império e o ensino primário e secundário no município da Corte. Com o objetivo de melhorar o padrão de ensino no Brasil, surgem as Escolas Normais para treinamento de professores primários, com formação em ciências e letras ou em arte. (Glaber, 2016)

à lógica de outra profissão. Neste sentido, a autonomia ainda não estava assegurada, caracterizando o processo de profissionalização. (Pereira & Neto, 2003, p.22)

Sobre a relação com a Medicina, os autores citam como influência a criação dos cursos de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro que, respectivamente, se interessavam pela aplicação da Psicologia nos problemas sociais (como na Higiene mental) e pela relação da Psicologia com a neuropsiquiatria e neurologia. Além disso, eram desenvolvidos estudos relacionados a psicologia experimental. Pode-se dizer que foi através da mensuração e classificação de comportamentos a Psicologia procurou alcançar a condição de disciplina autônoma. No entanto, “se por um lado, a medicina, através da psiquiatria, criou condições para o desenvolvimento da psicologia brasileira, por outro, ela buscou apropriar-se do universo psi. Com isso, sua estratégia passou a ser a de transformar a psicologia em especialidade médica.” (Pereira & Neto, 2003, p.22)

Com o objetivo de alocação dos sujeitos no mercado de trabalho a partir da avaliação de aptidões e habilidades, a Psicologia que chega ao nosso país iniciou totalmente voltada para a avaliação psicológica. Nesse sentido, Amendola (2014) escreve sobre uma conciliação dos interesses da Psicologia que se instalava com a necessidade de disciplinar as práticas psicológicas. De um lado, uma Psicologia que buscava atender as demandas sociais através de práticas avaliativas. De outro lado, a urgência de regulamentar a Psicologia como ciência e profissão no Brasil.

Houve tentativas anteriores a regulamentação da profissão (ocorrida em 1962) que merecem ser mencionadas. No período da República Velha (1889-1930), Wacław Radecki, a partir da utilização de conhecimentos e práticas próprios do psicólogo, realizou uma das primeiras tentativas. Radecki dirigiu o Laboratório Experimental de Psicologia, criado dentro

da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro no Rio de Janeiro⁴. Esse espaço tinha como objetivo auxiliar a instituição médica diante das necessidades clínicas e sociais e atuar na formação dos técnicos brasileiros. Para além da fundação do laboratório, também contribuiu para a profissionalização do psicólogo com suas publicações acadêmico-literárias, influenciando a divulgação e difusão da Psicologia no país.

... o Laboratório da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro foi importante, pois permitiu o desenvolvimento da ciência e prática psicológicas, mesmo que entendidas como pertencentes à medicina. Essa experiência foi, portanto, parte significativa do processo de profissionalização da psicologia. (Pereira & Neto, p.23)

Em 1930, Radecki projetou transformar o Laboratório em Instituto de Psicologia, onde funcionaria a Escola Superior de Psicologia com uma proposta não muito distinta do currículo mínimo regulamentado em 1962. Alcançou esse propósito em 1932, quando o Instituto foi criado. Porém seu funcionamento durou apenas sete meses, consequência da falta de recursos orçamentários e pressão dos grupos médicos e católicos. (Esch & Jacó-Vilela, 2001)

Sobre o mercado de trabalho, Pereira e Neto (2003) indicam que, a partir das décadas de 1940 e 1950, o psicólogo passou a atuar nas áreas da Educação e Trabalho, sendo que este segundo campo de atuação teve importante influência do processo de industrialização que ocorria no país. Nesse cenário, diante da necessidade de ajustamento dos funcionários às necessidades da indústria, observou-se um crescimento na demanda por recrutamento e seleção de pessoal. No mesmo sentido, Amendola (2014) afirma

Com as transformações econômicas e sociais em curso, o movimento de modernização – que apresentava, entre suas bandeiras, o trabalho entre as principais medidas de salvação nacional – foi responsável por consolidar o mercado de trabalho urbano

⁴ A Colônia do Engenho de Dentro foi criada no subúrbio do Rio de Janeiro com o objetivo de resolver o problema da superlotação no Hospício Nacional. Gustavo Riedel, diretor da Colônia, foi quem convidou Waclaw Radecki para trabalhar na instituição. (Silva, 2017)

nacional, com a migração de milhões de trabalhadores do setor agropastoril para as cidades, na busca por empregos formais e modernos nas indústrias ... um novo tipo de profissional foi requisitado: aquele especializado na avaliação, seleção e treinamento da força de trabalho. (p.973)

Acompanhando o foco na produção do capital, cresce a preocupação com o desenvolvimento de aptidões e aprimoramento técnico do indivíduo. “Assim, práticas psicológicas são cada vez mais utilizadas nas áreas da Educação e do Trabalho, tendo esta última se complexificado com o processo de industrialização iniciado no governo Vargas” (Esch & Jacó-Vilela, 2001, p.5). Em 1947, foi criado o Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas, que funcionava como laboratório e que atribuiu fundamento científico à Psicologia da época, conferindo um lugar de confiabilidade e legitimidade por meio da oficialização da prática profissional do psicotécnico. Neste cenário, surge o primeiro curso de Psicologia, em 1953, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em 1962, os cursos de Psicologia foram normatizados e a profissão regulamentada através da Lei 4.119 de 27 de agosto. Até aquele momento, a formação se dava através dos cursos de especialização ou de nível técnico. Rudá, Coutinho e Almeida- Filho (2015, p.61) resgatam influências importantes daquele período e afirmam que estes atravessamentos não permitiam o avanço de tentativas de regulamentação da profissão antes de 1962. Segundo os autores, “É bem evidente, à época, a forte presença do Estado e da Igreja na regulação dos cursos, profissões e diplomas, fazendo da matéria educacional, especialmente em nível superior, um território de deliberações centralizadas”.

A lei de regulamentação da profissão indica em seu artigo 13º o direito do exercício da profissão ao portador do diploma de psicólogo e cita como função privativa deste profissional as atividades de diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação

psicopedagógica e solução de problemas de ajustamento. Ainda, indica que é de competência do psicólogo colaborar em assuntos psicológicos de outras ciências. (Lei nº 4.119, 1962)

Desse modo, a partir da regulamentação da profissão, foi garantida a exclusividade ao psicólogo para o uso de métodos e técnicas psicológicas (em especial, os referentes ao campo da psicometria). No período entre os anos de 1960 e 1970, aumentou consideravelmente o número de instituições de ensino superior. Nas instituições privadas, a oferta do curso de Psicologia era considerada bastante rentável e marcou o período de progressiva entrada das mulheres na educação superior, especialmente em alguns cursos, como a Psicologia (Rudá, Coutinho & Almeida-Filho, 2015).

Na ocasião da regulamentação, não existia um número significativo de profissionais que atuavam com os conhecimentos da Psicologia. Aqueles que o faziam, utilizavam conhecimentos e técnicas do campo da avaliação psicológica, pela influência dessa prática de países da Europa e dos Estados Unidos. Bock e Gonçalves (2020, p.22) destacam contribuições de dois fatores para a regulamentação da profissão, mesmo diante do número pequeno de profissionais

O primeiro consiste no fato de esses poucos profissionais pertencerem à elite brasileira, o que teria facilitado o reconhecimento legal da profissão; o segundo fator diz respeito às possibilidades que a Psicologia apresentava de contribuição ao desenvolvimento do projeto de modernização do país.

Ainda sobre o período de regulamentação, “...práticas psicológicas se consolidavam sob a influência de ideologias desenvolvimentistas, pautadas pela repressão política e pelo patrulhamento ideológico, que caracterizaram o Brasil ao longo de quase três décadas de ditadura explícita” (Scarpato & Guareschi, 2007, p.100). Trata-se de um momento em que a Psicologia se adequava às necessidades políticas e econômicas do modelo de governo, a partir

das atividades na clínica individual, da avaliação psicológica e o trabalho no contexto das escolas e empresas.

Jacó-Vilela (2012) expõe que a criação dos Cursos de Graduação em Psicologia na PUC-Rio e PUC-RS deixaram o terreno pronto, somado à atuação de profissionais filiados a associações de Psicologia. Tratando-se do momento de institucionalização da Psicologia, observa-se a predominância de professores com formação em Filosofia ou Educação e alguns com pós-graduação em Psicologia no exterior, os quais contribuíam inclusive na tradução de textos estrangeiros. Nesse primeiro momento, o trabalho de formação é caracterizado centrado na *expertise* do Professor. Ainda, a autora aponta que somente na década de 1970 apareceram publicações que se diferenciavam daquilo que já havia sido produzido, do conhecimento já existente.

Diversos fatores desencadearão esse processo: a pós-graduação que, iniciada em 1964, na UnB, e logo abortada, se firma a partir de 1967 com o curso da PUC-Rio, o crescente número de cursos de graduação, a *psicologização* da sociedade brasileira a partir dos anos 70, como já foi analisado por diversos autores ..., que leva a um interesse cada vez maior pela Psicologia. Começa, então, um processo de reflexão sobre a necessidade de maior conhecimento da realidade brasileira e, em consequência, de produções e de ensino de Psicologia baseados nessa realidade. (Jacó-Vilela, 2012, p.40, grifo do autor).

Ainda sobre a história da formação do psicólogo, Ferreira e Facci (2020, p.69) destacam o pós-golpe de 1964 e seus efeitos na formação profissional e no desenvolvimento da Psicologia no Brasil que, assim como em outros países da América Latina, representou a manutenção da exploração pelos países europeus e a submissão diante dos ideais americanos. Afirmam que “a psicologia aqui instalada não considerava como premissa a construção de

conhecimentos relacionados à realidade da população, antes disso, preocupava-se com o teor de cientificidade vigente que garantisse a profissão como ciência”.

Nesse mesmo sentido, Bock e Gonçalves (2020, p.28) fazem referência ao pensamento colonizado como marca, analisando esse processo de forma crítica:

A valorização extrema da produção estrangeira estadunidense e europeia tem dificultado a valorização e o inventivo de uma produção brasileira e latino-americana. As condições de vida e a cultura, as formas de produção e distribuição de riqueza, a presença histórica do colonizador, o longo período de escravismo, as ditaduras, a presença dos indígenas, enfim, são muitos os fatores presentes em nosso contexto que nos afastariam do pensamento estadunidense e europeu.

Scarparo e Guareschi (2007) destacam que a Psicologia, como profissão, se caracteriza pela prevalência de modelos da sociedade ocidental moderna, distanciando-se dos contextos históricos e culturais. Como consequência, observam contradições como a discrepância entre a necessidade de trabalho no âmbito das políticas públicas e o despreparo dos profissionais para atuar na área.

Esses pontos poderão ser melhor observados no processo histórico do currículo de formação em Psicologia que inclui o período após a regulamentação da profissão e vigência do Currículo Mínimo e a proposição das DCN, sua instituição e atual revisão.

3.1 O PERÍODO DO CURRÍCULO MÍNIMO

Através do Parecer nº 403 de 19/12/1962, do Conselho Federal de Educação, foram estabelecidos o Currículo Mínimo e a duração do curso de Psicologia, indicando três terminalidades: Licenciatura, Bacharelado e Formação do Psicólogo, tendo os dois primeiros a duração de quatro anos e o último cinco anos (cumulativos). O currículo para Licenciatura e

Bacharelado era composto por matérias obrigatórias: Fisiologia, Estatística, Psicologia Geral e Experimental, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da personalidade, Psicologia Social e Psicopatologia geral. Para Licenciatura, também eram obrigatórias disciplinas pedagógicas. Da mesma forma, a Formação do Psicólogo, exigia cursar outras disciplinas: Técnicas de Exame Profissional e Aconselhamento psicológico, Ética profissional, além de outras três disciplinas optativas e realização de estágio supervisionado.

O Currículo Mínimo ficou vigente por mais de 40 anos, baseado em um conjunto específico de disciplinas e praticamente não considerava o contexto sociocultural no qual o curso era ministrado. Diante da necessidade de garantir uma identidade ao psicólogo, teve como objetivo a uniformidade na formação (CFP, 2018). Nos anos de sua vigência (1962 a 2004), segundo Rudá, Coutinho e Almeida-Filho (2015), os cursos de graduação em Psicologia garantiam certa uniformidade na formação e formavam profissionais técnicos que ofertavam serviços à elite.

No período do Currículo Mínimo, a formação em Psicologia tinha ênfase na oferta de disciplinas profissionalizantes, materializando o caráter intervencionista das práticas psicológicas. “Isso significa dizer que a preocupação com a formação profissional estava baseada em uma concepção tecnicista de Psicologia, centralizada, em boa parte, na obtenção de resultados por meio da aplicação de técnicas e instrumentos psicológicos” (Amendola, 2014, p.974)

Bernardes (2012, p.218, grifo do autor) resgata que “O *Curriculum Mínimo*, que possui por base teorias da aprendizagem formais, constitui-se basicamente de processos institucionais de transmissão de conhecimentos e de inculcação de valores socialmente aceitos”. Ainda, afirma que no período da vigência do currículo mínimo a formação se dava de forma isolada dos problemas e do contexto social em que ocorrem.

A partir de 1970, a preocupação passa a girar em torno da formação do psicólogo, diante do aumento de profissionais graduados com preferência pela área clínica e de sinais de saturação do mercado de trabalho. Em 1971, são criados os Conselhos Federal e regionais de Psicologia, completando o processo de profissionalização da profissão. Apesar de promover a preocupação com o exercício profissional (Rudá, Coutinho & Almeida Filho (2003), a criação dos Conselhos de imediato não produziu mudanças nas práticas psicológicas, pois a maioria dos profissionais continuava atuando em seus espaços particulares, sem o interesse em levar a atuação para a discussão coletiva. O predomínio do exercício da profissão em consultório particular refletia o interesse pela psicologia clínica, onde os psicólogos, como profissionais liberais, teriam a liberdade de determinar suas condições de trabalho. (Pereira & Neto, 2003)

Em 1978, surgem iniciativas de reforma curricular. Esse debate ganha força nos anos 1980 e vem acompanhado da discussão sobre o compromisso social da Psicologia. Nesse período, aparecem as experiências de formação que possibilitam abertura ao trabalho comunitário e multiprofissional, para além dos modelos clínicos de formação. A principal diferença está no caráter coletivo da nova proposta, enquanto a formação clínica está marcada pelo individual. Percebe-se uma articulação entre a reforma curricular e questões relativas ao compromisso social, debates que aconteciam no período de redemocratização do país, da Reforma Sanitária e início da Reforma Psiquiátrica.

De acordo com Carvalho e Furtado (2015), a Reforma Sanitária marcou a construção do modelo vigente de saúde pública brasileiro. Enquanto movimento político e social, representou a luta dos brasileiros por mudanças no acesso a bens e serviços de saúde durante o regime ditatorial e almejava a conquista de outros direitos sociais, além do direito a saúde. No mesmo sentido, as propostas da Reforma Psiquiátrica (mais contemporânea do que a Sanitária) configuram avanço para a área da saúde mental a partir da instituição de políticas que visavam a redução da hospitalização nos moldes manicomial.

O psicólogo, inicialmente, teve inserção preponderante nos contextos organizacional, clínica e escolar; de modo incipiente, passa inserir-se na saúde pública, sobretudo, no contexto hospitalar. Porém, o polo de maior inserção é concebido à saúde mental, quando esses profissionais passaram a compor equipes multidisciplinares na nova ordenação da atenção, propiciada pelas conquistas dos movimentos das Reformas Sanitária e Psiquiátrica brasileiras. (Carvalho & Furtado, 2015, p.10)

Os primeiros registros formais do uso do conhecimento psicológico como instrumento em comunidades ocorreram na década de 1970, associados às áreas da educação e saúde mental. No mesmo período, a partir do desgaste da Ditadura Militar no país, aumentam as manifestações populares contra a repressão. Práticas psicológicas passam a integrar a perspectiva da emancipação social na medida em que avançam a abertura política e os movimentos sociais. Como marcos importantes, além Reforma Sanitária e da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), Scarparo e Guareschi (2007) mencionam a Constituição de 1988 marco que teve efeitos na produção de conhecimento e práticas psicológicas. Nesse sentido, Ferreira e Facci (2020, p.68) apontam:

Após a promulgação da referida constituição o cenário de atuação deste profissional passou por significativa transformação, uma vez que as políticas públicas foram impulsionadas pela aprovação de legislações específicas que garantiram a ampliação do acesso a serviços de Educação, Saúde e Assistência Social à população do país.

A partir de um resgate do cenário brasileiro da década de 1980, Yamamoto e Oliveira (2010, p.13) abordam sobre as políticas sociais enquanto um grande espaço de trabalho para os psicólogos. “Resultado não de um direcionamento do instrumental teórico-técnico da profissão ou de uma efetivação de propostas para a prática psicológica menos elitista, o campo das políticas sociais foi, e é, um reflexo do mercado para o exercício profissional e uma possibilidade de emprego”. Os autores também comentam sobre a inserção efetiva dos

psicólogos na saúde pública somente a partir da Reforma Psiquiátrica. Naquele período, o modelo clínico de atendimento, por estar associado ao atendimento médico, passa a ser alvo de críticas.

Até 1980, o modelo hegemônico de atuação do psicólogo era aquele do consultório particular, marcado por uma cultura psicanalítica e individualizante, com a finalidade de ajustamento e adaptação à um estado de normalidade. Através dessa prática, os conhecimentos psicológicos contribuía para a manutenção do lucro e, conseqüentemente, reprodução do capital. (Yamamoto & Oliveira, 2010). Temas como desigualdade social e relações raciais não eram considerados relevantes e perdiam espaço para as questões relacionadas à seleção de pessoal, orientação profissional, trabalho e aprendizagem. Bock e Gonçalves (2020, p.24) apontam que

...essa realidade implica uma constituição subjetiva que naturaliza e legitima a desigualdade, produzindo uma hierarquia valorativa de pessoas, em que uns valem mais que outros. Ou seja, a desigualdade social e o racismo não aparecem como problema. Dessa forma, não são questões que interessam à Psicologia.

Sobre a década de 1980, Rudá, Coutinho & Almeida-Filho (2015) a identificam como o período fecundo para a Psicologia, caracterizando-se pela ampliação do campo de trabalho do psicólogo para a área das políticas públicas. Com o retorno da democracia no país e promulgação da Constituição de 1988, os psicólogos se deparam com a redução do mercado de trabalho para atendimento psicológico individual e privado, direcionando esta categoria para outros campos de atuação, principalmente àqueles vinculados aos órgãos públicos. No entanto, essa ampliação do campo não foi acompanhada por novas práticas, a atuação continuava atrelada às práticas tradicionais como a clínica particular.

3.2 A FORMAÇÃO A PARTIR DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCN)

Em 1984, o Conselho Federal de Psicologia assumiu a discussão da questão da formação do psicólogo. A partir da articulação com os Conselhos regionais e instituições de ensino superior, surgiram iniciativas para elaboração de um novo currículo de Psicologia, diante da defasagem do currículo mínimo. O *Programa de Estudos e Debates sobre a Formação e Atuação do Psicólogo*, lançado pelo CFP em 1984, foi desenvolvido ao longo da década de 1990 e resultou na elaboração, em 2004, das Diretrizes Curriculares. “Portanto, a noção de Diretrizes Nacionais surge claramente em oposição ao Currículo Mínimo, e a centralidade da formação desloca-se das disciplinas para os objetivos da formação” (Rudá, Coutinho & Almeida-Filho, 2015, p.74)

Yamamoto e Oliveira (2010) apontam que, somente nos anos 2000, foram percebidos os efeitos das discussões que se iniciaram na década de 1980, indicando a escassez do mercado de trabalho como impulsionador para os psicólogos buscarem novos espaços profissionais. No entanto, não havia um modelo de trabalho que respaldasse a atuação nos novos campos. Apesar das mudanças nos currículos dos cursos de graduação em Psicologia, a formação dos psicólogos não acompanhou o avanço do campo de atuação. Tratava-se de uma repetição de modos conservadores que deixaram marcas na formação em Psicologia.

A partir da publicação da Resolução nº 8 de 7 de maio de 2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE), foram instituídas as DCN para os cursos de Psicologia. Estabelece: “Art. 2º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Psicologia constituem as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e avaliação deste curso”. Em seu artigo 3º, menciona a formação para a pesquisa como uma das metas da formação, e na alínea *e* do mesmo artigo cita a atuação no campo social: “atuação em diferentes contextos considerando as

necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades”.

As DCN trazem mudanças importantes e representam o resultado das transformações do Estado brasileiro, especialmente na Educação. O curso de Psicologia passa a ter habilitação única com formação voltada para atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino em Psicologia. Consideram a multiplicidade das concepções teóricas e metodológicas da graduação em Psicologia, assim como a diversidade de suas práticas e contextos de atuação, diferenciando-se, assim, do Currículo Mínimo. As Diretrizes também orientam a organização dos estágios em dois níveis: básico e específico. O estágio básico tem como objetivo o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no núcleo comum, enquanto os estágios específicos têm o foco nas ênfases propostas pelo projeto de curso.

A partir das DCN apresentam a noção de núcleo comum, que estabelece uma base hegemônica para a formação e atribui identidade ao curso de Psicologia, mas também indicam as ênfases curriculares, “conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia” (Brasil, 2004)

O núcleo comum tem como objetivo “...garantir ao profissional o domínio de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e intervenção em processos psicológicos”. A diferenciação da formação ocorre através das ênfases curriculares, que devem ser explicitadas no Projeto Pedagógico de Curso. As Diretrizes Curriculares sugerem algumas ênfases e indicam que as instituições de ensino superior devem ofertar no mínimo duas, oferecendo ao aluno a opção de escolha. Alguns exemplos de ênfases são sugeridos no documento como Psicologia e processos de investigação científica; Psicologia e processos de

prevenção e promoção da saúde; Psicologia e processos clínicos; Psicologia e processos de avaliação diagnóstica; entre outras. (Brasil, 2004)

Art. 10º Pela diversidade de orientações teórico- metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional, a formação em Psicologia diferencia-se em *ênfases curriculares*, entendidas como um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia. (Brasil, 2004)

Ainda sobre as ênfases curriculares, enquanto conceito que surge através Diretrizes Curriculares, Bernardes (2012) apresenta uma crítica da relação que se estabeleceu entre ênfases curriculares e “domínios consolidados da Psicologia”. O autor argumenta que mais uma vez ocorre a reprodução do que já existia, de forma que não podemos chamar de avanço o que as ênfases promovem na reforma curricular dos cursos de Psicologia. O problema, portanto, está na vinculação de ênfases com domínios consolidados da Psicologia, sendo estes as áreas de conhecimento hegemônicas que historicamente sustentam modos de atuação profissional. Em sua crítica, afirma que “Os sentidos produzidos até o momento, em grande parte dos cursos de Psicologia pelo País, é o de replicar o que já existe ... Avançamos? Creio que seria nos iludirmos afirmar que sim”. (Bernardes, 2012, p.221)

Sobre a formação do psicólogo, as DCN sugerem um modelo profissional associado à habilidade de compreensão integral e contextualizada dos fenômenos psicológicos. “Tais diretrizes se dirigem para práticas sociais e para a formação de profissionais generalistas, com perspectivas interdisciplinares e que respondam criativamente às demandas da população à qual se dedica, considerando suas especificidades” (Scarparo & Guareschi, 2007, p. 106).

A Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011, altera as DCN de 2004 em seu artigo 13º, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a formação de

professores. A inclusão indica os objetivos de tal projeto pedagógico, os eixos estruturantes e informações sobre os conteúdos que caracterizam a formação de professores de Psicologia.

Em 2013, foi instituída uma comissão pela Câmara de Ensino Superior (CES), do CNE que teve por objetivo revisar a Resolução que instituiu as DCN de 2004. Em 2019, foi publicada a nova proposta de Diretrizes, indicando o prazo de dois anos para os cursos de graduação se adaptarem às novas diretrizes, devendo elaborar Projeto Pedagógico Complementar

... As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação do Psicólogo constituem um passo adiante em relação às diretrizes anteriormente propostas. Considera, também, que dado o rápido desenvolvimento do conhecimento e dos recursos tecnológicos voltados à área de ensino/aprendizagem, que propõe novos conceitos e possibilita diferentes modos de operar. Em alguns anos estas diretrizes, necessariamente, deverão ser revistas e atualizadas. (Brasil, 2019)

Ainda sobre a nova proposta de DCN, em seu Artigo 1º, o documento menciona, entre os valores nos quais a formação deve estar fundamentada, uma compreensão crítica que considere a diversidade regional do país e sua inserção na América Latina. O mesmo artigo também trata sobre o reconhecimento da importância das políticas públicas. (Brasil, 2019)

O Artigo 3º da nova proposta especifica que o curso de Psicologia deve ser oferecido na modalidade presencial, mas indica em seu parágrafo único a possibilidade de ações de ensino a distância:

As ações de ensino a distância, mediadas pela tecnologia, direcionadas para os cursos de bacharelado, devem ser utilizadas com a finalidade de levar o estudante a compreender e utilizar as tecnologias digitais de forma crítica, reflexiva e ética, como recurso para acessar, disseminar e produzir conhecimento.

No Art. 8º, que trata das competências básicas que definem o perfil do profissional de Psicologia, o documento apresenta uma proposta mais detalhada do que as DCN de 2004. No mesmo artigo, indica as competências profissionais em consonância com a Declaração Internacional de Competências Fundamentais na Psicologia Profissionais, de 2016. Também foram incluídas no documento as competências básicas esperadas do professor de Psicologia.

Os projetos de extensão são tratados de forma mais ampla se comparado com as DCN de 2004. Sobre o texto da nova proposta o Art. 13 afirma que “o curso de graduação em Psicologia deve criar e executar projetos de extensão relacionados aos seus eixos estruturantes e às suas ênfases curriculares”. Descreve que tais atividades devem fomentar práticas interdisciplinares, transdisciplinares e intersetoriais entre professores, estudantes e comunidade. Ainda dentro desse universo, também relaciona à extensão a implantação do Serviço-Escola:

Art. 16. O projeto de curso deve incluir, na estrutura acadêmica, o Serviço-Escola de Psicologia.

§ 1º O Serviço-Escola é um espaço de prestação de serviços e articulação com a sociedade, podendo integrar ações de formação, pesquisa e extensão.

Por fim, a proposta de revisão insere o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como elemento obrigatório dos PPC, o que não consta nas diretrizes de 2004. Indica que o TCC deve relacionar-se ao núcleo comum ou a uma das ênfases propostas pelo curso: “Art. 21. O trabalho de conclusão de curso é requisito para a formação do psicólogo e deve atender aos objetivos do núcleo comum ou das ênfases do curso e ao interesse do formando”.

Importante ressaltar que as modificações previstas pela revisão das DCN ainda não se encontram em vigência, tratando-se de um projeto de Resolução. Ainda assim, é possível observar os novos caminhos pelos quais propõem-se realizar os processos de formação em Psicologia no Brasil e os desafios a ele inerentes.

4 METODOLOGIA

A presente investigação trata-se de uma pesquisa qualitativa. Segundo Schulze e Camargo (2000, p.289), esse tipo de investigação “... desenvolve delineamentos metodológicos que buscam ser suficientemente abertos para fazer justiça à complexidade dos temas atuais”. Ela valoriza a experiência humana permitindo ao pesquisador ressignificar sua própria experiência. Segundo Chizzotti (2003), a pesquisa qualitativa ganha contorno a partir da produção de questões acerca do problema identificado, buscando acompanhar a produção de sentidos para a experiência.

A abordagem qualitativa em pesquisa dispõe de inúmeras estratégias para ser realizada. Neste estudo, além da etapa do estudo bibliográfico, será adotada a estratégia da pesquisa documental. Sobre essa modalidade de pesquisa, Nunes, Simeão e Pereira (2020, p.342) afirmam que “[...] a habilidade do pesquisador passa a consistir em tirar dos documentos tudo o que eles contêm. O pesquisador na pesquisa documental é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos”. As autoras também apontam que essa estratégia de pesquisa auxilia na problematização de práticas humanas e sociais, bem como a romper com a com a cristalização destas práticas.

Considerando a existência de similaridades entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, Gil (2008) apresenta uma diferença. Segundo o autor, a pesquisa bibliográfica estuda o que já foi publicado sobre o tema por outros autores, enquanto a pesquisa documental é desenvolvida a partir de materiais que ainda serão analisados conforme os objetivos da pesquisa.

Sobre nosso objeto de estudo, Severino (2007, p.123) caracteriza documentos enquanto “[...] matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação

e análise”. Dentro dos limites desse trabalho, os documentos serão tratados enquanto fonte de informação objetiva.

Considerando que a formação em Psicologia no Brasil historicamente não valoriza o campo de atuação em políticas públicas, pretende-se analisar a estrutura e proposições de tal formação a partir do currículo de cursos de graduação em Psicologia tomado como fonte de dados. Entendemos que a implantação das políticas públicas representa um novo cenário de atuação para os psicólogos, sendo necessário repensar a formação profissional, bem como refletir sobre o público atendido e as dificuldades que a atuação neste campo representa. (Ferreira & Facci, 2020)

A pesquisa foi realizada nas três Universidades Estaduais do Paraná que ofertam o curso de Psicologia. Esta escolha se justifica pelo compromisso social das instituições públicas, a partir do qual, segundo Dibbern, Cristofolletti e Serafim (2018), as universidades públicas brasileiras assumem uma posição de análise e proposição de melhorias das condições diante do contexto econômico, político, social e cultural do país. Os autores afirmam que:

Por “compromisso social”, consideramos o seguinte: os problemas e segmentos sociais dos quais as Instituições de Ensino Superior (IES), sobretudo às universidades públicas, buscam – ou deveriam buscar – contribuir à resolução ou se relacionar, incorporando-os em sua agenda de ensino, pesquisa e extensão. (p.3)

Tratar sobre as universidades públicas enquanto instituição social implica em considerá-la como referência aos outros níveis de ensino e às outras Instituições de Ensino Superior (IES), reconhecendo sua importância social no que tange aos processos de formação. Além disso, as IEES têm importante papel no desenvolvimento regional, que envolve a geração de conhecimento científico e inovações (Caldarelli, Camara & Perdigão, 2015). Nesse sentido, a decisão pelo recorte geográfico considerou esse compromisso das instituições públicas que deve incluir a preocupação em atender as demandas locais. Tal ponto

encontra-se alinhado com Seixas et al. (2013) fazem menção a isso quando escrevem que “a escolha dos cursos pelas ênfases respeita as demandas da localidade na qual está inserido ...” (p.117)

Sobre o universo dos dados da pesquisa, trata-se de dois grupos: os PPCs e os programas das disciplinas. A opção por estas fontes de dados considerou a possibilidade de investigar elementos e características institucionais, permitindo uma aproximação em relação aos cursos de graduação em análise.

Sobre a primeira fonte de dados da pesquisa, “o Projeto Pedagógico pode ser entendido como um instrumento de balizamento para o fazer universitário, concebido coletivamente no âmbito da Instituição, orientado para esta, como um todo, e para cada um de seus cursos, em particular” (ForGrad, 1999, p.9). Trata-se de um documento institucional que apresenta características e informações sobre a estrutura do curso de graduação, com base nas DCNs. Sua função principal é orientar e conduzir o processo pedagógico e sua elaboração deve considerar a evolução histórica do curso. Considerando essas características, a leitura dos PPCs permite analisar as ênfases e diretrizes de determinada instituição sobre a formação profissional.

O PPC deve ter como base três dimensões: global, específica e particular. Desta forma, o documento deverá reconhecer as demandas sociais, econômicas e políticas da universidade no Brasil, ao mesmo tempo em que apresente a identidade institucional, considerando as particularidades institucionais e do curso de graduação. Além disso, o PPC tem caráter processual, sendo que deverá ser constantemente revisado e aprimorado. (ForGrad, 1999)

Diante desse panorama, é possível localizar o PPC, dentro do processo formativo, como um elemento que sintetiza as políticas mais amplas sobre a formação universitária e profissional, ao passo que se relaciona com a experiência particular da sala de aula. Ou seja, o PPC é um elemento que, ao mesmo tempo em que expressa

diversos elementos oriundos das políticas educacionais para o ensino superior, também orienta a organização cotidiana da sala de aula. (Seixas et al, 2013, p.114)

Além dos PPCs, decidiu-se também adotar os programas de disciplinas como fonte de dados para a pesquisa, considerando a possibilidade de maior nível de detalhamento sobre as disciplinas. Também chamado de plano de ensino, este documento visa o direcionamento das atividades que serão desenvolvidas com os alunos ao longo do ano ou do semestre letivo, e a elaboração é de responsabilidade dos professores. Sant'anna *et al.* (1996) assim definem:

O plano de ensino é um instrumento de trabalho que disciplina os esforços de professores e alunos, no sentido de racionalizar as atividades de ensino e aprendizagem. Todo planejamento de ensino, como processo de tomada de decisões, se caracteriza num plano definido de ação que constitui um roteiro seguro para conduzir progressivamente os alunos aos resultados desejados. (p.47)

Gil (2020) indica alguns princípios norteadores que devem ser considerados na elaboração do programa ou plano de disciplina que incluem a importância de estar intimamente relacionado com o plano curricular do curso e a necessidade de adaptar-se às necessidades, capacidades e interesses dos estudantes. O autor também apresenta um roteiro, indicando os componentes da estrutura dos programas: identificação do plano (nome da instituição, curso, disciplina etc.), objetivos, conteúdo (temas e assuntos que serão estudados na disciplina), ementa, bibliografia, estratégias de ensino, recursos, sistema de avaliação e cronograma.

Observou-se que não há uma estrutura padrão para a organização dos PPCs, sendo que cada um dos documentos em estudo apresenta um formato e elementos que os diferem em alguns momentos. Para a leitura e descrição dos dados dos PPCs utilizei a proposta metodológica de Seixas et al. (2013). Nela, a partir da imersão na realidade dos cursos de Psicologia, os autores realizaram a leitura de dez PPCs e identificaram dimensões

contempladas na maioria dos documentos. A partir disso, propõem as análises em três blocos os elementos estruturantes: 1. Fundamentos teóricos-filosóficos; 2. Ênfases curriculares e disciplinas; e 3. Prática profissional. A organização proposta possibilitou a visualização das diversas realidades.

Para a seleção dos programas de disciplinas foi observada a presença no título e na ementa de cada disciplina palavras relacionadas ao universo da pesquisa como “Psicologia social”; “Psicologia comunitária”; “políticas públicas”; “saúde pública/saúde coletiva”; “direitos humanos”; “assistência social”; “comunidades”; “grupos” e “interdisciplinaridade”. A partir da leitura dos programas, foram estabelecidos três blocos para a descrição dos dados: Ementa e Objetivos (agrupados pela semelhança do conteúdo destes itens); Conteúdo Programático; Bibliografia Básica.

A definição do método utilizado para a etapa de análise dos dados considerou a relação entre os objetivos da pesquisa e a possibilidade de responder à questão apresentada. Campos (2004) aponta a necessidade de uma escolha adequada que possibilite a exploração da riqueza dos dados. Então

A análise dos dados da pesquisa foi desenvolvida a partir do método dialético, que na pesquisa em educação tem como premissa a práxis transformadora e possibilita a compreensão das contradições presentes na sociedade. Santos, Gonçalves e Rodrigues (2022) citam que a pesquisa em educação passa a utilizar as vias da dialética a partir de dois momentos históricos: os anos de 1970, com uma abordagem de oposição aos governos militares e a criação e expansão dos cursos de pós-graduação e graduação nas décadas de 1970 e 1980. Nesse contexto, estava clara a necessidade de compreender o contexto educacional inserido nos cenários contraditórios, no qual a formação educacional mostrava um caráter pautado por uma dimensão unilateral e privatista, seguindo a lógica do sistema capitalista.

Nesse sentido, o método dialético na pesquisa em educação possibilita um entendimento crítico do processo histórico. Entender esse processo é o ponto de partida para que tenhamos consciência de que as instituições da sociedade capitalista estão amalgamadas a uma lógica da relação sistêmica de trabalho, onde o homem não se sente enquanto homem de percepção, de totalidade, mas sim enquanto coisa, enquanto mercadoria. (p.84)

Ao abordar sobre o método dialético em pesquisa e considerando que toda teoria tem potencial para a mudança e transformação da realidade, Wachowiczi (2001) trata da intencionalidade como componente político do método. Sobre a intencionalidade do pesquisador, escreve:

Se a sua intenção é reunir as condições teóricas para propor uma transformação da realidade, então a concepção dialética da História deve ser considerada. (...) Ou seja: não somente é considerada na sua dinâmica a relação passado-presente, como também o conceito nos remete ao futuro, como projeção do presente (p.5)

Enquanto categoria para a análise dos dados, ficou estabelecida a categoria “contradição” conforme parametrizado por Cury (1979). O autor sugere uma proposição para o fenômeno educativo que se diferencia das teorias de reprodução do capital na qual as instituições escolares são tomadas como representantes de perpetuação dos valores e práticas de tal modelo social.

Para o autor, a educação é parte da organização social e historicamente determinada pelo modo de produção capitalista. Ou seja, ela opera a partir das relações de classe, nos quais “...a classe dominante, para se manter como tal, necessita permanentemente reproduzir as condições que possibilitam as suas formas de dominação, sem o que as contradições do próprio sistema viriam à luz do dia.” (p.13)

O autor considera a realidade como dialética e contraditória, sendo que a contradição expressa uma relação de conflito do real. Em tal perspectiva, “essa relação se dá na definição de um elemento pelo que ele não é. Assim, cada coisa exige a existência de seu contrário, como determinação e negação do outro” (p.30). Quando a contradição se torna explicativa do real, temos a consciência da contradição que possibilita uma interferência no real a partir da reflexão.

Cury (1979) escreve sobre as teorias que buscavam compreender o fenômeno educativo de forma reducionista. Entre elas, a teoria determinista, presente nas correntes americanas que surgiram no século XX, reserva ao homem o papel de se enquadrar às ideias dominantes de tais correntes, de forma que a educação não passava de um mecanismo de ajuste dos indivíduos à ordem social vigente. De outro lado, na teoria individualista, que se baseava na liberdade e direitos individuais e tinha cunho renovador, mas também buscava adequação do indivíduo à ordem a partir do desenvolvimento e aperfeiçoamento das forças individuais.

Ambas, do ponto de vista sob o qual veem o fenômeno educativo, acabam por representá-lo dentro de um sistema objetivo de relações sociais que permite sua reprodução, o que implica aceitação das relações sociais existentes.

Em ambas, há uma falta de compreensão dialética do processo mediador da educação. Transformam aspectos do real em categorias independentes e estas, por sua vez, se transformam em forças independentes que regulam a atividade humana. (Cury, 1979, p.12)

Diante de tais concepções, estava clara a necessidade de desenvolver categorias de análise do fenômeno educativo com base que considere as relações contraditórias como elemento constituinte da realidade. Ainda que tenha demarcado a presença de cinco categorias, que se complementam – a saber, contradição, totalidade, reprodução, medição e

hegemonia -, o autor atribui caráter central à categoria “contradição”. Afirmar que os discursos pedagógicos são falhos por não considerarem a presença desse traço nas relações entre as classes, muitas vezes desprezando ou deixando em segundo plano o caráter contraditório da própria educação. Desse modo, a ênfase na importância de tal categoria se justifica pela possibilidade de ao contemplá-la realizar uma maior captação e uma atuação mais lúcida do real.

Uma visão dialética do homem e de seu mundo histórico-social implica conceber os dois termos da contradição (indivíduo-sociedade) de modo a rejeitar tanto a concepção que unilateraliza a adaptação do indivíduo à realidade do *status quo*, como a que propõe realidade como dado estático. Mas, além disso, implica conceber a realidade social como efetivo espaço da luta de classes, no interior da qual se efetua a educação, rejeitando a impositividade da dominação, como o espontaneísmo das classes dominantes. (p.13, grifo do autor)

Para além, o autor explica que ignorar a contradição leva ao conservadorismo, na medida em que retira da realidade o seu caráter inacabado. Desse modo, “ignorar a contradição é querer retirar do real o movimento e, por isso, é recurso próprio das ideologias dominantes que, não podendo retirá-las das relações sociais, econômicas e políticas, representam-na como imaginariamente superada” (p.34)

Ao mesmo tempo, realizar uma análise a partir da categoria “contradição” aponta para a possibilidade de mudança do que se encontra estabelecido, na medida em que abre espaço para a compreensão da realidade, escapando assim, de uma postura fatalista de mundo. A contradição está inteiramente ligada ao saber, e o acesso a este saber permite questionar as relações que o sustentam. Por fim, a contradição pode mostrar os dois lados da educação: uma educação integrada ao projeto de dominação e, por outro lado, uma educação enquanto movimento de resistência.

Conforme escreve Bourguignon (2006, p.43), é fundamental que o profissional da área social acompanhe o movimento contraditório do real e dialogue com as diferentes possibilidades de intervenção, a partir da perspectiva teórico-crítica. Dessa forma, o profissional se coloca enquanto sujeito ativo de um processo de produção do conhecimento que tenha alcance social. A proposição do autor representa a razão da escolha pela metodologia aqui proposta.

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Para iniciar esta apresentação, partimos dos dados do estado do Paraná, espaço territorial no qual estão localizados os cursos eleitos para a pesquisa. Consideramos informações relevantes diante do compromisso social e local das universidades públicas, conforme tratado na seção anterior. Chamo de C1, C2 e C3 os cursos que foram selecionados para a investigação proposta por essa pesquisa, sendo que cada um deles representa uma IEES que se encontra localizada em região específica do estado.

Sobre a localização regional dos cursos, o município da IEES que oferta o C1 está situado na região sudeste do estado. Os cursos C2 e C3 pertencem a IEESs localizadas no norte do estado. Na tabela a seguir, é possível acessar informações sobre população estimada (IBGE, 2021), população no último censo e IDH⁵ (IBGE, 2010) tanto do estado como de cada município onde estão localizados os cursos.

Tabela 1 - Dados sobre número de habitantes e IDH no estado do Paraná.

Local	População no último censo	População estimada	IDH
Estado do Paraná	10.444.526 pessoas	11.579.484 pessoas	0,749
Município curso C1	56.207 pessoas	61.439 pessoas	0,726
Município curso C2	357.077 pessoas	357.077 pessoas	0,808
Município curso C3	506.701 pessoas	580.860 pessoas	0,778

Fonte: Elaborado pela autora.

O Paraná sempre foi caracterizado como um estado agrícola e, a partir dos anos 1970, também avançou no processo de industrialização, principalmente na região de sua capital. Curitiba. Com uma população de cerca de 11 milhões de habitantes, o Estado do Paraná tem uma história de povoamento recente, processo que ocorreu por três frentes de ocupação

⁵ O índice de desenvolvimento humano (IDH) é uma medida-resumo do desenvolvimento humano. Mede a realização média de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, educação; e renda. Lançado pela ONU na década de 1990, IDH propõe verificar o grau de desenvolvimento de um país. (Scarpin & Slonski, 2007)

Desde os primórdios da colonização brasileira, no século XVI, apenas o litoral e, posteriormente, a parte onde hoje se encontra Curitiba, eram habitados pelos colonizadores. A ocupação do norte do Estado só foi ocorrer com intensidade a partir dos anos 40, em decorrência da cafeicultura paulista, tendo sido uma das áreas mais ricas do Estado até um passado recente. O Sudoeste foi ocupado a partir dos anos 50, também em decorrência de uma frente de ocupação vinda do Rio Grande do Sul, onde predominavam famílias praticando uma agricultura de subsistência. (Rolim & Kureski, 2007, p.113)

A tabela 1 aponta para um dado importante, pois apesar da proximidade entre os municípios, os cursos localizam-se em regiões com características diferentes dentro do mesmo estado, o que pode ser percebido ao analisarmos os números de IDH. Os municípios da região norte do Paraná apresentam índice acima da média estadual, enquanto o município localizado ao sudeste apresenta IDH inferior. A região sudeste é considerada uma das mais pobres do estado, com indicadores socioeconômicos abaixo da média estadual. Grande parte da atividade agropecuária nesta mesorregião é caracterizada pela agricultura familiar, com baixa remuneração

A taxa de pobreza, que indica a proporção de famílias com renda familiar mensal de até meio salário mínimo em relação ao total de famílias, revela que a quase totalidade dos municípios do Sudeste Paranaense apresenta patamares superiores à média do Estado, que é de 20,87%. (Nunes, & Melo, 2012, p.189)

Por sua vez, o Norte do Paraná foi colonizado e desenvolvido por intermédio da cafeicultura e já foi uma das áreas mais prósperas do estado. A expansão da produtividade agrícola é responsável pelos bons níveis de desenvolvimento econômico da região. Ao norte central estão localizadas as duas maiores universidades estaduais do Paraná, as quais tem forte

ligação com a região e contribuem com o seu desenvolvimento por meio da participação ativa nos problemas regionais (Rolim & Serra, 2007).

Os serviços prestados à comunidade materializam a atuação regional das IEES. No caso das instituições do Paraná, destacam-se os hospitais universitários, os hospitais de clínicas, as clínicas odontológicas, os colégios de aplicação, entre outros. Caldarelli, Camargo e Perdigão (2015) desenvolveram um estudo sobre o impacto das instituições no desenvolvimento econômico regional, especificamente no estado do Paraná. A análise revelou que os indicadores de desenvolvimento no estado apresentam grande desigualdade entre os municípios e que a presença de IES estaduais reflete positivamente nos indicadores de desenvolvimento humano e econômico dos municípios em que estão inseridas. Ainda que em termos de educação básica e saúde, o impacto nas regiões onde estão inseridas seja baixo, os autores concluem: “as IES estaduais paranaenses são agentes relevantes no desenvolvimento regional do estado, sobretudo emprego e renda” (p.104).

De acordo com dados do Censo da Educação Superior (2021), apresento na tabela a seguir o quadro de funcionários das IES dos cursos em estudo:

Tabela 2 – Dados do Censo (2021) quanto ao quadro de funcionários das universidades estaduais de C1, C2 e C3.

Instituição de Ensino Superior	Quantidade de funcionários técnico-administrativos	Quantidade total de docentes
IES de C1	209 funcionários	887 docentes
IES de C2	1428 funcionários	1753 docentes
IES de C3	756 funcionários	1820 docentes

Fonte: Elaborado pela autora.

Rolim e Kureski (2007) apontam que as universidades estaduais paranaenses são importantes empregadoras. Como grande responsáveis pelo volume total de empregos gerados

pelo estado, as IEES de C2 e C3 são consideradas as principais responsáveis pelo impacto sobre a renda estadual (cerca de 60% desse impacto), configurando-se enquanto importantes vetores de desenvolvimento econômico nos municípios em que estão presentes.

Quanto aos documentos que compõem o universo dos dados da pesquisa, trata-se de três PPCs (PPC1, PPC2 e PPC3) e 26 programas de disciplinas, totalizando 29 documentos. A partir da data na qual foi realizada a coleta dos dados da pesquisa - no mês de dezembro de 2021 – foi estabelecida a data corte dos documentos analisados enquanto àqueles que se encontravam em vigência naquele respectivo ano.

Sobre as formas de acesso aos documentos, os PPCs de duas Instituições de Ensino Superior (IES) estavam disponíveis *online* na página da internet dos cursos. Com relação aos programas das disciplinas, uma das universidades disponibiliza os documentos completos para acesso também em sua plataforma *online*. Para obter o PPC e os programas das outras duas universidades, foi realizado contato com a coordenação dos cursos de Psicologia que prontamente fizeram o envio dos documentos por e-mail.

A apresentação dos PPCs se dará em blocos que organizam as dimensões indicadas pela proposta de metodológica de Seixas et al. (2013). Na sequência, apresentam-se os dados coletados a partir dos planos de ensino/programas de disciplinas, também seguindo a lógica de categorias para viabilizar a análise posterior.

5.1 OS DADOS A PARTIR DA LEITURA DOS PPCS

A apresentação dos dados obtidos a partir da leitura dos três documentos buscou indicar o conteúdo que responde às categorias descritas por Seixas et al. (2013), organizadas em três blocos. O Bloco I agrupa as características gerais do curso (como quantidade de vagas, turno de funcionamento, duração etc.), o perfil do egresso, o processo formativo, as

justificativas para existência do curso e o histórico do curso. Para definição destas categorias foram priorizados os temas que estão presentes na maioria dos PPCs.

O *perfil do egresso* refere-se ao profissional em Psicologia que se pretende formar, que características ele deve conjugar e quais competências e habilidades são esperadas, desse psicólogo, ao término dos anos do curso. O *processo formativo*, por sua vez, trata das estratégias de ensino previstas para que o perfil do egresso seja alcançado, como contato com profissionais formados, experiências de extensão e pesquisa, participação direta na comunidade, entre outras. Já a *justificativa* desdobra-se em duas subcategorias: da existência do curso e da reforma curricular. (Seixas et al., 2013, p.117, grifo dos autores)

Sobre o Bloco II – Ênfases curriculares e disciplinas – “a definição das ênfases constitui-se em um dos caminhos pelo qual o curso operacionaliza os seus pressupostos presente no Bloco I.” (p.117). Com relação às disciplinas, os três PPCs em estudo indicam a matriz curricular dos respectivos cursos.

O Bloco III – Práticas profissionais - diferencia-se do anterior por focar atividades eminentemente práticas, mas também por referir-se à forma como o curso operacionaliza seus pressupostos. Sobre os dados que compõem este bloco, Seixas et al (2013) afirmam que:

As especificações quanto a essa temática encontram-se tanto nas ementas das disciplinas como em trechos do PPC. De maneira geral, o conteúdo tratado refere-se aos estágios – tanto básicos, como profissionalizantes –, mas não se restringe a eles, todo texto que prescreva expressamente uma atividade prática está incluído nesse bloco. (p.118)

Com relação às características gerais, a primeira oferta do curso relativo ao PPC1 foi o ano de 2003, tratando-se, portanto, de um curso bem mais recente se comparado com C2 e C3. O turno de funcionamento é integral, ofertando 30 vagas com duração mínima de 5 anos e

máxima de 7 anos. Quanto ao perfil do egresso, o PPC1 indica de forma sucinta que “o psicólogo formado deve estar comprometido com práticas profissionais marcadas pela competência e compromisso ético e político permeados pela contínua construção e aplicação do conhecimento científico”.

Sobre a relação com a pesquisa e extensão, que compõem a categoria do processo formativo, o PPC1 descreve:

A pesquisa em Psicologia é entendida como sendo de fundamental importância para o curso, sendo uma das ênfases executadas. O acadêmico tem espaços diversos para a produção e apresentação de suas iniciativas nesse campo.

Como curso de área de saúde, a extensão e atendimento a comunidade é uma inserção absolutamente essencial ao desenvolvimento dos acadêmicos e se dá através de práticas em disciplinas, projetos específicos e estágios básico e profissionais.

Além do trecho citado, o PPC1 indica que existem as disciplinas de “Prática em Pesquisa”. O documento trata muito pouco sobre o tema, de forma que não há uma especificação sobre os espaços para o desenvolvimento de tais práticas.

Ao indicar a justificativa social e institucional do curso, o PPC1 apresenta de forma detalhada elementos do histórico do curso, que inicialmente foi estruturado para ofertar dupla formação – Bacharelado e Formação de Psicólogo – mas que a partir de 2004, devido às DCN, passa a ter formação única, com duração de cinco anos, em Formação de Psicólogo. Segundo o próprio documento, a expansão desta IES para a implantação do C1 evidenciou a preocupação com o atendimento da criança e do adolescente com necessidades especiais. Tal preocupação se relacionava atuação de uma antiga faculdade da região na formação de recursos humanos para a Educação Especial, que era responsável pela formação de grande parte dos profissionais da região. Ou seja, as discussões regionais sobre Educação Especial e Educação Inclusiva abriram espaço para a criação do curso de graduação em Psicologia nesta

IES, além da constatação do crescimento na área clínica e de saúde pública no município sede da região do curso.

Sobre as justificativas do curso, o documento apresenta: cumprindo o Plano de Expansão delineado através de levantamentos sistemáticos de demandas regionais; crescimento efetivo na área clínica e de saúde pública, com falta de profissionais para o trabalho com a saúde mental; crescimento da área escolar e de suas necessidades para além das avaliação psicoeducacional; município em processo de industrialização, com implantação de empresas de grande porte, trazendo novas perspectivas para a área organizacional de do trabalho; anseios e necessidades das comunidades da região e da determinação da Universidade em fazer avançar sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento social e científico.

Sobre as ênfases curriculares, o PPC1 indica que o curso possui duas ênfases: 1 - Psicologia e processos de investigação científica e 2 - Processos educativos, prevenção e promoção de saúde, sendo que o aluno deve optar por ao menos uma. Elas estão descritas no documento a partir de competências e habilidades específicas e cada ênfase possui disciplinas optativas específicas. As disciplinas do C1 são anuais e toda a grade curricular consta no PPC com a indicação do nome da disciplina, a série correspondente e carga horária anual. A matriz curricular e ementário completo das disciplinas podem ser consultados no Anexo 1.

Ao apresentar os princípios norteadores do PPC, o documento indica que um dos eixos estruturantes da proposta curricular é referente as práticas profissionais, “voltadas para o domínio de habilidades e competências necessárias ao psicólogo em seus diversos contextos de inserção”. Dentro desse eixo, encontram-se os estágios:

Estágio Básico: Executado no âmbito das disciplinas. São voltados para o desenvolvimento do conhecimento dos campos e possibilidades de atuação, habilidades e competências necessárias ao exercício profissional.

Quanto a carga horária de estágio básico, está estabelecido no documento 187 horas, que são divididas entre os estágios nas diferentes áreas: Introdução à Psicologia (34h); Psicologia Social (17h); Psicologia Escolar e problemas de aprendizagem (34h); Psicologia da Pessoa Portadora de Deficiência (17h); Psicopatologia (17h); Técnicas de Aconselhamento Psicológico (34h); e Orientação para a escolha profissional (34h).

Estágio Curricular Profissional: São imersões nos campos de atuação profissional. O acadêmico faz opção por 03(três) áreas de atuação, sendo uma delas, necessariamente, na ênfase escolhida.

Com relação ao estágio profissional, deverão ser realizadas 510 horas de estágio, que serão divididas entre as três áreas de atuação pelas quais o estudante optar para a realização do mesmo, sendo uma delas a área da ênfase escolhida. O documento não especifica quais são as possíveis áreas de atuação para realização do estágio profissional. Além dos estágios, compondo a categoria das práticas profissionais, o curso C1 propõe as disciplinas de “Prática em Pesquisa Psicológica I” e Prática em Pesquisa Psicológica II enquanto disciplinas optativas.

O texto do PPC2 inicia com a descrição de algumas informações gerais do curso, como o turno integral e o período para conclusão de 5 anos (mínimo) a 9 anos (máximo). Não foram identificados o número de vagas ofertada pelo curso. Sobre o perfil do egresso, o PPC2 aponta tratar-se de um:

Profissional com uma sólida formação científica, que domine os conhecimentos psicológicos necessários a uma atuação profissional em diferentes contextos, reconhecendo a diversidade de perspectivas necessárias a compreensão do ser humano, sendo capaz de atuar em equipes multiprofissionais, fazer a integração entre a teoria e a prática, assim como aprimorar-se constantemente. Deverá estar capacitado a desenvolver procedimentos de avaliação, diagnóstico, planejamento, prevenção e

intervenção; em nível individual, grupal, institucional/organizacional e comunitário, assim como, a realização de pesquisas que possibilitem a reflexão e a produção de conhecimento, além da compreensão crítica da realidade social, cultural, econômica e política, no respeito a princípios éticos nas relações humanas, profissionais e de pesquisa.

O documento faz pouca referência a atividades que podem ser relacionadas à categoria processo formativo. Consta na matriz curricular a disciplina Prática em Pesquisa e há indicação de atividades de extensão desenvolvidos pelo Departamento de Pós-graduação em Psicologia, atendendo famílias, crianças, adolescentes e dependentes químicos, desenvolvidos pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia.

Apesar de não fazer referência ao item relativo a justificativa do curso, é possível identificar elementos no PPC2 que podem compor esta categoria:

... [O curso] mantém indissociável elo com a comunidade local, regional e interestadual, recebendo acadêmicos desta ampla faixa geográfica, como também prestando serviços a várias comunidades destas regiões, muitas vezes utilizando-se dos resultados de suas pesquisas. Também contribui para a inserção de profissionais na área da Saúde, Educação e Trabalho, uma vez que os profissionais formados pelo curso têm se inserido no mercado de trabalho predominantemente nas secretarias municipais de educação e saúde, clínicas particulares, empresas, escolas privadas e de educação especial, no magistério de ensino superior e como pesquisadores.

Sobre o histórico, o PPC2 descreve que o curso foi criado em 1979 na busca de uma proposta alternativa ao modelo médico/clínico historicamente predominante no Brasil. “Desde a sua criação, a dialética entre a formação predominantemente clínica e técnica e as demandas sociais, bem como o dimensionamento do saber e o acesso a novos ‘saberes’ têm permeado

nossas discussões”. A partir das DCN de 2004, o Curso precisou ser reformulado e um novo projeto pedagógico foi implantado em 2007 com o objetivo de contemplar componentes curriculares para uma formação profissional sólida e pluralista, “...mantendo a meta em defesa da saúde mental e da contextualização histórica e social da constituição do sujeito”.

A partir de uma formação que contempla os principais referenciais teórico-metodológicos da Psicologia, o PPC2 propõe: “1. Subsidiar o desenvolvimento científico e a atuação em novas áreas, 2. Possibilitar aos estudantes uma fundamentação que dê sustentação às possíveis ênfases oferecidas para a sua formação profissional; 3. Sustentar posterior aprofundamento acadêmico e profissional”.

Três ênfases curriculares são indicadas e ofertadas pelo C2: Ênfase em Saúde e Processos Clínicos; Ênfase em Educação; Ênfase em Trabalho. Porém, o documento não descreve de forma detalhada cada uma delas, mas indica as apenas as disciplinas que as compõe: disciplinas práticas compostas por dois módulos interdependentes que devem ser cursados sempre concomitantemente. Sobre a matriz curricular, que pode ser consultada no Anexo B, são apresentadas as disciplinas com os respectivos nomes, série e carga horária (semanal, semestral e anual).

Com relação à categoria práticas profissionais, o PPC2 aponta que:

Para o desenvolvimento dos conteúdos práticos, o curso conta com Laboratório de Psicologia Experimental, Sala de Exames Psicológicos; Laboratórios de Ensino e Pesquisa e com a Unidade de Psicologia Aplicada (UPA) onde, desde a primeira turma do Curso, acontecem os estágios dos alunos do 5º ano, com objetivo de ensino e também de oferecer atendimento à comunidade nas áreas de Psicologia Clínica, Escolar e Trabalho. Esse serviço é gratuito e prioriza o atendimento às instituições públicas e comunitárias.

Quanto às informações sobre os estágios, o PPC2 apresenta o Regulamento do Estágio Curricular que trata sobre a constituição dos estágios, a finalidade, organização, atribuições do coordenador, orientador e supervisor e formas de avaliação. Segundo o documento, os estágios estão organizados em dois níveis: estágios básicos e estágios específicos das ênfases. Como objetivo, “os Estágios devem propiciar a complementação do processo ensino-aprendizagem”.

Sobre os locais de realização dos estágios, o documento indica que serão desenvolvidos em unidades cedentes que estejam adequadas a formação de psicólogo. Ainda, tais unidades devem ter condições de proporcionar a vinculação teórico-prática na formação do estagiário. Ainda, descreve elementos que caracterizam a finalidade do estágio, tais como: oferecer aos estagiários do Curso de Graduação em Psicologia uma vivência por intermédio da aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos no decorrer do curso; integrar as diversas áreas do saber psicológico; discutir o modelo de intervenção para a formação do psicólogo nas diversas áreas de atuação.

O PPC3, que se apresenta no formato de Resolução, foi publicado em 2018 para ser implantado no ano letivo de 2019, em substituição ao PPC anterior, de 2009. Sobre as informações gerais do curso, indica a oferta de 80 vagas para o curso de Psicologia, no período integral. A duração prevista para o curso é de 5 anos (mínima) a 10 anos (máxima).

Sobre o perfil do egresso, descreve:

Formar profissionais com competências teórico e técnica para o desenvolvimento de ações de pesquisa, diagnóstico e intervenção psicológicas sustentadas numa posição ética e crítica, comprometidos com o seu objeto de trabalho e com os diferentes cenários de atuação; formar profissionais qualificados, autônomos e responsáveis com a formação e com a produção do conhecimento científico, capacitados ao trabalho em equipe interdisciplinar como também na gestão de projetos que envolvam o escopo do

trabalho do psicólogo; formar profissionais que possam atuar e pesquisar nas áreas da clínica, da saúde, da educação, do trabalho, das organizações e das instituições que abarcam o objeto de estudo da psicologia. Com isso, espera-se uma formação comprometida com as transformações político-sociais, sustentada numa prática responsiva às exigências de uma educação inclusiva, com valores de diversidade e de cidadania.

Além perfil do concluinte, o PPC3 também indica as competências e habilidades esperadas dos profissionais conforme prescrevem as DCN para os cursos de graduação em Psicologia. Entre elas, são citados como exemplos: identificar a diversidade de perspectivas necessárias à compreensão do ser humano; compreender criticamente os acontecimentos políticos, sociais, econômicos e culturais do país, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão; intervir nos distintos contextos em que atua o psicólogo, ponderando as necessidades sociais, as políticas públicas, os direitos humanos, considerando a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e sociedade.

Quando trata sobre o Sistema Acadêmico, o PPC3 prevê, além das atividades acadêmicas obrigatórias, a realização de atividades acadêmicas complementares, as quais podem ser indicadas como parte do processo formativo. Segundo previsto, o estudante deverá cumprir 400 horas de atividades acadêmicas complementares, que podem ser, por exemplo: estágios curriculares não obrigatórios; programas de extensão; projetos de extensão; projetos de pesquisa; projetos de pesquisa em ensino. Com relação as categorias “justificativa” e “histórico do curso”, não foram identificadas no documento informações para compor estes campos.

O PPC3 indica a oferta de duas ênfases curriculares sendo que o estudante poderá optar por fazer apenas uma ou ambas. Segue a descrição conforme consta no documento:

Ênfase I: Investigação científica e intervenção em processos clínicos e saúde. Consiste na concentração de competências para atuar de forma ética e crítica, sustentadas numa postura de investigação a partir dos referenciais teóricos, a fim de estabelecer ações de caráter de prevenção e promoção à saúde, bem como tratamento e reabilitação, e das práticas estabelecidas a partir de processos diagnósticos e estratégias clínicas frente às questões e demandas de ordem psicológica e/ou psicossocial apresentadas por indivíduos e/ou grupos nos contextos clínicos e de saúde.

Ênfase II: Investigação científica e intervenção em processos sociais e institucionais. Consiste na concentração de conhecimentos, habilidades e competências em atuar de forma ética e coerente com os referenciais teóricos pertinentes, valendo-se de instrumentos e procedimentos de diagnóstico, investigação científica, planejamento e intervenção em Processos Sociais e Institucionais. Visa capacitar o formando a utilizar criticamente diferentes estratégias de concepção, condução, descrição e análise de processos da prática psicológica, que abarquem diferentes dimensões presentes na relação homem e sociedade, tais como a educação, as relações de trabalho e a dimensão organizacional, colaborando para o desenvolvimento humano em distintos contextos sociais e institucionais.

O PPC3 estabelece a matriz curricular, que pode ser consultada no Anexo C, indicando o nome da disciplina, a série, o semestre e a carga horária correspondente. Além disso, os conteúdos curriculares do curso estão organizados conforme os eixos do conhecimento indicados pelas DCN (2004), elemento que será importante para a etapa de análise dos dados, já que tais eixos também são considerados categorias analíticas na metodologia proposta (Seixas et al, 2013).

Sobre a categoria referente as práticas profissionais, podemos observar atividades práticas descritas nas indicações de atividades complementares (conforme indicado

anteriormente no item sobre o processo formativo) como, por exemplo, estágio não obrigatório e projetos de pesquisa. Os estágios curriculares também compõem esta categoria. O estudante deverá cumprir 120 horas de estágio básico e 510 horas de estágio específico da ênfase escolhida. Então, no caso da escolha pelas duas ênfases ofertadas no curso, deverão ser cumpridas 1140 horas de estágio profissional. O documento também menciona que as informações sobre acompanhamento e avaliação dos estágios básicos e estágios específicos das ênfases estão definidos em regulamento próprio.

5.2 OS DADOS A PARTIR DA LEITURA DOS PROGRAMAS DE DISCIPLINAS

Nessa seção, serão apresentados os dados obtidos a partir da leitura de programas de 26 disciplinas que compõem o caminho formativo proposto pelos PPCs investigados. Resgatando o processo de seleção dos programas, foram observadas a presença no título e na ementa de cada disciplina, palavras relacionadas ao universo da pesquisa: “Psicologia social”; “Psicologia comunitária”; “políticas públicas”; “saúde pública/saúde coletiva”; “direitos humanos”; “assistência social”; “comunidades”; “grupos” e “interdisciplinaridade”. A tabela a seguir indica a distribuição das disciplinas por curso, a posição na grade curricular e a carga horária:

Tabela 3 – Disciplinas selecionadas como fonte de dados da pesquisa.

Curso	Disciplinas	Série	Carga horária anual
C1	SOCIOLOGIA	2 ^a	68
	PSICOLOGIA SOCIAL	2 ^a	136
	ANTROPOLOGIA CULTURAL	3 ^a	102
	PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL	Optativa	68
	PSICOLOGIA COMUNITÁRIA	Optativa	68
	SAÚDE COLETIVA E INTERDISCIPLINARIDADE	Optativa	68
	ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM	Optativa	68

	INSTITUIÇÕES DE SAÚDE		
C2	SOCIOLOGIA GERAL	1ª	68
	PSICOLOGIA SOCIAL	2ª	136
	PROCESSOS GRUPAIS	2ª	68
	PSICOLOGIA INSTITUCIONAL	3ª	68
	PSICOLOGIA E SAÚDE PÚBLICA	4ª	51
	GRUPO DE ATENDIMENTO E PROMOÇÃO DE SAÚDE	4ª	51
	PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	Optativa	51
	PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA	Optativa	68
C3	ANTROPOLOGIA	1ª	60
	PSICOLOGIA SOCIAL	1ª	60
	HISTÓRIA DA PSICOLOGIA	1ª	60
	SOCIOLOGIA I	1ª	30
	SOCIOLOGIA II	2ª	60
	PSICOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO	2ª	60
	CLÍNICA DO SOCIAL: Políticas de subjetivação	2ª	60
	PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	3ª	60
	PSICOLOGIA SOCIAL, GRUPOS E INSTITUIÇÕES	3ª	30
	PRÁTICAS EMERGENTES DO PSICÓLOGO SOCIAL	5ª	60
	SAÚDE MENTAL E SAÚDE COLETIVA	5ª	60

Fonte: Elaborado pela autora.

Das disciplinas selecionadas, quatro foram descartadas para as etapas da descrição e análise dos dados. Tratam-se de disciplinas que indicam algum elemento relacionado a dimensão social, mas não possuem foco no campo de interesse da pesquisa, a saber, a inserção da Psicologia em contextos de pobreza e exclusão social a partir do diálogo com as políticas públicas e a Psicologia Social. As disciplinas que compõem este grupo são: “Grupo de Atendimento e Promoção de Saúde”, “Processos Grupais” e “Psicologia Institucional” do C2 e “Psicologia e Desenvolvimento Humano” do C3.

A disciplina “Grupo de Atendimento e Promoção de Saúde”, apesar de indicar na bibliografia a temática do SUS, o conteúdo programático mostra que o foco está nos fundamentos teóricos e técnicos do trabalho em grupo. O mesmo ocorre com a disciplina “Processos Grupais” que apresenta no conteúdo programático, por exemplo, elementos como

“fundamentos teóricos da dinâmica de grupo e dos grupos operativos”, “técnicas do trabalho com grupos”, além de bibliografia básica ser relacionada de modo específico a dinâmica de grupos. Sobre a disciplina “Psicologia Institucional”, é possível observar no conteúdo programático o distanciamento dos temas que caracterizam o compromisso social da Psicologia. Por fim, “Psicologia e Desenvolvimento Humano” demonstrou no seu respectivo programa que o conteúdo está voltado a discussão sobre o ciclo de vida.

Desta forma, os dados que serão aqui apresentados referem-se a 22 programas de disciplinas, sendo 16 disciplinas obrigatórias e 6 disciplinas optativas (indicadas na Tabela 2). Cabe destacar que todas as disciplinas selecionadas de C3 são obrigatórias, dado importante considerando que a seleção foi realizada a partir da relação com o universo da pesquisa.

Sobre a disciplina “Psicologia e Assistência Social” de C2, chama a atenção o fato de que, ainda que optativa e com pequena carga horária, trata-se do único curso a ofertar disciplina relacionada ao trabalho do psicólogo nesta área de atuação. O mesmo ocorre com as disciplinas “Psicologia Comunitária” de C1 e “Psicologia Social Comunitária” de C2 que demonstram o compromisso social da Psicologia a partir dos seus conteúdos e bibliografias, porém ofertadas como optativas nos dois cursos. Nesse mesmo sentido, a disciplina “Psicologia e Saúde Pública” do curso C3, por tratar-se de disciplina da “Ênfase Saúde e Processos Clínicos”, não é ofertada a todos os estudantes.

Os dados serão descritos a partir da organização dos programas de disciplina que, diferente dos PPCs, todos apresentam a mesma estrutura, a partir de seguinte sequência: Ementa e Objetivos da disciplina (Tabelas 3, 4 e 5), Conteúdo Programático (Tabelas 6, 7 e 8) e Bibliografia Básica (Tabelas 9 e 10).

A ementa da disciplina deve indicar de forma resumida o conteúdo obrigatório a ser trabalhado pela disciplina. Este item compõe os programas das disciplinas e muitas vezes é confundido com os objetivos e conteúdo programático. Os objetivos indicados nos programas

correspondem a segunda categoria indicada para a leitura e análise dos programas. Eles definem o que se espera dos estudantes e constituem o elemento central dos programas, derivando deles componentes programáticos da disciplina. Além disso, indicam a função da disciplina no âmbito do curso (Gil, 2020) As Tabelas 3, 4 e 5 apresentam, por curso, as ementas e os objetivos, conforme constam nos programas das disciplinas. A leitura das ementas foi o crivo para a seleção das disciplinas que serão analisadas. Os objetivos foram acessados no segundo momento, através dos programas e, por apresentarem relação direta com as ementas, estão agrupados na mesma tabela.

Tabela 4 – Ementa e objetivos das disciplinas selecionadas de C1

Disciplina	Ementa	Objetivos
ANTROPOLOGIA CULTURAL	Os seres humanos e as sociedades. Os seres humanos e a subjetividade. Relações de poder. Relações de gênero. Relações étnico-raciais na sociedade brasileira.	Introduzir os alunos e alunas em temas da Antropologia, buscando estabelecer um debate entre a psicologia e a antropologia através da discussão de diferentes temas, como as bases da antropologia, suas escolas, o conceito de cultura e suas ramificações. Ao final do curso o aluno deverá estar familiarizado com as principais discussões do campo antropológico e pensar a área de atuação da Psicologia interdisciplinarmente.
ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE	Estudos sobre a prática do psicólogo em instituições de saúde. Possibilidades, procedimentos, instrumentos e perspectivas teóricas da Psicologia Clínica e da Saúde. Políticas públicas e privadas de saúde. Legislação.	Apresentar as contribuições da psicologia na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas; Discutir os diferentes níveis das políticas públicas e os agenciamentos sociais neles presentes; Apresentar a constituição das redes de atenção em saúde e sua articulação com outros setores; Discutir a inserção de psicólogos/as e as possibilidades de atuação nos diferentes níveis de atenção (primário, secundário e terciário) e instâncias (assistência, planejamento/gestão, controle social e educação) do Sistema

		Único de Saúde; Instrumentalizar os alunos para a atuação no campo da saúde.
PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL	A pesquisa visa a relação indivíduo/sociedade gerada pela dimensão social da história humana. Epistemologia da pesquisa social participante. Estudo das condições concretas (sócio, político e históricas) e dialoga com a psicanálise para a compreensão do particular integrado repressivamente à totalidade social.	Conhecer as raízes históricas da constituição da pesquisa em psicologia social e seus processos metodológicos. Identificar as principais abordagens de pesquisa no campo da psicologia social. Discutir diferentes modos de construção e apreensão do objeto da psicologia social.
PSICOLOGIA COMUNITÁRIA	Comunidade: conceito e dinâmicas. A Psicologia e as práticas comunitárias. Psicologia preventiva e comunidade. Práticas em saúde, educação e o trabalho em comunidades urbanas e rurais.	Contextualizar a Psicologia Comunitária, conhecer seus conceitos considerando as categorias de análise crítica da realidade, as possibilidades e as formas de intervenção em instituições e comunidades na área de Psicologia Social Comunitária. Aprender a identificar e priorizar problemas de uma dada comunidade assim como compor um quadro explicativo, articulado e contextualizado conforme a realidade histórica, cultural, social, política e econômica em questão. Refletir sobre as dificuldades e os conflitos das instituições e dos profissionais envolvidos em trabalhos comunitários no cenário atual brasileiro.
PSICOLOGIA SOCIAL	Retrospectiva histórica da produção de conhecimentos na Psicologia Social. Atitudes. Percepção social. Linguagem, comportamento e interação. Processos de socialização. Controle social. Diversidade e exclusão. Relações étnico-raciais e Psicologia Cultural. Planejamento e intervenção nas questões sociais.	Apresentar a Psicologia Social como um conjunto de teorias, métodos e práticas profissionais que compreendem o indivíduo e a sociedade como construções históricas, codependentes e singulares; Problematizar a invenção da “psicologia social” como campo de conhecimento a partir da desnaturalização da dicotomia indivíduo x sociedade; Conhecer as principais concepções teóricas da Psicologia Social na América Latina e no Brasil; Compreender e analisar o impacto

		das transformações socioculturais na experiência de constituição do sujeito na contemporaneidade; Contextualizar a função política da Psicologia na atualidade; Aproximar os acadêmicos das diferentes possibilidades de inserção do psicólogo social, percorrendo as políticas públicas e contextos atuais.
SAÚDE COLETIVA E INERDISCIPLINARIDADE	Conceito ampliado de saúde. Políticas públicas de saúde. Articulação ensino-serviço em saúde. Participação social em saúde. Campo e núcleo de saberes e práticas em saúde coletiva.	Conhecer e discutir sobre os princípios e diretrizes que configuram o Campo da Saúde Coletiva no Brasil; Conhecer e discutir sobre a Política de Educação para o Sistema Único de Saúde; Discutir sobre a participação social como diretriz do SUS e como direito de cidadania; Conhecer e discutir sobre o conceito de interdisciplinaridade e as práticas interdisciplinares no Campo da Saúde; Conhecer e discutir sobre Políticas e práticas de saúde.
SOCIOLOGIA	O estudo das manifestações e comportamentos humanos dentro da sociedade. Privilegia a discussão das diversas correntes que permeiam o pensamento sociológico, bem como seus representantes e as concepções da produção de conhecimento. Assim como, as influências das ideologias no desempenho das práticas humanas nos diversos grupos sociais.	Fomentar a compreensão do contexto da Modernidade, que cria as condições para o surgimento da Sociologia como ciência. Discutir e problematizar os significados da transição à Modernidade, que tem na Sociologia uma de suas expressões cognitivas típicas. Possibilitar o entendimento do surgimento da Sociologia e de sua expressão em seus três principais clássicos.

Fonte: Elaborado pela autora.

A seleção das disciplinas acima relacionadas se deu a partir da observação no texto das ementas dos elementos a seguir: “Relações de poder”; “Relações étnico-raciais na sociedade brasileira”; “Políticas públicas e privadas de saúde”; “Epistemologia da pesquisa social participante”; “Práticas em saúde, educação e o trabalho em comunidades urbanas e rurais”; “Diversidade e exclusão”; “Políticas públicas de saúde”; “Planejamento e intervenção nas

questões sociais” e “as influências das ideologias no desempenho das práticas humanas nos diversos grupos sociais”. Entendemos que a referência às políticas públicas de forma geral, questões sociais como diversidade e exclusão além da inserção em contextos comunitários, são temas que indicam alguma possibilidade de tais disciplinas abordarem a questão da pobreza.

Tabela 5 – Ementa e objetivos das disciplinas selecionadas de C2

Disciplina	Ementa	Objetivos
PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	O trabalho do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): perspectivas comunitárias e interdisciplinares.	Conhecer os aparelhos do SUAS; construir habilidades visando o trabalho interdisciplinar na assistência social; formar competências baseadas na perspectiva psicossocial de trabalho comunitário.
PSICOLOGIA E SAÚDE PÚBLICA	A história, os fundamentos e áreas de aplicação da Psicologia no contexto da Saúde Pública.	Promover ao aluno o conhecimento a respeito de saúde pública, seus elementos, finalidades e áreas de aplicação; propiciar o conhecimento histórico da saúde e saúde mental no Brasil; levar o aluno a refletir sobre as políticas de saúde e saúde mental no Brasil.
PSICOLOGIA SOCIAL	Teorias e temas clássicos e atuais da Psicologia Social na perspectiva dos Direitos Humanos	Propiciar ao aluno a compreensão crítica das práticas sociais e dos processos de subjetivação na perspectiva fundamental dos Direitos Humanos no desenvolvimento histórico das questões socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero.
PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA	Teorias, temas e perspectivas de aplicação clássicas e atuais da Psicologia Social.	Propiciar ao aluno a compreensão do desenvolvimento histórico da Psicologia Social, seus pressupostos teóricos, metodológicos, de modo a possibilitar perspectivas de atuação, a partir dos mesmos, frente à realidade.
SOCIOLOGIA GERAL	Estudo da gênese e do desenvolvimento da sociedade capitalista enfatizando seu caráter histórico, suas contradições e as consequências destas sobre o	Investigar as bases históricas do modo de produção capitalista; destacar o papel do trabalho como protoforma da existência social; avaliar os processos de alienação

	mundo do trabalho.	e de formação da subjetividade estranhada; conhecer os mecanismos de construção ideológica; municar os alunos de psicologia com elementos teóricos que permitam adensar sua prática acadêmica presente e sua atuação profissional futura.
--	--------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação as disciplinas de C2, os conteúdos do ementário que demonstram a possibilidade de articulação com a questão da pobreza, determinando a seleção das disciplinas, foram: “O trabalho do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): perspectivas comunitárias e interdisciplinares”; “Psicologia no contexto da Saúde Pública”; “Direitos Humanos”; “Estudo da gênese e do desenvolvimento da sociedade capitalista”.

Tabela 6 – Ementa e objetivos das disciplinas selecionadas de C3

Disciplina	Ementa	Objetivos
ANTROPOLOGIA	Fundamentos conceituais da Antropologia. A Antropologia no quadro das ciências sociais. O homem como ser bio-cultural. Diversas formas de existir socialmente. Educação das relações étnico-raciais	Capacitar o aluno para que perceba como a cultura participa da construção do indivíduo, de sua visão de mundo e da sua individualidade; Problematizar os encontros e desencontros entre a visão da Antropologia, centrada na comunidade social, e a da Psicologia, centrada no indivíduo e suas percepções; para tal efeito são especialmente enfatizadas temáticas comuns aos dois campos do conhecimento, tais como as noções de cultura, inconsciente, corpo, identidade, saúde/doença, sistemas de explicação e simbolização do mundo, entre outros
CLÍNICA DO SOCIAL: Políticas e subjetivação	Construção social da clínica no cotidiano. Políticas de subjetivação: da sociedade disciplinar à sociedade de controle. O sujeito na sociedade contemporânea:	Apresentar teórica e metodologicamente os estudos mais recentes da Psicologia Social; Problematizar a noção de sujeito; Analisar a construção social da clínica no cotidiano das relações

	relações de poder, fragmentações e devires. Intervenções do psicólogo no campo socio clínico: macro e micropolítica no cotidiano.	sociais; Abordar as novas políticas de subjetivação emergentes no contemporâneo; Debater as possibilidades de intervenções do psicólogo no campo socioclínico.
HISTÓRIA DA PSICOLOGIA	A história da psicologia em uma perspectiva política e social. Caracterização de paradigmas de ciência e suas repercussões na psicologia. Matrizes da psicologia. História da psicologia no Brasil. Construção histórica de conhecimentos em psicologia e a interface com outras áreas de saber: interdisciplinaridade.	Construir competências e habilidades de análise histórica, desenvolver a capacidade de pensamento crítico e situado quanto a compreensão de um fenômeno histórico e social que são os saberes e práticas psicológicas.
PRÁTICAS EMERGENTES DO PSICÓLOGO SOCIAL	O social contemporâneo a partir de um olhar clínico. Investigação das práticas emergentes em Psicologia Social na interface com outros campos do conhecimento: arte, economia, ecologia, geografia e mídia.	Conhecer diferentes práticas emergentes em Psicologia Social, suas conexões teóricas e possibilidades de ação em diferentes contextos.
PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	Psicologia e Políticas Públicas, cidadania e direitos humanos. Aspectos conceituais, históricos e contemporâneos das políticas públicas no Brasil. Processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Atuação do psicólogo nas políticas públicas	Identificar e atuar nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; Compreender diretrizes, princípios e normas técnicas das Políticas Públicas de saúde e Assistência Social no Brasil; Conhecer a possibilidade de atuação do Psicólogo nos campos da Política Pública Brasileira; Elaborar práticas de trabalho no campo da atuação do psicólogo na gestão pública
PSICOLOGIA SOCIAL	Concepção de homem e de sociedade na Psicologia Social. Fundamentos epistemológicos da Psicologia Social na perspectiva do materialismo histórico. Categorias de análise da Psicologia Social: consciência, linguagem, alienação, ideologia, representação social e identidade. Diálogos entre Psicologia Social e o	Aprofundar as reflexões sobre os fundamentos teóricos, conceituais e epistemológicos da Psicologia Social crítica na América latina; Propiciar aos estudantes o desenvolvimento do pensamento crítico acerca dos acontecimentos contemporâneos.

	cotidiano.	
PSICOLOGIA SOCIAL, GRUPOS E INSTITUIÇÕES	<p>Indivíduo, grupo social e sociedade. Processos grupais, massa e multidão.</p> <p>Instituições sociais: pressupostos históricos e teóricos.</p> <p>Instituições e transformações sociais: família, prisão, trabalho e educação.</p> <p>Implicações para atuação socioclínica do psicólogo nas instituições.</p> <p>Diálogos entre Psicologia Social e Comunitária.</p>	<p>Conhecer a noção de Sujeito e Instituições na perspectiva da Psicologia Social;</p> <p>Problematizar os processos grupais, movimentos sociais e instituições;</p> <p>Analisar as instituições sociais em seus pressupostos históricos, teóricos e práticos;</p> <p>Refletir sobre os pressupostos teórico-metodológicos e as implicações para atuação socioclínica dos/as psicólogo/as em instituições e comunidades.</p>
SAÚDE MENTAL E SAÚDE COLETIVA	<p>Constituição histórica e social do campo da saúde mental no Brasil. A saúde mental a partir dos paradigmas da Reforma Psiquiátrica e da Atenção Psicossocial. Diretrizes da atuação do psicólogo na saúde mental e coletiva.</p> <p>Políticas de saúde mental e suas relações com os movimentos de trabalhadores, usuários e familiares da saúde mental.</p> <p>Produção de conhecimento em saúde mental e coletiva.</p>	<p>Desenvolver competências e habilidades específicas relacionadas à atuação do psicólogo no contexto da saúde mental, integrando reflexão e prática;</p> <p>Caracterizar, numa visão panorâmica brasileiro, o quadro da saúde pública e da saúde mental e coletiva, relacionando-o aos seus principais determinantes econômicos, políticos e sócio-culturais ;</p> <p>Identificar as especificidades do psíquico e da subjetividade na constituição dos objetos de investigação e intervenção do campo sanitário;</p> <p>Situar as possibilidades de intervenção da psicologia no campo da saúde mental, discriminando os principais recursos técnicos disponíveis e sua aplicabilidade aos diversos contextos institucionais das práticas de saúde;</p> <p>Propiciar conhecimentos teórico-metodológicos sobre o campo das políticas públicas em saúde mental, subsidiando a análise do movimento da reforma psiquiátrica no Brasil.</p>
SOCIOLOGIA I	<p>Semelhanças e diferenças entre Sociologia e Psicologia.</p> <p>Conceitos fundamentais da Sociologia que também são eixos teóricos da Psicologia.</p> <p>A peculiaridade da Ciência Social. Indivíduo, Sociedade e Meio Ambiente. Ação social, mudança social e conflito</p>	<p>Estudar sociologicamente questões relacionadas a educação e aos processos de socialização na constituição e formação de indivíduos e grupos sociais;</p> <p>Refletir sobre a relação entre as sociedades e os indivíduos na teoria sociológica de modo a construir um diálogo entre as áreas disciplinares da sociologia e da psicologia;</p>

		Ao final do curso, o discente deve estar preparado para a compreensão dos paradigmas clássicos da sociologia, bem como sua pertinência na atualidade, além de realizar análises críticas sobre a realidade social.
SOCIOLOGIA II	Indivíduo e Sociedade II. Tópicos contemporâneos de Sociologia. Relações étnico-raciais, históricas e cultura afro-brasileira. Indivíduo, coletividades e mundo globalizado. Novas formas de identidade. Trabalho, famílias e sociedade	Introduzir os alunos às principais linhas teóricas da sociologia contemporânea, bem como nos principais temas de debate da sociedade atual; Discutir as relações étnico-raciais; Debater os aspectos relativos à sociologia do corpo; Compreender as discussões sociológicas sobre o mundo do trabalho; Debater as questões de gênero.

Fonte: Elaborado pela autora.

C3 foi o curso com o maior número de disciplinas selecionadas. Indico os conteúdos das ementas que foram considerados para esta seleção: “Educação das relações étnico-raciais”; “O sujeito na sociedade contemporânea: relações de poder”; “A história da Psicologia em uma perspectiva política e social”; “Investigação das práticas emergentes em Psicologia Social”; “Aspectos conceituais, históricos e contemporâneos das políticas públicas no Brasil”; “Aspectos conceituais, históricos e contemporâneos das políticas públicas no Brasil”; “Concepção de homem e de sociedade na Psicologia Social”; “Diálogos entre Psicologia Social e Comunitária”; “Ação social, mudança social e conflito”; “relações étnico-raciais”.

Na sequência, o conteúdo programático constitui mais uma categoria na organização dos dados dos programas. Geralmente organizados em unidades de ensino, “o conteúdo corresponde aos temas e aos assuntos que serão estudados na disciplina com vistas ao alcance dos objetivos pretendidos” (Gil, 2020, p.28). Nas Tabelas 6, 7 e 8 são apresentados estes temas ou unidades (quando o programa assim os descreve), sendo que cada tabela corresponde a um curso.

Tabela 7 – Descrição do conteúdo programático das disciplinas selecionadas de C1.

Disciplina	Conteúdo programático
ANTROPOLOGIA CULTURAL	<p>Unidade 1 - Introdução a Antropologia; Surgimento da Antropologia; Pensamento e objeto da Antropologia; Paradigmas, principais representantes, limites e contribuições.</p> <p>Unidade 2 – As escolas do pensamento antropológico; Evolucionismo Social; Escola Francesa; Funcionalismo, Culturalismo, Estruturalismo, Antropologia Interpretativa.</p> <p>Unidade 3 - Introdução ao conceito de Cultura; Discussões sobre o conceito de cultura. Cultura e Antropologia; A evolução histórica do conceito de cultura; A noção de cultura nas ciências sociais; Cultura e personalidade; Psicologia e antropologia</p> <p>Unidade 4 - Antropologia e representações sociais; Negritudes; Sociedades Indígenas; Etnicidades; Gênero.</p>
ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE	<p>1 – Estado e Políticas Públicas de Saúde;</p> <p>2 – Redes de saúde e a inserção do psicólogo na saúde;</p> <p>3 – A psicologia e a atenção primária/básica em saúde;</p> <p>4 – Psicologia e atenção em saúde mental: tópicos para debate;</p> <p>5 – A psicologia e o campo da prevenção e atenção em HIV-IST;</p> <p>6 – Atuação no campo da saúde.</p>
PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL	<p>Leitura e análise de pesquisas produzidas no campo da psicologia social.</p> <p>Compreensão das diferentes perspectivas epistemológicas presentes na pesquisa em psicologia social.</p> <p>Análise de metodologias de pesquisa utilizadas em psicologia social.</p> <p>Contribuições das pesquisas para a intervenção em psicologia em diferentes campos de atuação.</p>
PSICOLOGIA COMUNITÁRIA	<p>1. Histórico, contexto teórico e fundamentos da Psicologia comunitária;</p> <p>2. Conceito de comunidade;</p> <p>3. A instituição como via de acesso à comunidade;</p> <p>4. Formas de intervenção do/a psicólogo/a no trabalho comunitário, desdobramentos e implicações;</p> <p>5. Psicologia e intervenções nas áreas rural e periférica;</p> <p>6. Psicologia social comunitária e movimentos sociais.</p>
PSICOLOGIA SOCIAL	<p>1 – A invenção da Psicologia Social;</p> <p>2 – Contribuições teóricas à Psicologia Social;</p> <p>3 – Contemporaneidade e constituição do sujeito;</p> <p>4 – Interfaces e intervenções em Psicologia Social;</p> <p>5 – Orientação ao estágio básico.</p>
SAÚDE COLETIVA E INERDISCIPLINARIEDADE	<p>1. Saúde Coletiva, Reforma Sanitária e Sistema Único de Saúde;</p> <p>2. Quadrilátero da Formação na área da Saúde;</p> <p>3. Participação e Controle Social;</p> <p>4. Interdisciplinaridade e Saúde Coletiva: campo e núcleos de saberes e práticas.</p>
SOCIOLOGIA	<p>Unidade 1 – A gênese da Modernidade;</p>

	Unidade 2 – Os clássicos da Sociologia: Marx, Durkheim e Weber; Unidade 3 – A Sociologia e o mundo contemporâneo.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Alguns conteúdos demonstram relação direta com a pesquisa, principalmente nos desdobramentos que são apresentados nos programas. Por exemplo, o conteúdo “Contemporaneidade e constituição do sujeito”, da disciplina “Psicologia Social” (C1), propõe tratar sobre desigualdade social e exclusão. Esta mesma disciplina, no conteúdo “Interfaces e intervenções em Psicologia Social”, envolve temas relacionados às políticas públicas de Saúde, Assistência Social, Educação e Segurança Pública. Na mesma direção, a disciplina “Atuação do psicólogo em instituições de saúde (C1)” indica que o conteúdo “Estado e Políticas Públicas de Saúde” aborda as possíveis contribuições da Psicologia no âmbito das políticas públicas.

Tabela 8 – Descrição do conteúdo programático das disciplinas de C2

Disciplina	Conteúdo Programático
PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1 Concepção de Assistência Social; 2 O cenário da Assistência Social e condições de trabalho; 3 Psicologia e Assistência Social; 4 Trabalho Socioeducativo e implicações da exclusão no campo subjetivo.
PSICOLOGIA E SAÚDE PÚBLICA	Sistema Único de Saúde (SUS) - contexto histórico e desafios contemporâneos; Processo saúde-doença: o paradigma biomédico/psiquiátrico e o psicossocial; Atenção Básica e as estratégias de prevenção e promoção de saúde; Política Nacional de Humanização e a Clínica Ampliada; A Saúde Mental na Atenção Básica; A Reforma Psiquiátrica Brasileira e a lógica da Atenção Psicossocial; O trabalho do Psicólogo na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)
PSICOLOGIA SOCIAL	Unidade 1 - A Psicologia Social clássica e a Psicologia Social Crítica: história, método e conceitos principais; Unidade 2 – Psicologia Social e processos psicossociais; Unidade 3 - Psicologia Social e temas transversais: processos sociais contemporâneos.
PSICOLOGIA SOCIAL	1 Psicologia Social Comunitária: conceito, história e

COMUNITÁRIA	método; 2 Temas fundamentais; 3 Introdução geral dos problemas da intervenção psicossocial: práticas da psicologia em comunidades; 4 Práticas comunitárias.
SOCIOLOGIA GERAL	1 – A produção histórica das sociedades; 2 – Raízes e desdobramentos históricos da formação social capitalista; 3 – Conhecimentos, ideologias e verdade nas ciências sociais; 4 – A produção da vida e as teorias sociológicas; 5 – Sociologia e Psicologia: os desafios da sociedade contemporânea; 6 – A Sociologia, os direitos humanos e as relações; 7 – Os processos de alienação na transformação do mundo: a questão ambiental

Fonte: Elaborado pela autora.

No mesmo sentido dos exemplos citados com relação à Tabela 7, a disciplina “Psicologia Social” (C2) indica, nos desdobramentos da unidade “Psicologia Social e temas transversais: processos sociais contemporâneos”, o tema das políticas públicas e dos movimentos sociais. Também a disciplina “Psicologia e Assistência Social” (C2) no conteúdo “Trabalho socioeducativo e implicações da exclusão no campo subjetivo” inclui em um dos desdobramentos as “comunidades vulneráveis”.

Tabela 9 – Descrição do conteúdo programático das disciplinas selecionadas de C3.

Disciplina	Conteúdo programático
ANTROPOLOGIA	Unidade I - Surgimento da antropologia como disciplina; o olhar antropológico: do etnocentrismo à relativização; a apreensão da diferença; principais enfoques da antropologia. Unidade II - O conceito de cultura as várias acepções do conceito de cultura; o conceito antropológico de cultura; a cultura enquanto discurso e dinâmica. Unidade III - A especificidade do método etnográfico. Exotismo e alteridade. Unidade IV - Indivíduo e Sociedade. Unidade V - O comportamento, seus condicionantes e decodificações. Leituras antropológicas do infortúnio, da doença, do desvio e da cura. Unidade VII - Cultura, diferença e identidades. A construção do sujeito contemporâneo. Raça e Saúde Mental: racismo estrutural e modos de concepção e

	relação do/com o outro. A Reforma Psiquiátrica no Brasil: interseccionalidade entre raça, gênero e classe.
CLÍNICA DO SOCIAL: Políticas e subjetivação	Unidade I: Os sujeitos na Psicologia Social; Unidade II: A clínica do social: políticas de subjetivação; Unidade III: O psicólogo no campo sociopolítico.
HISTÓRIA DA PSICOLOGIA	Unidade I - Apropriações do presente: a psicologia em diálogo com o social Unidade II - Psicologia um campo de dispersão de saberes e práticas: o diálogo da psicologia com o político e social Unidade III - A história da psicologia no brasil Unidade IV - Rumos e percursos da psicologia no brasil: o contexto histórico, político, social, econômico e cultural; a interface com outras áreas do conhecimento e a interdisciplinariedade; desafios da psicologia como ciência e profissão na atualidade.
PRÁTICAS EMERGENTES DO PSICÓLOGO SOCIAL	Unidade I - A potência da reinvenção: práticas emergentes em interface com a Arte e a Economia Solidária. Unidade II: reconstruindo e articulando: práticas emergentes em relação com a Ecologia, Geografia e Mídia
PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	Problematizar as questões contemporâneas da sociedade no momento e sua relação com as políticas públicas; Conceito de Risco social, vulnerabilidade e proteção social; O que é Política Pública – aspectos históricos, diretrizes, conceitos, implementação e avaliação; Principais Políticas Públicas; Papel do Psicólogo frente às Políticas Públicas; Exemplos e campos de atuação.
PSICOLOGIA SOCIAL	Unidade I: Bases históricas e epistemológicas da Psicologia Social Unidade II: Construtos conceituais da Psicologia Social crítica com base no materialismo histórico Unidade III: Sobre a práxis ético-política da Psicologia Social crítica Unidade IV: Aspectos éticos
PSICOLOGIA SOCIAL, GRUPOS E INSTITUIÇÕES	Unidade I – A Constituição do sujeito; Unidade II – Grupos instituições e sociedade; Unidade III - Implicações para atuação socioclínica do psicólogo nas instituições e comunidades.
SAÚDE MENTAL E SAÚDE COLETIVA	II – Determinações sócio-históricas da saúde e saúde mental no Brasil; III – Aspectos históricos, políticos, sociais dos Movimentos de Reforma Psiquiátrica
SOCIOLOGIA I	A Sociologia como ciência da sociedade. Sociologia clássica (Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber) O debate acerca da relação indivíduo e sociedade na Sociologia clássica e contemporânea; Sociologia e Psicologia, definições de objeto e aproximações entre as áreas; Estrutura e estratificação social. Conceitos de raça, etnia e gênero; As desigualdades sociais e suas formas de manifestação na sociedade.
SOCIOLOGIA II	Unidade I: Sociologia contemporânea

	contemporânea Unidade II - Relações étnico-raciais Unidade III - Novas formas de Identidade Unidade IV- Trabalho e Sociedade
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Os conteúdos “Problematizar as questões contemporâneas da sociedade no momento e sua relação com as políticas públicas” e “Conceito de Risco social, vulnerabilidade e proteção social”, da disciplina “Psicologia e Políticas Públicas” (C3), também são exemplos de temas que se relacionam com a pesquisa. No mesmo sentido, as disciplinas de Sociologia I e II (C3) propõem discutir “estrutura e estratificação social”, “desigualdades sociais”, “trabalho e sociedade” e “novas formas de exploração do trabalho”. Mais uma vez, são temas que nos remetem à questão social.

Por outro lado, existem ou unidades que indicam um distanciamento do objeto da pesquisa ou não expressam informações suficientes para estabelecer essa relação. Por exemplo, o conteúdo “Processo saúde-doença: o paradigma biomédico/psiquiátrico e o psicossocial”, pressupõe uma relação com a atuação clínica. Outro exemplo refere-se ao conteúdo “Constituição histórica de olhares e práticas sobre a loucura”, que está relacionado à questão específica de saúde mental e não indica uma interlocução com o social. No processo mais aprofundado de análise, pode ocorrer de tais elementos demonstrem a sua relevância na relação com a pesquisa.

Por fim, as tabelas 9 e 10 referem-se às bibliográficas básicas indicadas nas disciplinas. Chama a atenção o fato de repetição de algumas delas em mais de um programa (Tabela 9). Isso pode indicar, por um lado, a existência de um referencial importante e histórico que fornece sustentação e base para o debater o tema central da disciplina. Por outro, aponta para manutenção de um padrão de conteúdos e perspectivas teóricas para o campo de estudo.

Tabela 10 – Bibliografias que se repetem nos programas das disciplinas.

Bibliografia	Programas que citam a mesma bibliografia
Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (Eds.). (2018). História da psicologia: rumos e percursos. Nau Editora.	HISTÓRIA DA PSICOLOGIA (C1) PSICOLOGIA SOCIAL (C1)
FARR, R. M. As raízes da psicologia social moderna. RJ: Vozes, 1996	PSICOLOGIA SOCIAL (C1) PSICOLOGIA SOCIAL (C2)
CAMPOS, R. H. De F.; GUARESCHI, P. A. (orgs.) Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.	PSICOLOGIA SOCIAL (C1) PSICOLOGIA COMUNITÁRIA (C1) PSICOLOGIA SOCIAL (C2)
CAMPOS, R. H. F. (org.) Psicologia Social Comunitária - da solidariedade a autonomia. Petrópolis: Vozes, 2003.	PSICOLOGIA COMUNITÁRIA (C1) PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA (C2) PSICOLOGIA SOCIAL (C3) PSICOLOGIA SOCIAL, GRUPOS E INSTITUIÇÕES (C3)
LANE, S. Psicologia Social: o homem em movimento. SP: Brasiliense, 1984.	PSICOLOGIA SOCIAL (C1) PSICOLOGIA SOCIAL (C3)
Sawaia, B.B. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.	PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA (C2) PSICOLOGIA SOCIAL (C2)
MANSANO, S. R. V. Sorria, você está sendo controlado: resistência e poder na sociedade de controle. São Paulo: Summus, 2009.	PSICOLOGIA SOCIAL (C2) CLÍNICA DO SOCIAL E POLÍTICAS DE SUBJETIVAÇÃO (C3)
PAIM, J.S.; ALMEIDA FILHO, N.A. (Orgs.). Saúde coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: MedBook, 2014.	ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE (C1) SAÚDE COLETIVA E INTERDISCIPLINARIDADE (C1)
FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 231-249, 1995.	ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE (C1) PSICOLOGIA SOCIAL, GRUPOS E INSTITUIÇÕES (C3)

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se a que a repetição da bibliografia que consta nos programas ocorre principalmente na área da Psicologia Social. As disciplinas mais específicas como as relacionadas às políticas públicas de Saúde e Assistência Social também citam poucas referências que se repetem. Além do que está indicado no quadro acima, quatro programas da área indicam na bibliografia básica os documentos oficiais de tais políticas públicas. As disciplinas das áreas da Antropologia e Sociologia não indicaram em seus programas referências bibliográficas que se repetem.

Além da bibliografia que chama a atenção pela repetição, também foram observadas referências que demonstram sua importância pelos temas que propõem discutir. Mais uma vez, foi considerada para a descrição a relação com os temas em discussão nesta pesquisa. A tabela a seguir descreve tais referências:

Tabela 11 – Bibliografias que indicam possível relação com a temática da pesquisa.

Bibliografia	Disciplina
BRIZOLA, A.L.; ZANELLA, A.V. (coord.) Coleção Práticas sociais, políticas públicas e Direitos Humanos. Florianópolis: ABRAPSO Editora: Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015.	PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL (C1)
BROIDE, J. Pesquisadores sociais: efeitos de nomeação. In: DORNELES, A.E.; OBST, J.; BORBA, M. (orgs.). A rua em movimento. Debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.	PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL (C1)
CRUZ, L.R., FREITAS, M. H. Q. e AMORETTI, J. Breve história e alguns desafios da psicologia social comunitária. In: Sarriera, J.C. e Saforcada, E.T. (orgs). Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2014.	PSICOLOGIA COMUNITÁRIA (C1)
Ferreira Neto, F. J. O Psicólogo no SUS: dos impasses e das possibilidades. In: Ferreira Neto, J. L. Psicologia, Políticas Públicas e o SUS. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fapemig. 224p. 2011.	PSICOLOGIA E SAÚDE PÚBLICA (C2)

FERREIRA, M. C. A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. <i>Psicologia Teoria e Pesquisa</i> [online]. 2010, vol.26	PSICOLOGIA SOCIAL (C1)
GUARESCHI, N.; CRUZ, L. R. Políticas públicas e Assistência Social: Diálogo com práticas psicológicas. Petrópolis: Vozes, 2009.	PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (C2)
Jacó-Vilela, A. M., Rocha M. L. & Mancebo D. (orgs.) <i>Psicologia Social: relatos na América Latina</i> . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.	PSICOLOGIA SOCIAL (C2)
LIMA, A.F.; ANTUNES, D.A. e CALEGARE, M.G.A. <i>A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil</i> . Porto Alegre: ABRAPSO, 2015.	PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL (C1)
MARTIN-BARÓ, I. (2017). O desafio popular à Psicologia Social na América Latina. In, Martin-Baró, I. <i>Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais</i> . Petrópolis, Vozes.	PSICOLOGIA SOCIAL (C3)
MELATTI, Júlio Cezar. <i>Índios no Brasil</i> . São Paulo: Hucitec, 1983. MINTZ, Sidney W. & PRICE, Richard. <i>O nascimento da cultura afro-americana</i> . Rio de Janeiro: PALLAS, 2003.	ANTROPOLOGIA CULTURAL (C1)
SANTIAGO, E.; YASUI, S. Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político. <i>Psicologia & Sociedade</i> , v. 27, n. 3, p. 700-711, 2015.	SAÚDE MENTAL E SAÚDE COLETIVA (C3)
SPINK, P. K; SPINK, M.J.P: Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação. <i>Quaestio</i> , Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 591-605, dez. 2017	PRÁTICAS EMERGENTES DO PSICÓLOGO SOCIAL (C3)
THEODORO, Mario (org.). <i>As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição</i> . Brasília, IPEA, 2008	SOCIOLOGIA II (C3)

Fonte: Elaborado pela autora.

A relação que tais bibliografias estabelece com a pesquisa pode ser observada, por exemplo, na referência à “Coleção Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos”,

que tem como um de seus volumes o livro “Distintas Faces da questão social: desafios para a Psicologia”, tendo um de seus capítulos (Dantas e Oliveira, 2015) citado na seção 2 da dissertação. As bibliografias indicadas pelas disciplinas de Psicologia Social envolvem o contexto latino-americano, tendências e perspectivas na área, desafios ético-políticos, tópicos que se aproximam da perspectiva do compromisso social da Psicologia, tratado também na seção 2.

A relação também pode ser observada quando o programa da disciplina “Pesquisa em Psicologia Social” (C2) sugere como bibliografia o texto de Broide (2012), capítulo do livro “A Rua em Movimento”, que congrega artigos que versam sobre a população em situação de rua, caracterizada pela situação de extrema pobreza. Ainda como exemplo, a disciplina “Sociologia II” (C1) indica como bibliografia o livro “As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição” (2008), que articula temas em análise nesta pesquisa.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Para iniciar a análise dos dados da pesquisa, retomo o nosso objeto de estudo: o currículo. Veiga-Neto (2002) entende por currículo “... a porção da cultura que, por ser considerada relevante num dado momento histórico, é trazida para a escola, isto é, é escolarizada” (p. 44). Para ele, o currículo está situado no cruzamento entre a escola e a cultura, de forma que indica os conteúdos que são priorizados por determinada cultura, em detrimento de outros: “...é (também) pela distribuição assimétrica desses conhecimentos que a escola reproduz as assimetrias sociais e econômicas” (p.45).

Acompanhando a lógica neoliberal de exclusão e desigualdade social, o conhecimento também é desigualmente distribuído. Da mesma forma, dentro do sistema capitalista, a própria escolarização é entendida como mercadoria e não como um direito social a ser garantido de forma igualitária a toda sociedade. A partir da implantação de tal perspectiva político-econômica, a escola sofreu influências. Saviani (2007) trata sobre o processo de institucionalização da educação como correlato do processo de surgimento da sociedade de classes:

Com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida: diferencia-se, em consequência, a educação destinada a classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. E é aí que se localiza a origem da *escola*. A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho. (p.156)

A escola teve que adequar suas finalidades diante da pressão do sistema vigente. De acordo com Lopes, Silva e Santos (2021), a adoção de políticas neoliberais demarca o ideário de concepções pedagógicas alienantes e os princípios educacionais passam a ser

produtividade e competitividade. “Com isso, o objetivo da escola, os seus interesses, as suas prioridades, necessidades e valores são modificados, para atendimento das finalidades de demanda de mercado, uma vez que a exigência é de maior eficiência e qualidade dos indivíduos ...” (p.397)

A partir das chamadas teorias críticas do currículo - que defendem que o conhecimento não é igualitariamente distribuído pelos sistemas escolares - “...passou-se a discutir a questão de *o que ensinar*, isto é, a discutir a questão de quais conteúdos são mais importantes e que devem participar dos currículos escolares” (Veiga-Neto, 2002, p.45, grifo do autor). Desse modo, entende-se que tornar o conhecimento acessível de forma igualitária contribui para uma maior justiça social.

Santomé (2013) define justiça curricular como o resultado de um currículo que considere e respeite as necessidades e urgências de todos os grupos sociais na sua elaboração, execução e avaliação. Defende tratar-se de uma necessidade urgente das sociedades abertas, a produção de uma educação reflexiva que permita avaliar culturas diferentes da nossa, processo que exige um comprometimento com os grupos sociais desfavorecidos social, cultural e economicamente.

Construir um sistema educativo justo, que respeite a diversidade e esteja comprometido com projetos curriculares que combatem a discriminação implica, entre outras medidas, prestar muita atenção às políticas de recursos didáticos, de materiais curriculares, para que não funcionem como cavalos de Tróia, cujos conteúdos não seriam aceitos pelos docentes, estudantes ou suas famílias se estivessem conscientes das manipulações, dos erros e dos preconceitos ocultos em seu interior (Santomé, 2013, p.227)

Para além desse ponto, o autor faz uma análise das implicações curriculares na educação escolar indicando os aspectos que inviabilizam uma prática pedagógica

emancipatória e democrática como atributos da justiça social. Tal concepção considera que o currículo deve reconhecer as diversidades humanas e interessar-se por superar as desigualdades, promovendo um pensar crítico sobre o mundo e que valorize os saberes das diferentes culturas.

Conforme apontamos anteriormente, é preciso reconhecer que as instituições escolares têm a sua função na produção e reprodução de discursos discriminatórios. Ao mesmo tempo, possuem a responsabilidade social de educar e um papel ativo como espaço de resistência e denúncia dos discursos e práticas que legitimam a marginalização na sociedade e dentro das instituições. “Educar para o ensino obriga a recordação das lutas sociais por meio das quais se enfrentam situações de exclusão e dominação” (Santomé, 2013, p.228). Sobre essa questão, a partir do que é indicado por Cury (1979), podemos pensar o currículo como contraditório na medida em que, ao mesmo tempo que contribui para uma sociedade mais justa, também pode servir para a ampliação das desigualdades sociais.

Na Psicologia, incluindo a formação inicial na graduação, o compromisso com o campo social representa uma forte contradição. Isso pode ser visto, por exemplo, na articulação com as políticas públicas, pois ao mesmo tempo em que se articula com tais políticas, a Psicologia continua a serviço dos grupos hegemônicos e à lógica do sistema capitalista (Miron & Guareschi, 2012). A partir dessa perspectiva, realizou-se a análise dos dados da pesquisa com foco nos pontos dessa contradição observada nos currículos investigados e no processo formativo proposto.

Para investigar sobre a Psicologia em contextos de pobreza, foi necessário identificar conceitos que se relacionam com o tema, visto que o termo em si não aparece em nenhum dos documentos selecionados para a pesquisa. Ainda que seja possível perceber a presença de um discurso que aponta para uma preocupação da Psicologia e seu alcance como ciência e profissão para além das elites, na análise dos currículos em estudo, esse movimento não

parece ser uma realidade ou mesmo um objetivo a ser considerado na sua produção. Isso não quer dizer que não foram observados pontos que indicam essa tendência, mas quando aparecem, é de forma pontual.

Para a análise dos dados dos PPCs, busquei seguir a mesma organização por blocos conforme realizado na apresentação dos dados. Com relação as características gerais do curso, que compõe o Bloco I, quando olhamos para os PPC1 e PPC2, identificamos elementos da função social do curso indicando uma direção de rompimento com a formação tradicional. Já o PPC3 não trata sobre o compromisso ou responsabilidade social do curso, o que poderia indicar que tal curso não dá a devida importância para o tema. No entanto, em outros momentos do documento, é possível observar que este curso indica uma formação comprometida com questões políticas e sociais (como indicado, por exemplo, na descrição do perfil do egresso e na oferta de temáticas específicas como disciplinas obrigatórias). Mesmo com esse dado, é possível afirmar que os documentos não demonstram, de modo geral, uma preocupação de fato em abranger as questões sociais ainda que, em algum momento, prometam de alguma forma essa interlocução (com a oferta de disciplinas com a temática das políticas públicas, por exemplo).

O PPC1 apresenta na justificativa do curso a preocupação com demandas regionais, anseios e necessidades das comunidades da região, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento social e científico e, ao mesmo tempo, menciona o processo de industrialização e implantação de empresas de grande porte na região. A análise desse conteúdo nos leva para a reflexão sobre o discurso que marca a educação representando um espaço de resistências e mudanças ao mesmo tempo em que tem o seu papel de responder às demandas do sistema capitalista. Apesar de propor uma formação ampla e que atenda às demandas sociais, observamos que se mantém um modelo de formação que exclui temáticas que seriam necessárias para alcançar tal objetivo (como desigualdade e exclusão social) ou

mesmo temáticas específicas (como conhecimento regional, por exemplo) que permitiriam o desenvolvimento ao estudante de um conhecimento da realidade contextual na qual o curso acontece.

Observa-se que a criação do curso C1 é recente, se comparado a C2 e C3. Poderíamos pressupor que, por ser um curso mais novo, algumas mudanças na proposição do currículo poderiam vir acompanhadas de novas tendências para a formação (conforme previsto nas diretrizes), porém, este não é o dado que se apresenta. Por exemplo, a apresentação do perfil do egresso (no qual é possível observar o que se espera do profissional recém-formado) diz muito sobre a posição do curso perante a sociedade. O PPC1 o faz de forma sucinta e com foco na aplicação do conhecimento científico.

Ainda com relação ao perfil do egresso, o PPC2 menciona a atuação profissional em diferentes contextos e princípios éticos nas relações humanas. Com relação ao PPC3, o perfil do egresso é um dos campos em que o documento faz menção à questão social apontando que espera “uma formação comprometida com as transformações político-sociais, sustentada numa prática responsiva às exigências de uma educação inclusiva, com valores de diversidade e de cidadania”. Ainda que o discurso se dirija a uma formação comprometida com tais questões, a leitura do universo dos dados do PPC aponta para outra direção.

Outro ponto que permite uma análise e reflexão é sobre a localização dos cursos de Psicologia nas três universidades em termos institucionais, o que pode indicar impactos para as proposições curriculares. Apenas C2 localiza o curso na área das ciências humanas. O PPC1 inclusive menciona “curso da área da saúde”. No caso de C3, o curso está localizado no “Centro de Ciências Biológicas”. Apesar da profissão ser reconhecida como da área da saúde pela Resolução nº 218/97 do Conselho Nacional de Saúde, enquanto área do conhecimento a Psicologia é classificada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como pertencente a área das Ciências Humanas.

As ênfases curriculares e a matriz curricular compõem o Bloco II na descrição dos dados. Considerando que são o espaço para concentração de estudos e estágios nas diferentes áreas da Psicologia, avalio a descrição das ênfases curriculares como fundamental para indicar o modelo de formação que está proposto pelos currículos. Sobre esse ponto, apenas o PPC3 apresenta uma descrição que permite identificar uma abertura para um modelo de formação que se diferencia do tradicional. Destaco aqui o trecho que descreve a Ênfase II intitulada “Investigação Científica e Intervenção em Processos Sociais e Institucionais” no qual afirma seu objetivo em:

... capacitar o formando a utilizar criticamente diferentes estratégias de concepção, condução, descrição e análise de processos da prática psicológica, que abarquem diferentes dimensões presentes na relação homem e sociedade ... colaborando para o desenvolvimento humano em distintos contextos sociais e institucionais.

A análise da matriz curricular também permite captar elementos que versam a respeito do processo formativo do psicólogo, a partir da descrição das disciplinas. No caso de C1 e C2, entre as disciplinas selecionadas para análise dos respectivos programas, algumas são optativas, ou seja, não serão acessadas por todos os alunos matriculados regularmente no curso. C3 foi o curso com o maior número de disciplinas selecionadas para a pesquisa, sendo que todas são disciplinas obrigatórias. Considerando que a relação da temática da disciplina com a questão social determinou a seleção dos programas em análise, podemos dizer que C3 é o curso que garante aos estudantes maior possibilidade de contato com o tema.

Com relação ao Bloco III - relativo às práticas profissionais - percebe-se que os três PPCs não trazem informações detalhadas que permitam uma análise com relação ao campo onde serão desenvolvidas tais atividades. Com o foco nos estágios, observa-se que são descritas as grandes áreas a partir das ênfases (estágios específicos das ênfases).

Dentro do estágio básico, C1 oferta uma série de disciplinas. São elas: “Introdução à Psicologia”; “Psicologia Escolar e Problemas de aprendizagem”; “Psicologia da pessoa portadora de deficiência”; “Psicopatologia”; “Técnicas de aconselhamento psicológico” e “Orientação para a escolha profissional”. Os estágios profissionais supervisionados são ofertados em três áreas da Psicologia: Clínica, Escolar e Trabalho. Além dos estágios, compondo a categoria das práticas profissionais, o curso propõe as disciplinas de “Prática em Pesquisa Psicológica I” e Prática em Pesquisa Psicológica II, sendo estas, porém, disciplinas optativas.

A partir desses dados nos perguntamos se estas são áreas da Psicologia que contemplam a atuação em contextos de pobreza, representada pela principalmente nas políticas públicas. Considerando os estudos apresentados até aqui, podemos afirmar que não. Lembramos ainda que C1 trata-se de um curso relativamente recente e, mesmo assim, sua proposição encontra-se atrelado a demandas tradicionais da Psicologia.

O PPC2 apresenta a seguinte descrição sobre os estágios enquanto prática profissional: “acontecem os estágios dos alunos do 5º ano, com objetivo de ensino e também de oferecer atendimento à comunidade nas áreas de Psicologia Clínica, Escolar e Trabalho”. Assim como C1, vê-se a oferta de estágios nas áreas consideradas tradicionais da Psicologia. Na descrição detalhada das disciplinas de estágio com seus respectivos módulos, aparece a Psicologia Institucional enquanto estágio básico. Quanto aos estágios obrigatórios, alocados na quinta série do curso são propostos: “Estágio Básico em Psicologia e Educação”; “Estágio Básico em Psicologia e Trabalho”; “Estágio Básico em Psicologia, Saúde e Processos Clínicos”; “Estágio ênfase Educação”; “Estágio ênfase Trabalho” e “Estágio ênfase Saúde e Processos Clínicos”.

Ainda sobre o PPC2, é este que apresenta o regulamento do curso com relação ao estágio curricular, o qual indica entre as finalidades dos estágios nos itens V e VI,

respectivamente, discutir o modelo de intervenção para a formação do psicólogo nas diversas áreas de atuação e oferecer os serviços de Psicologia à comunidade. Podemos observar que há a preocupação com o compromisso social do curso, porém não se percebe um movimento de mudança da estrutura curricular tradicional com relação à prática profissional a partir dos estágios.

Apesar de não conter uma descrição detalhada sobre os estágios, pois indica que tais informações constam em regulamento próprio, o PPC3 oferta a ênfase “Investigação Científica a Intervenção em Processos Sociais e Institucionais” como área para a realização dos estágios profissionais. Acima, já havia destacado tal ênfase com relação a descrição que é apresentada no documento, indicando a possibilidade de novas práticas para o psicólogo e a valorização da pesquisa científica enquanto campo de atuação.

Finalizando a análise das práticas profissionais, havia uma expectativa de que esse bloco representaria de fato a possibilidade de contato com a atuação profissional em contextos de pobreza. No entanto, nos deparamos com um campo abrangente, que não delimita uma área específica na descrição, principalmente quando analisamos os estágios das ênfases profissionais.

É possível analisar essa questão a partir de duas perspectivas. A oferta de práticas profissionais de forma abrangente nos currículos (alinhada a proposta generalista presente nas diretrizes), sem delimitação de área de atuação específica para o seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que pode indicar uma abertura para a inserção de estágios em campos de atuação diversos em áreas emergentes da Psicologia (como as políticas públicas), também, por seu caráter inespecífico, pode apenas mascarar a manutenção de um mesmo modus operante que remeteria a reiteração das práticas tradicionais.

Para uma segunda etapa de análise dos dados, entramos nos programas de disciplina. No primeiro momento da coleta de dados, foram selecionados 26 programas de disciplinas

(Tabela 2), dos quais quatro indicavam, a princípio, um distanciamento daquilo que se esperava de seus conteúdos. A partir disso, decidiu-se por não analisar os programas das disciplinas “Grupo de Atendimento e Promoção de Saúde”, “Processos Grupais” e “Psicologia Institucional” do C2 e “Psicologia e Desenvolvimento Humano” do C3. Pensar sobre a pobreza envolve a análise de um sujeito localizado em determinado contexto social e a proposta das disciplinas se distanciam dessa perspectiva. O que pode ser observado nas disciplinas acima destacadas é que elas tratam os fundamentos teóricos de seus campos a partir de conceitos que abrangem uma universalidade, sem necessariamente prever a abordagem da especificidade dos diferentes contextos sociais.

Para essa etapa de análise dos dados consideramos 7 programas de C1, 5 programas de C2 e 10 programas de C3. Retomo estes dados para apontar mais um indicativo de contradição. C2 foi o curso com o menor número de programas selecionados, ou seja, o curso no qual foram identificadas menos disciplinas que estabelecem uma possível relação com a pesquisa. Ao mesmo tempo, é o único curso identificado como pertencente às ciências humanas e o único que oferta uma disciplina específica relacionada à política pública de Assistência Social: “Psicologia e Assistência Social”. A iniciativa de trazer esse campo de atuação deve ser valorizada, mas ela não representa necessariamente uma mudança significativa da perspectiva da formação.

Os três cursos em investigação ofertam a disciplina “Psicologia Social”. Com relação a carga horária, no caso de C1 e C2 são 136 horas de disciplina, já em C3 estão previstas 72 horas. Nos três casos, comparando com as outras disciplinas da matriz curricular (Anexos A, B e C), trata-se da carga horária máxima de disciplinas teóricas ofertada pelos cursos. Apesar de ter uma oferta com carga horária inferior aos outros dois cursos, C3 possui na matriz curricular outras disciplinas relacionadas a área da Psicologia Social, conforme apresento na sequência.

Considerando as linhas teóricas da Psicologia Social, era esperado que tais disciplinas pudessem assumir uma postura crítica da Psicologia frente as questões sociais. Em C1, a disciplina traz na ementa “planejamento e intervenção nas questões sociais”. Considerando que a pobreza nos remete à questão social, encontramos uma possibilidade de contato com o tema, pois prevê em seu conteúdo programático a temática da “desigualdade e exclusão social” e a interface da Psicologia Social com o campo das políticas públicas. Com relação à bibliografia básica, a disciplina indica referências da linha da Psicologia Social Crítica.

A disciplina “Psicologia Social” da grade curricular de C2 apresenta na ementa que as teorias da Psicologia Social serão abordadas na perspectiva dos direitos humanos, com o objetivo de “propiciar ao aluno a compreensão crítica das práticas sociais ...”. A proposta de conteúdo programático desta disciplina é coerente com a ementa e objetivos, confirmado também na indicação da bibliografia básica que também traz autores da Psicologia Social Crítica.

Em C3, o programa da disciplina “Psicologia Social” indica como um dos objetivos “aprofundar as reflexões sobre os fundamentos teóricos, conceituais e epistemológicos da Psicologia Social crítica na América latina”. Também, o conteúdo programático retoma tal perspectiva da Psicologia Social com foco no materialismo histórico. Sobre a bibliografia básica, mantém a linha observada nas disciplinas de Psicologia Social de C1 e C2.

É possível afirmar que a Psicologia Social que é apresentada aos estudantes de graduação tem sim o foco na perspectiva crítica e resgatam importantes e tradicionais autores da área. No entanto, a suposição de que tais disciplinas poderiam aproximar os estudantes de contextos de pobreza e exclusão social não se confirma. Tais disciplinas poderiam ser espaço para inserção de autores contemporâneos e de referências sobre a atuação a partir da Psicologia Social, de forma que o contato com este campo vá além da abordagem teórica.

A partir disso, uma primeira grande contradição observada com relação às disciplinas foi o fato de que se propõem a discutir determinados temas, mas não garantem um aprofundamento que represente o compromisso da Psicologia com tais temáticas. Além de não ter disciplinas que tratam diretamente o tema da pobreza, aquelas que indicam alguma possibilidade de discussão, segundo observado nos programas analisados, não o fazem.

Além das disciplinas intituladas Psicologia Social, outras foram selecionadas por se relacionarem com este campo. “Pesquisa em Psicologia Social” de C1, apresenta como conteúdo programático “Leitura e análise de pesquisas produzidas no campo da psicologia social” e “Contribuições das pesquisas para a intervenção em psicologia em diferentes campos de atuação”. Apesar de não especificar, demonstra ser uma disciplina que permite conhecer as possibilidades de intervenção da Psicologia em diferentes contextos.

O programa da disciplina “Psicologia Comunitária” de C1, indica elementos importantes que se relacionam com a temática da pobreza e exclusão social. No entanto, tal disciplina é ofertada como optativa. Nos objetivos desta disciplina, propõe-se:

Contextualizar a Psicologia Comunitária, conhecer seus conceitos considerando as categorias de análise crítica da realidade, as possibilidades e as formas de intervenção em instituições e comunidades na área de Psicologia Social Comunitária; Aprender a identificar e priorizar problemas de uma dada comunidade assim como compor um quadro explicativo, articulado e contextualizado conforme a realidade histórica, cultural, social, política e econômica em questão; Refletir sobre as dificuldades e os conflitos das instituições e dos profissionais envolvidos em trabalhos comunitários no cenário atual brasileiro.

A disciplina “Psicologia Social Comunitária” de C2 apresenta no texto da ementa “perspectivas de aplicação clássicas e atuais da Psicologia Social”. O conteúdo programático é apresentado de forma sucinta e não permite uma análise que aponte o contato dos alunos

com os novos campos de atuação do psicólogo. Da mesma forma, a bibliográfica básica indicada contém poucas referências que podem ser consideradas tradicionais no campo da Psicologia Social, não fazendo alusão a tal ampliação ou atualidade do campo de ação.

No caso de C3, foram selecionadas mais três disciplinas relacionadas à Psicologia Social. Em “Clínica do Social” está indicado como objetivos de tal disciplina “apresentar teórica e metodologicamente os estudos mais recentes da Psicologia Social”. No entanto, o foco da disciplina não é abordar essa área da Psicologia. O conteúdo programático propõe a discussão sobre a clínica para além dos moldes tradicionais, voltada para intervenções no social e políticas de subjetivação. Ainda que se vise atuar a partir de uma perspectiva ampliada, não é indicada análise ou especificação das populações, contextos ou comunidades assim como a pobreza enquanto um dos atravessamentos presentes no que é chamado de social, permanecendo assim, o tema fora do escopo da clínica proposta.

Outra disciplina de C3 é “Psicologia social, grupos e instituições”, que faz menção à atuação em comunidades nos seus objetivos. Como conteúdo programático são indicadas as temáticas “a constituição do sujeito”, “grupos, instituições e sociedade” e “implicações para a atuação socioclínica do psicólogo nas instituições e comunidades”. Porém, não fica claro nos desdobramentos de tais conteúdos se as questões sociais serão trabalhadas e, caso positivo, como. Além disso, trata-se de uma disciplina com carga horária de apenas 30 horas, considerado pouco tempo em frente a complexidade e relevância da temática.

No programa de “Práticas emergentes do psicólogo social” está descrito como objetivo da disciplina, “Conhecer diferentes práticas emergentes em Psicologia Social, suas conexões teóricas e possibilidades de ação em diferentes contextos”. Tal objetivo gera a expectativa de um contato dos alunos com a ampliação do campo de atuação do psicólogo visto a previsão de uma experiência plural. A preocupação com uma leitura interdisciplinar pode ser observada no conteúdo programático que prevê a intersecção de “Psicologia Social e Geografia: o

trabalho no território”. Além disso, a bibliografia básica apresentada vai além referências teóricas tradicionais da Psicologia Social.

O campo das políticas públicas é mais uma possibilidade identificada de aproximação da Psicologia com as questões sociais. A matriz curricular de C2 e C3 ofertam disciplinas relacionadas a este campo. Em C2, a disciplina “Psicologia e Assistência Social” apresenta uma proposta que compreende o trabalho interdisciplinar e o trabalho comunitário, indicando no conteúdo programático temas como “trabalho socioeducativo e implicações da exclusão no campo subjetivo” e “empoderamento de comunidades vulneráveis”. A disciplina “Psicologia e saúde pública” também de C2, propõe na ementa e objetivo abordar as áreas de aplicação da Psicologia no contexto da Saúde Pública. Como conteúdo programático, apresenta temáticas relacionadas ao SUS, Reforma Psiquiátrica e clínica ampliada. Principalmente no caso da disciplina relacionada à política de Assistência Social, a possibilidade de contato dos alunos com a temática da pobreza fica mais clara, principalmente pelo fato desta política pública ter como público prioritário a população inserida neste contexto. No entanto, são disciplinas com uma carga horária anual de 51 horas, considerada pequena em comparação com as demais disciplinas da grade curricular de C2, demonstrando assim, um caráter secundário de importância em relação a outras temáticas debatidas no curso.

A disciplina “Psicologia e políticas públicas” de C3 reúne as áreas da Saúde e Assistência Social. O conteúdo programático de tal programa contempla questões como risco social e vulnerabilidade, inclusive com bibliografia básica sobre o tema. Relacionadas ao campo da Saúde, ainda temos as disciplinas “Saúde coletiva e interdisciplinaridade” e “Atuação do Psicólogo em instituições de saúde” em C1 e “Saúde mental e saúde coletiva” em C3. Como ponto comum, estas disciplinas tratam da Saúde enquanto política pública, sendo que uma delas propõe como objetivo reconhecer o lugar da Psicologia neste campo:

“Apresentar as contribuições da psicologia na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas”.

Para além das disciplinas específicas de Psicologia, algumas delas são de outras áreas como Sociologia e Antropologia, sendo inclusive ministrada por outros departamentos da instituição (o que pode ser observado, em alguns casos, pelo código da disciplina). Em C1, “Antropologia cultural” apresenta no texto da ementa as relações de poder e as relações étnico-raciais na sociedade brasileira. Em seu conteúdo programático, contempla temas como “negritudes, sociedades indígenas e etnicidades”. A bibliografia básica apresentada no programa inclui obras que tratam sobre a estrutura social, diversidade humana, questão indígena, entre outros. Por sua vez, a disciplina “Antropologia” de C3 propõe “problematizar os encontros e desencontros entre a visão da Antropologia, centrada na comunidade social, e a da Psicologia, centrada no indivíduo e suas percepções”.

Com relação à área de Sociologia, C1 oferta uma disciplina específica que contém em seu conteúdo programático a questão da estratificação social, abordada na unidade “A sociologia e o mundo contemporâneo”. Em C2, temos a disciplina “Sociologia geral”, cujo programa apresenta como proposta de conteúdo: “Raízes e desdobramentos históricos da formação social capitalista”

As disciplinas de Sociologia I e II presentes na matriz curricular de C3 propõem discutir “estrutura e estratificação social”, “desigualdades sociais”, “trabalho e sociedade” e “novas formas de exploração do trabalho”. Mais uma vez, são temas que nos remetem à questão social. “Sociologia I” propõe inclusive como objetivo que o estudante esteja preparado para “realizar análises críticas sobre a realidade social”.

Encontramos nestas disciplinas maior possibilidade de interlocução com o tema da pobreza do que nas disciplinas próprias da Psicologia. São disciplinas de áreas do conhecimento que tem como objeto de estudo a própria questão social. Essa análise nos leva a

pensar na importância e na necessidade da multidisciplinaridade para abordagem da temática e para proposições para a atuação profissional no contexto de desigualdades e exclusão social pela pobreza.

Porém, da mesma forma que as demais disciplinas do curso, parece deixar a margem das discussões um debate específico da pobreza e sua relação com a produção de subjetividade. Além disso, quando olhamos para a localização na matriz curricular, “Sociologia” e “Antropologia” comumente são ofertadas nos primeiros anos da graduação e tais temáticas não são retomadas durante o curso, conforme nos mostrou a análise das demais disciplinas.

As bibliografias básicas indicadas nos programas também compõem os dados da pesquisa. Algumas referências indicadas demonstram ter uma relação direta com a temática da pesquisa (Tabela 10). O livro “A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil” de Lima, Antunes e Calegare (2015) traz a necessidade e a responsabilidade de pensarmos os espaços conquistados pela Psicologia, com destaque para a Psicologia Social, na sociedade brasileira, de forma ética e política. A obra é proposta como um espaço formativo e reflexivo que questiona a problemática da existência na sociedade contemporânea.

O texto de Broide (2012) intitulado “Pesquisadores sociais: efeitos de nomeação”, apresenta o relato de um processo de consultoria prestado por psicanalistas para a construção de uma política pública. Psicanalistas-consultores coordenaram um grupo com pessoas adultas em situação de rua. Propõem a escuta psicanalítica para esta população: “Nessas situações, a crueza da realidade factual invade e desafia a escuta do psicanalista frente ao que é próprio do sujeito nos meandros da exclusão e do desamparo social” (p. 61). Apesar de se mostrar/parecer contraditória a indicação desta referência (relato de uma intervenção psicanalítica, em uma disciplina que propõe abordar a Psicologia Social), o texto traz uma

experiência de intervenção da Psicologia em um contexto de exclusão social, que é a situação e rua, a partir de uma das áreas mais tradicionais da Psicologia. Porém, esta indicação bibliográfica, de algum modo, denuncia a ausência de tal debate no campo específico da Psicologia Social.

A Coleção “Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos”, que possui um volume intitulado “Distintas Faces da questão social: desafios para a Psicologia” também aparece nas bibliografias básicas. Cito aqui dois capítulos do livro que conversam diretamente com o tema desta pesquisa. Em “Pobreza e suas implicações psicossociais”, Ximenes et al. (2015) tratam sobre a pobreza como fenômeno que congrega elementos políticos, simbólicos e ideológicos, compreensão que possibilita uma leitura crítica quanto às implicações da pobreza no desenvolvimento psíquico e, em “A Psicologia no campo da assistência social: concepções de pobreza dos psicólogos atuantes no CRAS”, Dantas e Oliveira (2015) abordam a temática da pobreza, indicando que “...as ações empreendidas no campo da assistência social destacam-se como uma das principais estratégias de enfrentamento à pobreza e miséria na atualidade. (p.178)

Esse primeiro grupo de referenciais teóricos fazem parte do programa da disciplina “Pesquisa em Psicologia Social” (C1). Podemos afirmar que tal disciplina se compromete em abordar temáticas que relacionam à questão social, reconhecendo que a Psicologia tem o seu papel no trabalho com a população em situação de desigualdade social ao propor bibliografias que discutem sobre a pobreza e a atuação no campo das políticas públicas. Conforme indiquei anteriormente, trata-se de uma disciplina que demonstra as possibilidades de intervenção da Psicologia em diferentes contextos.

Na disciplina “Psicologia Social” (C1) é indicada como bibliografia básica o texto “A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais” (Ferreira, 2011). No artigo, a autora apresenta o cenário atual de publicações

na área da Psicologia Social. Além disso, faz um resgate teórico da evolução da Psicologia Social na América Latina considerando as tendências atuais. Indica inclusive que os psicólogos brasileiros, a partir da década de 1970, acompanharam as tendências da Psicologia Social Crítica: “tal movimento constitui atualmente uma das principais correntes da Psicologia brasileira, e vem procurando abordar, sobretudo, alguns dos problemas sociais enfrentados pelo país, como, por exemplo, a violência doméstica, as crianças de rua, a pobreza, a desigualdade social e a exclusão educacional” (p.59). O texto tem sua relevância a demonstra a possibilidade da Psicologia Social, na sua vertente crítica, intervir nas questões sociais.

O livro “Políticas públicas e Assistência Social: Diálogo com práticas psicológicas” (Guareschi & Cruz, 2009) é indicado no programa da disciplina “Psicologia e Assistência Social” (C2). No livro, os autores se dedicaram a compreender se as políticas públicas foram pensadas e implementadas sob o marco da proteção integral e dos direitos humanos. Um dos capítulos explora a trajetória da política de Assistência Social no Brasil a partir de um recorte histórico, indicando os marcos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – de 1993. Apresenta o Sistema Único de Assistência Social e, na sequência, discute sobre as práticas da Psicologia neste contexto.

Em outro capítulo, ao tratar sobre o conceito de vulnerabilidade social, Torrossin e Rivero (2016) mencionam a pobreza e relaciona tal condição ao acesso ou não da população às políticas públicas: “A pobreza é, sem dúvida, um dos grandes pilares nos quais se assentam diversas situações de vulnerabilidade social da sociedade capitalista, uma vez que produz a exclusão da população em relação a políticas e serviços públicos” (p.67). Ainda, citam que o processo de ressignificação da Psicologia envolve a desconstrução de conceitos e significações cristalizadas.

A disciplina “Práticas Emergentes do psicólogo Social” (C3) indica a leitura do artigo “Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação” (Spink & Spink, 2017) o qual explora a questão da inserção no cotidiano a partir da pesquisa social, trazendo para a discussão a noção de território colocada pela Assistência Social e questionando se o fato de estar no campo é o mesmo que estar de fato inserido no cotidiano de determinada realidade. Ainda, reconhece que aqueles que estão em contato com o cotidiano são os trabalhadores do que chamamos de linha de frente. O tema é relevante quando pensamos na atuação em políticas públicas, que pressupõe o profissional estar justamente inserido e atuando em territórios onde a condição e pobreza é uma das principais marcas.

A obra “Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais” (2017), que reúne textos de Martin-Baró (1987) é citada como bibliografia básica no programa da disciplina “Psicologia Social” (C3). Em um dos textos, o autor faz uma reflexão sobre modelos originais de uma Psicologia que, em determinado momento, responderam às exigências de uma realidade, mas que continuam sendo utilizados de forma acrítica e sem considerar as especificidades da história dos diferentes povos. Afirma que

... a Psicologia, até o momento, não realizou significativas contribuições para a resolução dos graves problemas que existem ou, pelo menos, para pensar os problemas existentes a partir da perspectiva das maiorias populares. A Psicologia latino-americana, na teoria e na prática, esteve centrada em problemas minoritários e quando se ocupou de problemas sociais importantes, fez isso a partir da perspectiva e dos interesses das minorias dominantes” (p.77)

Na obra de Martin-Baró encontramos caminhos para pensar uma Psicologia possível para a atuação em contextos de exclusão e miséria social, opressão política e exploração econômica. Segundo o autor, “para a Psicologia contribuir para a libertação dos povos latino-

americanos, ela mesma deve se libertar de sua própria dependência intelectual, assim como de sua submissão social” (p.88). Representando a linha da Psicologia Social Crítica, defendia o desenvolvimento de uma Psicologia comprometida com a realidade social e apresentava uma crítica ao fato dos psicólogos sua atenção predominantemente aos setores sociais mais ricos e nas raízes pessoais dos problemas, deixando de lado os fatores sociais.

O contexto social converte-se assim em uma espécie de natureza, um pressuposto inquestionado, frente a cujas exigências “objetivas” o indivíduo deve buscar a solução para seus problemas de modo individual e “subjetivo”. Com este enfoque e com esta clientela, não é de se estranhar que a psicologia esteja servindo aos interesses da ordem social estabelecida, isto é, que se converta em um instrumento útil para a reprodução do sistema. (Martin-Baró, 1997, p.13)

A partir de tal referencial teórico, é possível que os alunos compreendam que a Psicologia historicamente está a serviço da chamada minoria dominante, além de possibilitar a reflexão sobre a necessidade de rever as práticas profissionais, redefinir objetos de estudo e pensar novos modelos de atuação. “Em outras palavras, trata-se de trocar nosso tradicional idealismo metodológico por um realismo crítico. Aos psicólogos latino-americanos nos falta um bom banho de realidade, especialmente dessa realidade que oprime e angustia as maiorias populares” (Martin-Baró, 1987, p.82)

A análise das bibliografias indicadas nos programas foi o elemento que mais demonstrou a possibilidade de acesso pelos alunos a conteúdos que conversam com os temas em análise nesta pesquisa. Reconhecemos este como um ponto positivo e que precisa ser reconhecido dentro da proposta curricular. Porém, se faz necessário resgatar que os programas das disciplinas são elaborados pelos professores, assim como a indicação da bibliografia, seguindo as linhas de interesse e de formação de cada um. Ou seja, são proposições que não

partem necessariamente da diretriz institucional, sendo uma decisão de cunho individual por parte do docente.

Como último ponto, finalizo esta análise com uma síntese das principais características identificadas de cada curso. No caso de C1, trata-se do curso mais recente e de uma IEES localizada em um território empobrecido, conforme nos mostraram os dados regionais apresentados na seção anterior. Tais características, a princípio, nos levam a pensar que se trata de um curso que teria uma perspectiva de novas proposições para o processo formativo. No entanto, tal expectativa não se confirmou.

A análise de C2 nos levou para um caminho semelhante ao de C1, mas com alguns pontos mais evidentes de avanço no sentido de ofertar aos alunos contato com a ampliação do campo de atuação profissional do psicólogo. Inclusive, este é o curso que está localizado institucionalmente nas ciências humanas. No entanto, não identificamos na matriz curricular disciplinas que demonstrem um movimento de mudança curricular.

Por fim, C3 é o curso que parece estar no caminho para uma proposta de formação que de fato valoriza o campo social como possibilidade de atuação e intervenção da Psicologia. Isso por ser percebido de forma mais específica em uma das ênfases deste curso e na oferta de disciplinas obrigatórias. Porém, retomo o fato de o PPC3 trazer poucos elementos que digam sobre a preocupação do curso proposto com as questões sociais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação apresentou a pesquisa que buscou analisar de que forma a Psicologia tem tratado sobre a pobreza - compreendida enquanto manifestação da questão social - por meio do estudo de currículos de cursos de graduação das IEES do estado do Paraná. Foram tomados como objetos de estudo os currículos de três cursos de Psicologia, selecionados a partir de um recorte territorial, para analisar qual é a formação que se propõe atualmente dentro do estado.

Como resposta à questão inicial, podemos afirmar que os cursos de graduação em Psicologia analisados nesta pesquisa demonstram o compromisso com a questão social de forma tímida e implícita, não havendo um posicionamento claro nos documentos de curso que expressam, pelo currículo, o caminho para a formação profissional proposta. Principalmente na análise dos PPCs, foram identificados elementos e características gerais do processo formativo, mas que não são aprofundados. A análise dos programas confirma a afirmação anterior pois, quando olhamos para o universo das grades curriculares, apesar de terem sido apresentados conteúdos que indicam uma mudança de proposição e que tratam das questões sociais, são iniciativas pontuais. Tal análise nos faz refletir sobre a busca de uma identidade profissional, o que ocorre por meio da reprodução das práticas tradicionais. Isso pode ser percebido na organização curricular que é ofertada até hoje, com a setorização dos campos de atuação.

Podemos afirmar que o tema da pobreza não é de fato explorado pelas propostas curriculares. Nos documentos institucionais o termo não aparece. Por outro lado, as políticas públicas ganharam espaço, sobretudo por meio da oferta de disciplinas e na relação entre os temas que é possível identificar a possibilidade de os estudantes compreenderem que o

contexto de pobreza se trata de um campo de atuação profissional que requer uma postura crítica diante das questões sociais. Pode-se dizer que a pobreza aparece de forma transversal.

Os discursos e as práticas hegemônicas da Psicologia, pautados em ações individualizantes e pouca aproximação com o social, mostram-se claramente nos dados em análise. Reconhecendo as políticas públicas enquanto importante campo para a atuação dos psicólogos com ampliação de campos de trabalho, seria urgente repensar a proposta de organização curricular com maior fundamentação teórica e metodológica. Entendemos que a atuação neste campo exige uma formação crítica e implicada socialmente que prepare o profissional para a compreensão das configurações históricas e sociais. A mudança do perfil da profissão não parece estar acompanhada da mudança nas propostas curriculares.

Tais afirmações não são feitas no sentido de desvalorizar outros campos de atuação da Psicologia os quais entendemos ser legítimos e expressarem as possibilidades e demandas para atuação profissional. Apenas proponho algumas reflexões por compreender que a Psicologia avançou e que temos possibilidades de escolha profissional para além daquilo que comumente é apresentado para os profissionais em formação ou, pelo menos, não com a mesma importância como são apresentados outros campos.

Uma das formas de trazer para a formação a atuação em contextos de pobreza é por meio da interlocução entre o campo acadêmico e a prática profissional. Isso na maioria das vezes ocorre nas iniciativas de projetos de pesquisa e extensão que, pelo fato de se encontrarem fora do campo prescrito não formam garantias de que todos os estudantes tenham acesso a tais experiências.

O mesmo acontece com delimitação do estágio como espaço para o debate de tais temática. A oferta dos estágios profissionais na sua maioria ocorre nas áreas tradicionais da Psicologia: Clínica, Escolar e Trabalho. Ainda que seja possível que os cursos propiciem a vivência do tema no cotidiano desse espaço de práticas formativas, a definição de campo no

qual ocorrerá tal exposição fica atrelado a situações contingências (como o desejo do aluno ou o campo de atuação/formação do professor), o que também não garante a discussão da questão a todos os estudantes em formação.

Apesar do recorte da pesquisa, no qual optamos por analisar três cursos de graduação em Psicologia, são cursos que pertencem a IEES que representam o Estado, enquanto instituições públicas e essa característica nos permite pensar em generalizações de alguns resultados observados. Além disso, tem um compromisso e uma importância social, pois são referência para o processo formativo.

Nos três casos identifiquei pontos de contradição (que era o objetivo principal desta análise) que nos indica qual é o posicionamento institucional de três IEES para a oferta dos cursos de Psicologia e o caminho que vem sendo proposto para a formação, que ainda tem a marca histórica das tradicionais áreas de atuação da Psicologia, mesmo diante de uma ampliação das possibilidades de atuação profissional. Porém, conforme nos mostrou a análise dos dados, não podemos negar que existem iniciativas e avanços no sentido de trazer para a formação do psicólogo experiências e produções teóricas atuais, principalmente do campo das políticas públicas que representa a inserção da Psicologia em contextos de pobreza.

Na medida em que olhar para as contradições permitiu compreender a realidade, a análise faz pensar novos caminhos e possibilidades de mudança. Desconsiderar tais elementos contraditórios, nos mantém em uma posição de conservadorismo. Então, foi possível perceber as duas faces (contraditórias) da educação: uma educação integrada ao projeto de dominação e exclusão social e, ao mesmo tempo, um movimento de resistência frente àquilo que se encontra estabelecido e enraizado, ainda que de forma incipiente.

O movimento a que me refiro tem relação com o papel das instituições escolares como espaço de resistência e denúncia aos discursos e práticas discriminatórios. Enquanto documento institucional, os PPCs evidenciaram essa contradição pelo fato de não dedicarem

espaço para tratar sobre tal compromisso. Um dos documentos sequer menciona o compromisso ou responsabilidade social do curso. O fato de a própria instituição não reconhecer o curso como pertencente a área das Ciências Humanas afasta a Psicologia desta perspectiva diante das questões sociais.

Ao mesmo tempo, na análise de algumas disciplinas deste currículo identificamos um movimento no sentido de resistência, principalmente nas propostas de disciplinas, que não demonstram necessariamente a postura da instituição. Retomo que a análise nos mostrou que a aproximação dos alunos com os temas que abordam a questão social ocorre por meio da proposta de bibliografia básica dos programas.

Como era esperado, acompanhando a tendência na América Latina, as disciplinas intituladas “Psicologia Social” têm foco na sua perspectiva crítica que tem como base teórica o materialismo histórico e a desigualdade como matriz específica. Já as demais disciplinas relacionadas a essa área da Psicologia trazem em sua proposição referências da Psicologia Social contemporânea, que não abandonam a perspectiva crítica, mas ampliam as temáticas para as quais se direciona: violência, ecologia urbana, movimentos sociais, a questão de gênero, além da desigualdade e exclusão social. Ou seja, a pobreza e desigualdade são tratados enquanto um dos vários problemas sociais e não mais como o principal foco da perspectiva crítica.

No sentido de contribuir com pesquisas futuras, a experiência de analisar currículos de cursos de graduação indicou inúmeras possibilidades de desdobramentos da pesquisa. Por exemplo, quando pensamos em uma possível ampliação do universo da pesquisa, considerar as linhas abordagens teóricas linhas de pesquisa do corpo docente evidenciaria ou não as contradições observadas? Será que a interlocução direta com os professores e alunos os dados apontariam outro caminho de análise?

No mesmo sentido, reconhecendo que o Paraná se localiza em uma das regiões consideradas ricas e com economia influente no país, quais seriam os dados observados se optássemos por realizar tal estudo em universidades de outra região do país, onde a pobreza é uma característica primordial?

Ainda, se o objeto de investigação fosse currículos de cursos das instituições e universidades privadas, como a temática em estudo é tratada? Apontamos que as instituições públicas têm o compromisso com as demandas sociais e são referência em nível de formação, mas isso não é suficiente para afirmar que o interesse pela atuação da Psicologia em contextos de pobreza não apareça nos cursos das universidades particulares.

Considerando que toda pesquisa requer delimitações e escolhas, não foi possível contemplar tais proposições neste estudo, deixando então, a indicação de tais possibilidades, de modo a seguir fomentando o debate acerca da investigação da formação profissional e, assim, potencializar as formas de atuação e problematização das realidades concretas.

REFERÊNCIAS

- Amendola, M. F. (2014). Formação em psicologia, demandas sociais contemporâneas e ética: Uma perspectiva. *Psicologia: ciência e profissão*, 34, 971-983.
- Bock, A. M. B.; Gonçalves, M. G. M. A Psicologia no novo século: identidade profissional, compromisso social e políticas públicas. In: Zanini, E., Borges, R. F. (org.) *Psicologia e Políticas Públicas: perspectivas e desafios para formação e atuação*. Maringá: Eduem, 2020.
- Bernardes, J. S. (2013). História. In Strey, M. N., Jacques, M. G. C., Bernardes, M. G., Guareschi, P., Carlos, S. A. & Fonseca, T. M. *Psicologia Social Contemporânea*. (21ª ed., pp.19-35). Petropolis, RJ: Vozes.
- Bernardes, J. D. S. (2012). A formação em Psicologia após 50 anos do Primeiro Currículo Nacional da Psicologia: alguns desafios atuais. *Psicologia: ciência e profissão*, 32, 216-231.
- Bourguignon, J. A. (2006). O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. *Emancipação*, 6(1).
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS\SNAS, 2009.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: MDS\SNAS, 2011.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: MDS\SNAS, 2004.
- Brasil. Ministério da Educação. CNE. Parecer CNE/CES nº 1071/2019. Revisão das Diretrizes Curriculares nacionais (DCNs) dos Cursos de Graduação em Psicologia e estabelecimento de normas para o Projeto Pedagógico Complementar (PPC) para a formação de professores de Psicologia. Brasília. Brasília, 2019.
- Brasil. Ministério da Educação. CNE. Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia. Brasília, 2004.
- Campos, C. J. G. (2004) Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Rev. bras. enferm.* [online]. 2004, vol.57, n.5, pp.611-614.
- Carvalho, L. B., & Furtado, M. E. M. F. (2015). O psicólogo no NASF: Potencialidades e desafios de um profissional de referência. *Revista Psicologia e Saúde*, 7(1), 9-17.

- Costa, J. P., Costa, A. L. F., Lima, F. C., Seixas, P. S., Pessanha, V. C., & Yamamoto, O. H. (2012). A produção científica sobre a formação de psicólogos no Brasil. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 6(2). <https://doi.org/10.24879/201200600200307>
- Chizzotti, A. A Pesquisa qualitativa em Ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 16. n. 2, p. 221- 236, 2003.
- Codes, A.L.M. *A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: Em direção a uma visão complexa*. Texto para discussão. Brasília: IPEA. 2008.
- Conselho Federal de Psicologia. (2018). *Ano da formação em Psicologia: revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia*. Brasília: CFP.
- Cordeiro, M. P., & Curado, J. C. (2018). Psicologia na assistência social: um campo em formação. *Psicologia & Sociedade*, 29. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29169210>
- Cordeiro, M. P., & Spink, M. J. P. (2018). Apontamentos sobre a História da Psicologia Social no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(4), 1068-1086.
- Cury, C. R. J. (1979). *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez: Autores Associados.
- Dantas, C. M. B., & Oliveira, I. F. (2015) A Psicologia no campo da assistência social: concepções de pobreza dos psicólogos atuantes no CRAS. In: Accorssi, A., Bousfield, A. B. S., Gonçalves, H. S., Aguiar, K., & Guzzo, R. S. (2015). *Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia*. ABRAPSO : Edições do Bosque.
- Dibbern, T. A., Cristofolletti, E. C., & Serafim, M. P. (2018). Educação em direitos humanos: um panorama do compromisso social da universidade pública. *Educação em Revista*, 34. <https://doi.org/10.1590/0102-4698176658>
- Esch, C. F., & Jacó-Vilela, A. M. (2001). A regulamentação da profissão de Psicólogo e os currículos de formação psi. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* (Cap. 01, pp. 17-24). Relume Dumará: FAPERJ.
- Espinha, T. G. (2017). A temática racial na formação em psicologia a partir da análise de projetos políticos-pedagógicos: silêncio e ocultação. Universidade Estadual de Campinas.
- Farr, R. (1996). *As raízes da Psicologia Social moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ferreira, C. R. C. & Facci, M. G. D (2020). A atuação da psicologia em contextos de pobreza: algumas contribuições de Martin-Baró. *Revista Psicologia para América Latina*, n. 33, p. 67-77.

- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26, 51-64.
- Fonseca, T. M. G. (2013). Epistemologia. In Strey, M. N., Jacques, M. G. C., Bernardes, M. G., Guareschi, P., Carlos, S. A. & Fonseca, T. M. *Psicologia Social Contemporânea*. (21ª ed., pp.36-48) Petropolis, RJ: Vozes.
- ForGrad. (1999). Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. Do Pessimismo da Razão ao Otimismo da Vontade: referências para a construção de Projetos Pedagógicos nas IES Brasileiras. <http://forgrad.com.br/publicacoes.php>.
- Freitas, M. F. Q. (2016). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária – práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 1960 a 1990, no Brasil. In Campos, R. H. F. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. (pp. 50-74) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gil, A. C. (2020) *Metodologia do Ensino Superior*. 5. Ed. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2008) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gesser, M. (2013). Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. *Psicologia: ciência e profissão*, 33, 66-77.
- Glaber, L. (2016) Escola Normal. Arquivo Nacional (2016). *Memória da administração pública brasileira*. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/315-escola-normal>
- Goes, N. A., Ximenes, V. M., Moura Jr., J. F. (2015). Relações da Psicologia Comunitária com a Libertação a partir da dialética dominação-opressão. *Revista Teoría y Crítica de la Psicología*, 6, 140-161.
- Gonzales Rey, L. F. (2016) *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Petropolis, RJ: Vozes.
- Guzzo, R. S. A (des)igualdade social e a Psicologia: Uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. In: Ximenes, V. M.; Nepomuceno, B. B.; Cidade, E. C.; Moura, J. F. (Orgs.). *Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 149-161.
- Höfling, E.M.(2001). Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES, Campinas, v. 21, n. 55. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>
- Hüning, S. M., & Oliveira, É. C. S. (2022). Contribuições para uma Formação em Psicologia Integrada à Política de Assistência Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003234060>
- IBGE. (2010). IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 10/11/2022.

- Jacó-Vilela, A. M., Jabur, F., & Rodrigues, H. D. B. C. (1999). *Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ.
- Lane, S. T. M. (1981). *O que é Psicologia Social*. 1ªed. São Paulo: Brasiliense.
- Lacerda Jr, F. (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y Crítica de la Psicología*, (3), 216-263.
- Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. (1962)*. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. *Diário Oficial da União*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm
- Lemos, F. C. S.; Galindo, D.; Reis Junior, L. P.; Moreira, M. M.; Borges, A. G. Análise documental: algumas pistas de pesquisa em psicologia e história. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 3 p. 461 – 469, jul./set. 2015.
- Lima, A. F., Ciampa, A. C., & de Almeida, J. A. M. (2009). Psicologia social como psicologia política?: A proposta de psicologia social crítica de Sílvia Lane. *Revista Psicologia Política*, 9(18), 223-236.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de psicologia (Natal)*, 2, 7-27.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2012). O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30(1), 182-192.
- Mendes, K. T., & da Costa, P. H. A. (2018). Psicologia e pobreza no Brasil: Histórico, produção de conhecimento e problematizações possíveis. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(4), 1118-1136.
- Menezes, A. L. T., Silveira, V. F. (2016). Epistemologias indígenas e as visões sobre pobreza: Estética e espiritualidade como resistência. In: Ximenes, V. M.; Nepomuceno, B. B.; Cidade, E. C.; Moura, J. F. (Orgs.). *Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora. 239-260.
- Miron, A. X., & Guareschi, N. M. D. F. (2017). Compromisso social da psicologia e sistema único de assistência social: Possíveis articulações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 349-362. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000952014>
- Montaño, C. (2012). Pobreza, " questão social" e seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, 270-287.
- Moura Jr, J. F., & Ximenes, V. M. (2016). A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28, 76-83. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1051>
- Moura, J., Ximenes, V. & Sarriera, J. (2014). A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. *Quaderns de Psicologia*, 16(2), 85- 93.

- Netto, J. P. (2001). Cinco notas a propósito da “questão social”. *Revista Temporalis*, 3(1), 42-49.
- Nunes, B.C., Simeão, E., e Pereira, O. A prática da pesquisa documental em Psicologia. *Revista Ibero-Americana de Ciência e Informação*. Brasília, v. 13, n. 1, p. 339-359, jan./abril 2020.
- Nunes, P. A., & Melo, C. O. (2012). Estrutura produtiva da mesorregião sudeste paranaense com abordagem insumo-produto. *Revista Paranaense De Desenvolvimento - RPD*, (123), 179–212. Recuperado de <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/392>
- Oliveira, I. F. D., & Amorim, K. M. D. O. (2012). Psicologia e política social: o trato da pobreza como sujeito psicológico. *Psicol. argum*, 559-566.
- Pereira, F. M., & Neto, A. P. (2003). O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em estudo*, 8, 19-27. doi: 10.1590/S1413-73722003000200003
- Quijano, A. (2002). Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. *Novos Rumos*, 17(37), 1-25.
- Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004.(2004, 18 maio). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 16-17, 18 maio 2004. Recuperado a partir de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf
- Rolim, C., & Serra, M. (2009). Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região Norte do Paraná. *Revista de Economia*, 35(3).
- Rolim, C., & Kureski, R. (2007). Impacto econômico de curto prazo das universidades estaduais paranaenses-2004. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, (112), 111-130.
- Romagnoli, R. C. (2007). A invenção como resistência: por uma clínica menor. *Vivência, UFRN/CCHLA*, (32), 97-107.
- Romagnoli, R. C. (2012). O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. *ECOS- Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(1), 120-132.
- Rudá, C., Coutinho, D., & de Almeida Filho, N. (2015). Formação em psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 29, 59-85.
- Sanches, N., Martins, T. C., & Silva, R. B. (2020). O trabalho da psicologia na assistência social: análises a partir de um grupo focal. *Aletheia*, 53(2). 165-178
- Sant'ana, F. M. Enricone, D., André, L. C. Tyrra, C. M. G. (1996). *Planejamento de ensino e avaliação*. 11. ed. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto.

- Santiago, E. S. (2014). *O trabalho como estratégia de atenção em saúde mental: cartografias do conceito Trabalho nas políticas públicas de saúde*. (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis.
- Santomé, J. T. (2013) *Curriculo escolar e justiça social: o cavalo de troia da educação*. Porto Alegre: Penso. 335 p.
- Scarparo, H. B. K., & Guareschi, N. M. D. F. (2007). Psicologia social comunitária profissional. *Psicologia & Sociedade*, 19(SPE2), 100-108.
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500025>
- Scarpin, J. E., & Slomski, V. (2007). Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. *Revista de administração pública*, 41, 909-933. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000500006>
- Schulze, C. M. N., Camargo, B. V. Psicologia Social, representação social e método. *Temas psicol.* [online]. 2000, vol.8, n.3, 287-299.
- Scott, J. B., Marion, J., Freitas, A. P. M., Ferreira, M., Pereira, C. R. R., & Siqueira, A. C. (2019). Desafios da atuação do psicólogo em centros de referência da assistência social (Cras). *GeraiS: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(1), 125-141.
<https://dx.doi.org/10.36298/gerais2019120110>
- Seixas, P. S.; Coelho-LIMA, F.; Silva, S. G.; Yamamoto, O. H. (2013). Projeto Pedagógico de Curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 17, n. 1, 113-122.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do Trabalho Científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez.
- Silva, R. B., de Andrade, A. K., & de Almeida, C. D. G. F. (2021). Psicologia e assistência social: o estudo de caso como estratégia de acompanhamento familiar. *Caminho Aberto: revista de extensão do IFSC*, 66-75.
- Silva, M. L. A.; Assunção, J. E. S. (2020). Pobreza do Brasil: A situação da pobreza e desigualdade nas regiões sul e sudeste do Brasil. In: Silva, M. L. A. *Riqueza, desigualdade e pobreza no Brasil: Aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras*. Atena. 82-105.
- Silva, C. N. A. (2017). Colônia de Alienados de Engenho de Dentro (1911-1932). *XXIX Simpósio Nacional de História*. Brasília/UNB.
- Silva, J. V. D., & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, 23, 12-21.
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400003>
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 16, 20-45.
<https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>

- Sprandell, M. A. (2004). *A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil*. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.
- Spink, M. J. P., & Spink, P. K. (2017). Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social:: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação. *Quaestio-Revista de Estudos em Educação*, 19(3).
- Strey, M. N., Jacques, M. G. C., Bernardes, M. G., Guareschi, P., Carlos, S. A. & Fonseca, T. M. (2013). Introdução. . In Strey, M. N., Jacques, M. G. C., Bernardes, M. G., Guareschi, P., Carlos, S. A. & Fonseca, T. M. *Psicologia Social Contemporânea*. (21ªed., pp. 13-16). *Psicologia Social Contemporânea*. Petropolis, RJ: Vozes.
- Torossian, S. D., & Rivero, N. E. (2009). Políticas públicas e modos de viver: a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. *Políticas Públicas de Assistência Social–Diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes.
- Veiga-Neto, A. (2002). Cultura e currículo. *Revista Contrapontos*, 2(1), 43-51.
- Veras, M. (2014). Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). In: Sawaia, B. (2014) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (14 ed., pp.29-51). Petropolis, RJ: Vozes
- Vilela, A. M. J. (2012). História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: ciência e profissão*, 32, 28-43. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500004>
- Wanderley, M. B. (2014). Refletindo sobre a noção de exclusão. In Sawaia, B. (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes. 16-26.
- Ximenes, V. M., Paula, L. R. C. D., & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia: ciência e profissão*, 29, 686-699.
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. D. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26, 9-24.
- Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In A. M. B. Bock. (org.) *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez. (p.37-54)

ANEXOS

ANEXO A

Matriz Curricular e Ementário – C1

CURSO: PSICOLOGIA (Psicólogo) (480/I – Integral – Cur. 2009)

CÓD.	DEPTO.	DISCIPLINAS	SÉRIES					C/H Anual		
			1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	T.	P.	Total
0167/I	DEPSI/I	Anatomia e Fisiologia Humanas	3						x	102
0168/I	DEMAT/I	Estatística Aplicada à Psicologia	3					x		102
0169/I	DENAM/I	Genética Humana	2					x		68
1100/I	DEHIS/I	História da Filosofia	4					x		136
0171/I	DEPSI/I	História, Teorias e Sistemas em Psicologia	4					x		136
0172/I	DEPSI/I	Introdução à Psicologia **	4					x	x	136
0173/I	DEPSI/I	Metodologia da Investigação Psicológica I	3					x		102
0174/I	DELET/I	Produção e Editoração de Texto	3					x	x	102
1101/I	DEPSI/I	Psicologia do Desenvolvimento	4					x		136
0176/I	DEPSI/I	Análise Experimental do Comportamento		4					x	136
1195/I	DEPSI/I	Dinâmicas de Grupo		3				x		102
1196/I	DEPSI/I	Metodologia da Investigação Psicológica II		3				x		102
0179/I	DEPSI/I	Neurofisiologia		2				x		68
---	---	Optativa		2				x		68
0180/I	DEPSI/I	Psicologia da Educação		3				x		102
0181/I	DEPSI/I	Psicologia da Personalidade		3				x		102
1197/I	DEPSI/I	Psicologia Social *		4				x	x	136
0183/I	DEHIS/I	Sociologia		2				x		68
0184/I	DEPSI/I	Técnicas de Exame Psicológico		4				x	x	136
1198/I	DEHIS/I	Antropologia Cultural			3			x		102
---	---	Optativa			2			x		68
---	---	Optativa			2			x		68
1199/I	DEPSI/I	Psicologia Clínica e da Saúde			4			x		136
1200/I	DEPSI/I	Psicologia da Pessoa Portadora de Deficiência *			3			x	x	102
0188/I	DEPSI/I	Psicologia do Trabalho I			3			x		102
1201/I	DEPSI/I	Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem **			4			x	x	136
1202/I	DEPSI/I	Psicopatologia *			4			x	x	136
0190/I	DEPSI/I	Psicomotricidade			3			x		102
0829/I	DEPSI/I	Abordagens Teórico-Metodológicas da Psicologia Contemporânea I				3		x		102
1203/I	DEPSI/I	Ética Profissional				3		x		102
---	---	Optativa				2		x		68
---	---	Optativa				2		x		68
1204/I	DEPSI/I	Orientação para a Escolha Profissional **				4		x	x	136
0197/I	DEPSI/I	Psicopatologia da Criança e do Adolescente				3		x		102
1205/I	DEPSI/I	Psicologia do Trabalho II				4		x		136
1206/I	DEPSI/I	Técnicas de Aconselhamento Psicológico **				4		x	x	136
0831/I	DEPSI/I	Abordagens Teórico-Metodológicas da Psicologia Contemporânea II					2	x		68
---	---	Optativa					2	x		68
---	---	Optativa					2	x		68
---	---	Optativa					2	x		68
1207/I	DEPSI/I	Supervisão de Estágio em Psicologia Clínica ***					4	x		136
1208/I	DEPSI/I	Supervisão de Estágio em Instituições e Organizações I ***					4	x		136

CÓD.	DEPTO.	DISCIPLINAS	SÉRIES					C/H Anual		
			1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	T.	P.	Total
1209/I	DEPSI/I	Supervisão de Estágio em Instituições e Organizações II ***					4	x		136
		SUBTOTAL (horas-aula)	30	30	28	25	20			4522
		SUBTOTAL (horas)								3768
		Estágio Profissional Supervisionado em Psicologia Clínica (horas)								136
		Estágio Profissional Supervisionado em Instituições e Organizações I (horas)								136
		Estágio Profissional Supervisionado em Instituições e Organizações II (horas)								136
		TOTAL (horas)								4176

(*) Estágio Básico 17 horas

(**) Estágio Básico 34 horas

(***) Cada turma é composta por 8 alunos. Início: 2009 Integralização: mínima - 5 anos / máxima - 7 anos

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE PSICOLOGIA (Currículo iniciado em 2009):

ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PSICOLOGIA CONTEMPORÂNEA I C/H 102 (0829/I)

Diferentes linhas de intervenção teórico-metodológicas da Psicologia contemporânea

ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PSICOLOGIA CONTEMPORÂNEA II C/H 68 (0831/I)

Diferentes linhas de intervenção teórico-metodológicas da Psicologia contemporânea abordadas na forma de seminários.

ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO C/H 136 (0176/I)

Postulados teóricos do Behaviorismo. Condicionamento operante. Esquemas de reforçamento. Controle de estímulos: condicionamento pavloviano, discriminação, discriminação e generalização de estímulos. Modelagem. Controle de estímulos aversivos: esquiva, fuga e supressão condicionada. Discriminações e de contexto. Aplicações destes princípios prática psicológica.

ANATOMIA E FISILOGIA HUMANAS C/H 102 (0167/I)

Anatomia e fisiologia humanas: conceitos e métodos de estudo. Noções anátomo-fisiológicas: sistema esquelético, sistema articular, sistema muscular, sistema circulatório, sistema respiratório. Sistema nervoso, sistema genital masculino e feminino, sistema endócrino.

ANTROPOLOGIA CULTURAL C/H 102 (1198/I)

Os seres humanos e as sociedades. Os seres humanos e a subjetividade. Relações de poder. Relações de gênero. Relações étnico-raciais na sociedade brasileira.

DINÂMICAS DE GRUPO C/H 102 (1195/I)

Pequenos grupos: características e interação. Contribuições teórico-metodológicas: grupos operativos e psicodrama. Técnicas de dinâmica de grupos aplicáveis nos vários contextos da Psicologia.

ESTATÍSTICA APLICADA À PSICOLOGIA C/H 102 (0168/I)

Introdução. Fases de um trabalho estatístico. Representação tabular e gráfica. Distribuição de frequência. Medidas de posição e dispersão. Amostragem. Análise de regressão. Teste de hipóteses. Probabilidade. Distribuição Binominal e Normal. Uso de programas e aplicativos estatísticos.

ÉTICA PROFISSIONAL C/H 102 (1203/I)

Ética: história e fundamentos. Regulamentação da profissão de psicólogo e dos órgãos de classe. O Código de Ética brasileiro. A Ética profissional nos diferentes contextos de atuação do psicólogo.

A partir de 2015:

Ética: história e fundamentos. Regulamentação da profissão de psicólogo e dos órgãos de classe. O Código de Ética brasileiro. A Ética profissional nos diferentes contextos de atuação do psicólogo. Psicologia e Direitos Humanos. Psicologia e questões ambientais.

GENÉTICA HUMANA C/H 68 (0169/I)

Genética humana: estudo dos princípios gerais. Transmissão, expressão e alteração do material genético. Aconselhamento genético.

HISTÓRIA DA FILOSOFIA C/H 136 (1100/I)

O estudo da Filosofia a partir de seu surgimento na Grécia antiga, considerando as orientações gerais do pensamento grego, medieval, moderno e contemporâneo. A questão do nascimento

das Ciências Humanas e a problemática do seu estatuto de cientificidade.

HISTÓRIA, TEORIAS E SISTEMAS EM PSICOLOGIA C/H 136 (0171/I)

História da Psicologia até a contemporaneidade. Abordagens, sua construção e pressupostos: Estruturalismo, Funcionalismo, Behaviorismo, Gestalt e Psicanálise. A história da Psicologia no Brasil e no Paraná.

INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA C/H 136 (0172/I)

A Psicologia como ciência e como profissão. Áreas de atuação e contextos de trabalho. Os agentes no processo de trabalho do profissional psicólogo nos âmbitos clínico, escolar e organizacional. Fundamentos éticos do trabalho.

A disciplina solicita de cada aluno atividades como entrevistas com profissionais psicólogos e outros com os quais poderá interagir, visitas e observações documentadas a instituições onde desenvolvam-se trabalhos em Psicologia e leituras orientadas de documentos exarados pelos Conselhos da classe (federal e regional).

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA I C/H 102 (0173/I)

A Psicologia como ciência, suas bases epistemológicas. Concepções teórico-metodológicas de investigação da realidade e formas de delineamento às pesquisas delas decorrentes. A pesquisabibliográfica: planejamento, elaboração e apresentação do trabalho científico.

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA II C/H 102 (1196/I)

Planejamento da pesquisa, suas etapas de execução. Métodos e técnicas. Instrumentos de coleta de dados. Análise de dados: a superação da falsa dicotomia entre pesquisa quantitativa e qualitativa.

NEUROFISIOLOGIA C/H 68 (0179/I)

Estudo fisiológico do Sistema Nervoso, buscando articulações com os fenômenos psicológicos.

ORIENTAÇÃO PARA A ESCOLHA PROFISSIONAL C/H 136 (1204/I)

A visão da orientação como processo: suas etapas e elementos. Testes e outras alternativas. Análise dos contextos econômicos, sociais e familiares na orientação. Práticas individual, com pequenos grupos e comunidade.

PRODUÇÃO E EDITORAÇÃO DE TEXTO C/H 102 (0174/I)

Linguística textual. Análise dos fatores textuais de coesão e coerência no texto escrito. Prática de leitura, produção e editoração de textos, seus conceitos e aplicações.

PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE C/H 136 (1199/I)

Psicologia clínica: campos de atuação, aspectos históricos, éticos e contextuais. As instituições de saúde e sua dinâmica de funcionamento. A psicoterapia individual: o contrato ou enquadre, o cliente, diagnóstico, intervenção terapêutica, prognóstico. Psicoterapia de grupo. A prática do psicólogo clínico nas instituições de saúde: alternativas de atuação.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO C/H 102 (0180/I)

Principais abordagens em Psicologia da Educação: pressupostos epistemológicos e teórico/metodológicos.

PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE C/H 102 (0181/I)

Teorias da personalidade: culturalismo, C.G. Jung, W. Reich e S. Freud.

PSICOLOGIA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA C/H 102 (1200/I)

A categoria excluído. Normalidade: aspectos históricos, estatísticos, sociais, legais e críticos.

Características e diagnósticos nas áreas mental, sensorial e motora. Intervenção junto à pessoa portadora de deficiência na educação, trabalho, esporte, lazer, reabilitação, entre outros contextos.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO C/H 136 (1101/I)

Estudo do desenvolvimento humano: pré-natal, infância, adolescência, maturidade e velhice.

PSICOLOGIA DO TRABALHO I C/H 102 (0188/I)

Estudo dos sistemas de Recursos Humanos: recrutamento, seleção, capacitação, avaliação de desempenho, desenvolvimento organizacional e ergonomia.

PSICOLOGIA DO TRABALHO II C/H 136 (1205/I)

Relações de trabalho. Saúde do trabalhador. Projeto de intervenção em organizações: planejamento, execução e avaliação.

PSICOLOGIA ESCOLAR E PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM C/H 136 (1201/I)

Psicologia escolar: alternativas de atuação. A instituição escola: sua dinâmica e equipe. Procedimentos metodológicos para diagnóstico e intervenção. Problemas de aprendizagem.

PSICOLOGIA SOCIAL C/H 136 (1197/I)

Retrospectiva histórica da produção de conhecimentos na Psicologia Social. Atitudes. Percepção social. Linguagem, comportamento e interação. Processos de socialização. Controle social. Diversidade e exclusão. Relações étnico-raciais e Psicologia Cultural. Planejamento e intervenção nas questões sociais.

PSICOMOTRICIDADE C/H 102 (019/I)

Aspectos introdutórios: histórico da Psicomotricidade, campos de atuação, conceitos básicos. Condutas. Métodos e técnicas de trabalho em Psicomotricidade. Planejamento e intervenção em educação, reabilitação e clínica.

PSICOPATOLOGIA C/H 136 (1202/I)

Estudo dos quadros nosológicos em suas várias dimensões. Contato orientado com o trabalho realizado em Psicologia tanto em nível ambulatorial quanto hospitalar.

PSICOPATOLOGIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE C/H 102 (0197/I)

Transtornos mentais da criança e do adolescente. Diagnóstico e alternativas de intervenção, considerando fatores de ordem familiar e social.

SOCIOLOGIA C/H 68 (0183/I)

O estudo das manifestações e comportamentos humanos dentro da sociedade. Privilegia a discussão das diversas correntes que permeiam o pensamento sociológico, bem como seus representantes e as concepções da produção de conhecimento. Assim como, as influências das ideologias no desempenho das práticas humanas nos diversos grupos sociais.

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES IC/H 136 (1208/I)

Supervisão teórico-prática de intervenções nas diferentes áreas de atuação do Psicólogo em Instituições e Organizações.

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES II C/H 136 (1209/I)

Supervisão teórico-prática de intervenções nas diferentes áreas de atuação do Psicólogo em Instituições e Organizações.

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA CLÍNICA C/H 136 (1207/I)

Supervisão teórico-prática de casos clínicos nas diferentes abordagens teórico-metodológicas em Psicologia.

TÉCNICAS DE ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO C/H 136 (1206/I)

Aconselhamento: histórico, fundamentos teórico-metodológicos. Aconselhamento nos diversos contextos de atuação psicológica.

TÉCNICAS DE EXAME PSICOLÓGICO C/H 136 (0184/I)

A Entrevista e a observação. Testes psicológicos: histórico, características e aspectos éticos. Avaliação de nível mental, interesse, aptidão e psicomotor. Técnicas para avaliação da personalidade: os testes projetivos. Elaboração de laudos e outros documentos.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

ANÁLISE INSTITUCIONAL C/H 68 (0833/I)

Histórico da Análise Institucional. A análise institucional e a prática da saúde coletiva. A transformação das instituições a partir das práticas e discursos dos sujeitos.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE C/H 68 (0834/I)

Estudos sobre a prática do psicólogo em instituições de saúde. Possibilidades, procedimentos, instrumentos e perspectivas teóricas da Psicologia Clínica e da Saúde. Políticas públicas e privadas de saúde. Legislação.

AVALIAÇÃO PSICO-EDUCACIONAL C/H 68 (0835/I)

Técnicas psicométricas de avaliação. Fundamentos da Psiconeurologia. Diagnóstico e intervenções. Ações educativas na diversidade.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA C/H 68 (0207/I)

Abordagens do processo educacional na área da Educação Especial e o atendimento aos portadores de necessidades especiais. Política nacional de Educação Especial. O processo de inclusão: estratégias e adaptações curriculares na escola inclusiva.

INTRODUÇÃO À PSICANÁLISE E DE J. LACAN I C/H 68 (0836/I)

O sentido de retorno à Freud. Princípios teóricos da obra de J. Lacan.

INTRODUÇÃO À PSICANÁLISE E DE J. LACAN IIC/H 68 (0837/I)

A clínica psicanalítica.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS C/H 68 (1497/I)

Aspectos Históricos: cultura surda, identidade e língua de sinais. Estudo da legislação e das políticas de inclusão de pessoas com surdez. O ensino de Libras e noções básicas dos aspectos linguísticos. Introdução às práticas de compreensão e produção em LIBRAS por meio do uso de estruturas e funções comunicativas elementares.

LINGUAGEM E PENSAMENTO C/H 68 (0208/I)

As relações linguagem e pensamento nas várias abordagens da Psicologia da Educação. Psicologia sociointeracionista de Lev S. Vygotsky.

PESQUISA EM PSICOLOGIA CLÍNICA C/H 68 (0838/I)

A pesquisa em Psicologia Clínica: fundamentos, relação com objeto, material clínico e delimitação de campo da pesquisa.

PESQUISA EM PSICOLOGIA DA SAÚDE C/H 68 (0839/I)

A Psicologia e a produção de conhecimento no campo da saúde. Os principais delineamentos de pesquisa epidemiológicos. Perspectivas futuras para a Psicologia da Saúde.

PESQUISA EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO C/H 68 (0840/I)

Métodos e técnicas de pesquisa aplicados a Psicologia do Desenvolvimento.

PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL C/H 68 (0841/I)

A pesquisa visa a relação indivíduo/sociedade gerada pela dimensão social da história humana. Epistemológica da pesquisa social participante. Estudo das condições concretas (sócio, político e históricas) e dialoga com a psicanálise para a compreensão do particular integrado repressivamente à totalidade social.

PRÁTICA DA PESQUISA PSICOLÓGICA II C/H 136 (1210/I)

Prática orientada de pesquisa em Psicologia e discussão sistemática do processo de investigação.

PRÁTICA EM PESQUISA PSICOLÓGICA C/H 68 (0842/I)

Prática orientada de pesquisa em Psicologia e discussão sistemática do processo de investigação.

PSICODIAGNÓSTICO C/H 68 (0843/I)

O psicodiagnóstico como processo que habilita para a realização de intervenção psicológica. A construção de hipóteses diagnósticas e prognósticas, a orientação terapêutica, os encaminhamentos e aspectos éticos do atendimento.

PSICOFARMACOLOGIA C/H 68 (0210/I)

Estudo das características bioquímicas dos agentes farmacológicos e seus efeitos no comportamento. Metodologia do uso das drogas. Alterações comportamentais produzidas por drogas.

PSICOLOGIA ANÁLITICA DE C. G. JUNG C/H 68 (0844/I)

Estudos sobre a teoria de Jung. Histórico, pressupostos epistemológicos e a prática clínica junguiana.

PSICOLOGIA AMBIENTAL C/H 68 (0211/I)

Comportamento humano e ambiente natural e construído. Interfaces com outras ciências. Problemas e métodos em Psicologia Ambiental. Ecologia. Atitudes e territorialidade.

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA C/H 68 (0212/I)

Comunidade: conceito e dinâmicas. A Psicologia e as práticas comunitárias. Psicologia preventiva e comunidade. Práticas em saúde, educação e trabalho em comunidades urbanas e rurais.

PSICOLOGIA DA ADOLESCÊNCIA C/H 68 (0845/I)

Teorias psicológicas da adolescência.

PSICOLOGIA DA GRAVIDEZ, PARTO E PUERPÉRIO C/H 68 (0846/I)

Estudo dos aspectos psicológicos da gravidez, parto e puerpério. Maternidade e paternidade.

PSICOLOGIA DA MORTE E PACIENTE TERMINAL C/H 68 (0213/I)

Estudos sobre a morte e o morrer. O paciente crônico. O paciente terminal.

PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE II C/H 68 (0847/I)

Abordagem fatorial, dos traços, cognitivista e humanista da personalidade.

PSICOLOGIA DA TERCEIRA IDADE C/H 68 (0214/I)

Conceitos básicos. O envelhecimento como etapa do desenvolvimento humano. Aspectos físicos, psicológicos e sociais do envelhecimento. Alternativas de atuação do psicólogo junto à terceira idade. Prática de atuação na Universidade Aberta da Terceira Idade.

PSICOLOGIA DO ESPORTE C/H 68 (0848/I)

Psicologia do Esporte histórico e produção científica atual. O esporte no Brasil: iniciação, alto rendimento e políticas públicas. Stress, agressividade e motivação. Prática no âmbito da iniciação esportiva.

PSICOLOGIA DO TRÂNSITO C/H 68 (0849/I)

Aspectos psicológicos do comportamento no trânsito. A relação da Psicologia do trânsito com outras ciências e profissões, bem como causas de riscos, conflitos e acidentes.

PSICOLOGIA E ARTE C/H 68 (0850/I)

As relações entre a Psicologia e a arte.

PSICOLOGIA HOSPITALAR C/H 68 (0851/I)

A Psicologia da Saúde e a Psicologia Hospitalar. O hospital como instituição: história e funções. O psicólogo em hospital geral. Métodos de avaliação e intervenção psicológica. A pesquisa em Psicologia Hospitalar.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA C/H 68 (0852/I)

A atuação do psicólogo no campo forense: vitimização de crianças, adolescentes e idosos, disputa de guarda, prática de delitos, entre outras questões. A legislação pertinente à criança e o adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência. Instrumentos de trabalho e equipe multidisciplinar.

PSICOTERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL C/H 68 (0853/I)

Abordagem cognitivo-comportamental de intervenção clínica e de saúde.

PSICOTERAPIA DE FAMÍLIA E DE CASAL C/H 68 (0854/I)

O surgimento da Psicoterapia de Família e de casal como estratégias de intervenção clínica. Teoria sistêmica e a prática clínica.

PSICOTERAPIA INFANTIL C/H 68 (0855/I)

Estratégias de atendimento psicoterápico à infância, diagnóstico e intervenção.

PSICOTERAPIAS CORPORAIS C/H 68 (0856/I)

Evolução da Psicologia corporal. Os fundamentos teóricos e estratégias de intervenção. William Reich, Alexandre Lowen.

RELAÇÕES DE GÊNERO C/H 68 (0216/I)

Caminhos históricos da constituição das relações de gênero. As relações de gênero na cultura latino-americana e brasileira.

SAÚDE COLETIVA E INTERDISCIPLINARIDADE 68 h/a 2140/I

Conceito ampliado de saúde. Políticas públicas de saúde. Articulação ensino-serviço em saúde. Participação social em saúde. Campo e núcleo de saberes e práticas em saúde coletiva.

SUBJETIVIDADE E CORPOREIDADE C/H 68 (0857/I)

A dualidade corpo e psique (alma). Do pensamento grego, passando pela cultura cristã (sagrado/profano) até o discurso científico iluminista e a disciplinarização do corpo. Crítica à assimilação do corpo pelas tecnociências e captura da subjetividade.

TÉCNICAS DE ENTREVISTA PSICOLÓGICA C/H 68 (0858/I)

A entrevista psicológica: teoria e prática. Diferentes utilizações e abordagens da entrevista em Psicologia.

TÉCNICAS DE OBSERVAÇÃO PSICOLÓGICA C/H 68 (0859/I)

A observação em Psicologia: teoria e prática. A observação em diferentes contextos.

TÉCNICAS PROJETIVAS C/H 68 (0860/I)

Técnicas de avaliação psicológica: técnicas gráficas projetivas e técnicas projetivas na prática clínica.

TÓPICOS EM PSICOLOGIA DO TRABALHO C/H 68 (0861/I)

Estudos de tópicos de discussão em Psicologia do Trabalho

TÓPICOS ESPECIAIS EM PSICOLOGIA CLÍNICA C/H 68 (0217/I)

Estudos de tópicos de discussão na área da Psicologia Clínica.

TÓPICOS ESPECIAIS EM PSICOLOGIA ESCOLAR C/H 68 (0219/I)

Estudos de tópicos de discussão em Psicologia Escolar.

ÊNFASE EM SAÚDE E PROCESSOS CLÍNICOS

S E R.	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORARIA							
		SEMANAL				ANUAL	SEMESTRE		MOD.
		TEOR.	TEOR/ PRAT.	PRAT.	TOTAL		1°	2°	
4ª	Grupos de Atendimento e Promoção da Saúde	4			4			68	
	Orientação e Aconselhamento Psicológico	4			4			68	
	Psicologia e Saúde Pública	4			4			68	
5ª	Formação Profissional na Ênfase Saúde e Processos Clínicos			12	12	408			
	Formação Profissional Básica em Psic. e Educação			9	9	306			
	Formação Profissional Básica em Psic. e Trabalho			9	9	306			

ÊNFASE EM EDUCAÇÃO

S E R.	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORARIA							
		SEMANAL				ANUAL	SEMESTRE		MOD.
		TEOR.	TEOR/ PRAT.	PRAT.	TOTAL		1°	2°	
4ª	A Psicologia, a Escola e os Desafios Atuais	4			4			68	
	Possibilidades de Intervenção da Psicologia no Desenvolvimento de Habilidades de Leitura, Escrita e Matemática	4			4			68	
	Tópicos em Educação Especial	4			4			68	
5ª	Formação Profissional na Ênfase. Educação			12	12	408			
	Formação Profissional Básica em Psic., Saúde e Processos Clínicos			9	9	306			
	Formação Profissional Básica em Psic. e Trabalho			9	9	306			

ÊNFASE EM TRABALHO

S E R.	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORARIA							
		SEMANAL				ANUAL	SEMESTRE		MOD.
		TEOR.	TEOR/ PRAT.	PRAT.	TOTAL		1°	2°	
4ª	Psicologia do Trabalho e Processos Sociais	4			4			68	
	Saúde Mental e Trabalho	4			4			68	
	Subjetividade e Intersubjetividade nas Relações de Trabalho	4			4			68	
5ª	Formação Profissional na Ênfase Trabalho			12	12	408			
	Formação Profissional Básica em Psicologia., Saúde e Processos Clínicos			9	9	306			
	Formação Profissional Básica em Psicologia. e Educação			9	9	306			

ROL DE DISCIPLINAS OPTATIVAS		
História da Psicanálise	Psicologia Jurídica	Fisiologia do Comportamento
Historia da Infância e da Família	Psicologia Hospitalar	Introdução a Libras – Língua Brasileira de Sinais
Teorias e Técnicas Analítico-Comportamentais	Fundamentos Filosóficos da Análise do Comportamento	Teorias e Técnicas de Psicoterapia Analítica
Escuta e Acolhimento na Relação Interpessoal	Teorias e Técnicas Fenomenológico-existenciais	Terapia Familiar: Abordagem Sistêmica
Psicologia Social Comunitária	Psicologia da Gestalt	Fundamentos de Neuropsicologia
Fundamentos da Periodização do Desenvolvimento na Psicologia Histórico-cultural.	Orientação Profissional: Fundamentos e Aplicação no Campo Educacional	Fundamentos da Clínica e Processos de Subjetivação na Contemporaneidade
Psicologia, Artes e Processos Criativos	Psicodrama: Fundamentos e Aplicação no Campo Educacional	Análise do Comportamento e Educação
Psicologia e Assistência Social	Teorias e Técnicas Psicanalíticas	Psicanálise e Contemporaneidade
Constituição Personalidade na Abordagem da Psicologia Histórico-Cultural	Saúde Mental Infanto-juvenil no Modelo da Atenção Psicossocial	Transdisciplinaridade e Análise do Comportamento

Obs: As disciplinas Optativas poderão ser ofertadas no primeiro ou no segundo semestre das series respectivas onde estão alocadas.

EMENTAS E OBJETIVOS DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

A PSICOLOGIA, A ESCOLA E OS DESAFIOS ATUAIS

Ementa: Demandas atuais na área da educação e a atuação do psicólogo escolar. (Res. 107/11- CI/CCH)

Objetivos: Compreender os desafios atuais da educação. (Res. 107/11-CI/CCH)

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E EDUCAÇÃO

Ementa: Contribuições do referencial da Análise do Comportamento para a Educação: subsídios teóricos e práticos. (Res. 107/11-CI/CCH)

Objetivos: Apresentar as contribuições da Análise do Comportamento para a Educação; estudar os conceitos de ensino e Aprendizagem, enfocando as proposições de Skinner; Identificar estudos práticos de aplicabilidade no contexto escolar; Contextualizar a atuação do professor junto aos alunos, na proposta Skinneriana de ensino; Articular a atuação do Psicólogo na Escola, na perspectiva da Análise do Comportamento. (Res. 107/11-CI/CCH)

ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO

Ementa: Constituição histórica e princípios da análise experimental do comportamento. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Conhecer os fundamentos do modelo comportamental de ciência e do método experimental. Compreender os postulados históricos e epistemológicos da análise experimental do comportamento. Desenvolver a criticidade sobre questões éticas da experimentação na psicologia. (Res. 107/11-CI/CCH)

ANATOMIA DO SISTEMA NERVOSO

Ementa: As estruturas anatômicas do sistema nervoso. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Compreender a estrutura do sistema nervoso, a partir dos subsídios neuro-anatômicos. Visualizar e compreender a estrutura dos sistemas sensoriais, motor e límbico. (Res. 179/06- CEP)

ANTROPOLOGIA CULTURAL

Ementa: Estudo antropológico das relações socioculturais, de gênero, cognitivas e das representações simbólicas. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Apresentar os conceitos básicos e a metodologia de trabalho da antropologia. Proporcionar ao aluno um conhecimento geral sobre as relações entre sociedade e sistemas culturais. (Res. 179/06-CEP)

AVALIAÇÃO E PROCESSOS DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA I

Ementa: Teoria, método e aplicação dos testes de avaliação psicológica, psicométricos e projetivos no processo diagnóstico do adulto. (Res. 043/2008-CI/CCH)

Objetivos: Fornecer ao aluno subsídios teórico-metodológicos para a realização de psicodiagnósticos em adultos. (Res. 043/2008-CI/CCH)

AVALIAÇÃO E PROCESSOS DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA II

Ementa: Teoria e prática de técnicas e testes do processo psicodiagnóstico com crianças e técnicas psicoterápicas de referencial psicanalítico com crianças e adolescentes. (Res. 107/11- CI/CCH)

Objetivos: Compreender o embasamento teórico-metodológico para a realização de psicodiagnóstico com crianças e psicoterapia de referencial psicanalítico com crianças e adolescentes. (Res. 107/11-CI/CCH)

AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL EM CONTEXTO ESCOLAR

Ementa: O processo de avaliação psicoeducacional tendo como base a análise da queixa escolar e encaminhamentos para a prática pedagógica. (Res. 157/10-CI/CCH)

Objetivos: Compreender os aspectos teóricos e metodológicos para a realização da avaliação psicoeducacional. Elaborar relatório. Propor encaminhamentos nas diversas esferas: escolar, familiar, entre outras. (Res. 107/11-CI/CCH)

CONSTITUIÇÃO DA PERSONALIDADE SOB A ABORDAGEM DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Ementa: A personalidade na perspectiva histórico-cultural, como neoformação oriunda da unidade atividade e consciência humana. Implicações político-ideológicas na formação e interação da personalidade no contexto sócio-histórico. (Res. 107/11-CI/CCH)

Objetivo: Conhecer os determinantes da personalidade e suas relações de interdependência dialética; Compreender os aspectos dialéticos e estruturais da personalidade; Analisar criticamente a natureza do estudo da personalidade na Psicologia e as principais bases epistemológicas e filosóficas; Problematicar as implicações político ideológicas das relações formativas da personalidade no contexto histórico atual; Compreender a formação da personalidade e adoecimento psíquico para a Psicologia Histórico-Cultural. (Res. 107/11-CI/CCH)

EPISTEMOLOGIA E HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

Ementa: Análise epistemológica e histórica das ideias psicológicas e das principais teorias e sistemas psicológicos. (Res. 157/10-CI/CCH)

Objetivo: Apresentar subsídios ao aluno para a compreensão da história da psicologia, a partir da discussão das influências filosófica, científica, econômica e sociológica no contexto do surgimento das primeiras formulações científicas e no desenvolvimento do conhecimento e da prática em psicologia. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

ESCUITA E ACOLHIMENTO NA RELAÇÃO INTERPESSOAL

Ementa: Os fundamentos teóricos e práticos da escuta e do acolhimento no atendimento à saúde.

(Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Propiciar o desenvolvimento da escuta e do acolhimento na relação interpessoal na saúde. *(Res. 179/06-CEP)*

ESTATÍSTICA

Ementa: Distribuição de frequência. Medidas estatísticas. Distribuições amostrais. Intervalos de confiança e teste de hipóteses paramétricas. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Proporcionar ao aluno do Curso de Graduação em Psicologia o conhecimento de conceitos básicos de estatística descritiva e inferencial, visando o embasamento para análise de dados. *(Res. 179/06-CEP)*

ÉTICA PROFISSIONAL

Ementa: Estudo da ética em uma perspectiva histórica e filosófica. Análise da formação e da profissão do psicólogo e de sua ética profissional específica, regulamentação da profissão, relações do psicólogo com a sociedade, aspectos éticos na pesquisa psicológica e no exercício profissional. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Possibilitar ao aluno, por meio da reflexão histórica e filosófica sobre questões éticas e questões postas no código de ética, condições de avaliar sua responsabilidade como profissional. *(Res. 179/06-CEP)*

FENÔMENOS DA COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DO TRABALHO

Ementa: Os fenômenos de comunicação formal e informal nas relações de trabalho. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Compreender o poder das redes de comunicação formal e informal. Conhecer as implicações do processo de comunicação na saúde física e mental dos trabalhadores. *(Res. 179/06-CEP)*

FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

Ementa: A filosofia do período moderno e contemporâneo e suas influências sobre o desenvolvimento da Psicologia. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Conduzir o aluno a uma reflexão sobre as bases que sustentam a Psicologia, por meio da exposição e discussão de conceitos filosóficos. *(Res. 179/06-CEP)*

FISIOLOGIA DO COMPORTAMENTO

Ementa: Estudos avançados dos mecanismos neuroendócrinos dos estados da consciência, das desordens afetivas e seus reflexos sobre o funcionamento do organismo como um todo. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Compreender as inter-relações entre o funcionamento dos sistemas de controle – nervoso e endócrino – e as manifestações afetivas e psicossomáticas. *(Res. 179/06-CEP)*

FISIOLOGIA DO SISTEMA NERVOSO

Ementa: A fisiologia do sistema nervoso. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Estudar as principais funções do sistema nervoso desempenhadas pelo sistema sensorial, sistema motor, sistema nervoso autônomo, sistema límbico e a relação entre estes sistemas necessária para a emissão de comportamentos, dos mais simples aos mais complexos. *(Res. 179/06-CEP)*

FORMAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

Ementa: Análises de pressupostos teórico-metodológicos e prática institucional de atividades de intervenção em Psicologia na Educação. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

Objetivos: Apresentar reflexões sobre a função da educação no contexto da realidade atual e sua relação com a atuação da psicologia em instituições educacionais. -Analisar conceitos e desafios atuais de aprendizagem e comportamento, refletindo sobre as formas de enfrentamento. -Tornar o aluno apto ao exercício da profissão proporcionando a vivência no setor da educação oportunizando-lhe a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso. *(Res. 107/11- CI/CCH)*

FORMAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA EM PSICOLOGIA E TRABALHO

Ementa: Desenvolvimento de praxis direcionadas às demandas do local no qual serão realizadas as intervenções, respeitando suas especificidades e singularidades. *(Res. 043/2008-CI/CCH)*

Objetivos: Fornecer subsídios teórico-metodológicos para que o aluno possa diagnosticar fenômenos psicológicos, bem como planejar, desenvolver e avaliar intervenções em contextos de trabalho. *(Res. 043/2008-CI/CCH)*

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA, SAÚDE E PROCESSOS CLÍNICOS

Ementa: Acompanhamento sistemático das intervenções em psicologia clínica, considerando a reflexão e integração entre a teoria e a prática, necessária à atuação do psicólogo clínico na saúde, compreendendo vivências de triagens, psicodiagnóstico, aconselhamento e psicoterapia breve. *(Res. 043/2008-CI/CCH)*

Objetivos: Oportunizar ao aluno formação profissional em psicologia clínica, fornecendo subsídios teórico-metodológicos e práticos para a realização de intervenções clínicas na saúde, instrumentalizando-o para a prática de triagens, psicodiagnóstico, aconselhamento e psicoterapia breve. *(Res. 043/2008-CI/CCH)*

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÊNFASE EDUCAÇÃO

Ementa: Análise dos pressupostos teórico-metodológicos e prática institucional de atividades de intervenção em Psicologia na Educação. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

Objetivos: Apresentar reflexões sobre a função da educação no contexto da realidade atual e sua relação com a atuação da psicologia em instituições educacionais. - Expor fundamentos teóricos das diretrizes curriculares, das políticas educacionais e suas implicações para a prática do psicólogo. -Analisar conceitos e desafios atuais de aprendizagem e comportamento, refletindo sobre as formas de enfrentamento. -Oportunizar ao aluno o exercício da profissão, proporcionando a vivência no setor da educação, aprofundando na aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÊNFASE TRABALHO

Ementa: Desenvolvimento de praxis direcionadas às demandas do local no qual serão realizadas as intervenções, respeitando suas especificidades e singularidades, ampliadas por produção de conhecimento pertinente. *(Res. 043/2008-CI/CCH)*

Objetivos: Fornecer subsídios teórico-metodológicos para que o aluno possa diagnosticar fenômenos psicológicos, bem como planejar, desenvolver e avaliar intervenções em contextos de trabalho. *(Res. 043/2008-CI/CCH)*

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÊNFASE SAÚDE E PROCESSOS CLÍNICOS

Ementa: Formação e vivência profissional em psicologia clínica, por meio do acompanhamento sistemático das intervenções psicoterápicas na saúde, visando à reflexão e integração entre a teoria e a prática, no atendimento a crianças, a adolescentes, a adultos, a famílias e a grupos. *(Res. 043/2008-CI/CCH)*

Objetivos: Oportunizar ao aluno formação profissional em psicologia clínica, fornecendo subsídios teórico-metodológicos e práticos para a realização de intervenções clínicas na saúde, instrumentalizando-o para o exercício da profissão de psicólogo clínico. *(Res. 043/2008-CI/CCH)*

FUNDAMENTOS DA FENOMENOLOGIA E DO EXISTENCIALISMO

Ementa: Estudo dos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da psicologia de abordagem fenomenológica-existencial. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Proporcionar ao aluno o conhecimento dos pressupostos filosóficos que fundamentam a Psicologia Fenomenológico-existencial, assim como sua metodologia, principais representantes e conceitos. *(Res. 179/06-CEP)*

FUNDAMENTOS DA PERIODIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Ementa: A periodização do desenvolvimento humano na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

Objetivos: Apresentar as bases para compreensão do desenvolvimento humano para a Psicologia Histórico-Cultural; -Compreender o problema da periodização do desenvolvimento psíquico; -Conhecer a perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil e suas implicações para a prática pedagógica. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

FUNDAMENTOS DE NEUROPSICOLOGIA

Ementa: Partindo da Psicologia Histórico-Cultural, fundamentalmente os estudos em neuropsicologia e neurolinguística de Lúria, abordar-se-á como se constituem as funções corticais

superiores no homem, propiciando encaminhamentos tanto em termos de habilitação (desenvolvimento funcional) quanto de reabilitação no caso de perdas por lesões corticais. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

Objetivos: Compreender as relações cérebro e comportamento a partir da neuropsicologia de A.

R. Lúria; - Realizar a crítica em relação à naturalização das funções psicológicas feita pela neuropsicologia moderna, desenvolvida nos EUA e suas consequências para a educação; - Demonstrar a ligação entre a neuropsicologia de Lúria e a Psicologia Histórico-Cultural; - Criar estratégias para o trabalho de habilitação ou desenvolvimento funcional, bem como de reabilitação em indivíduos com danos orgânicos. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Ementa: Bases epistemológicas e históricas da Análise do Comportamento. Discursos ontológico, epistemológico e ético na Análise do Comportamento. Behaviorismo Radical. (Res. 157/10-Ci/CCH)

Objetivos: Apresentar subsídios ao aluno para contextualização da Análise do Comportamento na história da psicologia, identificando diferentes influências filosóficas do Behaviorismo Radical, e discutindo questões ontológicas, epistemológicas e éticas nessa perspectiva. (Res. 157/10-Ci/CCH)

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E FILOSÓFICOS DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DO TRABALHO

Ementa: A evolução histórica da Psicologia no contexto do trabalho: os saberes e fazeres de cada fase/face. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Propiciar ao aluno a compreensão das bases filosóficas e teóricas presentes na historiografia da Psicologia no contexto do trabalho. (Res. 179/06-CEP)

GENÉTICA HUMANA

Ementa: Estudo da natureza, transmissão, expressão e alteração do material genético e suas relações com o desenvolvimento biológico. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Conhecer os métodos da genética nos estudos e tratamentos das doenças hereditárias que afetam o desenvolvimento normal. Relacionar os princípios da transmissão e expressão gênica com as atividades do profissional da área da Psicologia. (Res. 179/06-CEP)

GRUPO DE ATENDIMENTO E PROMOÇÃO DE SAÚDE

Ementa: Os fundamentos teóricos, o uso de técnicas grupais e possibilidades de interação do psicólogo na saúde. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Instrumentalizar o aluno com subsídios teórico-práticos na aplicação das técnicas de intervenção em grupo voltados à promoção da saúde. (Res. 179/06-CEP)

HISTÓRIA DA PSICANÁLISE

Ementa: Desenvolvimento, polêmicas, mudanças e problemas epistemológicos da teoria psicanalítica na obra de Freud e após sua morte em vários centros (países, instituições e grupos) de produção de conhecimento psicanalítico. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Propiciar ao aluno uma reflexão historicizante e epistemológica dos fundamentos da psicanálise até os dias atuais. (Res. 179/06-CEP)

HISTÓRIA DE INFÂNCIA E DA FAMÍLIA

Ementa: A historicidade das representações, sentimentos e atitudes sobre a infância e a família no ocidente. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Propiciar ao aluno a compreensão da historicidade das representações, sentimentos e atitudes sobre a infância e a família no ocidente, desde a Idade Média a Contemporânea. (Res. 179/06-CEP)

INICIAÇÃO À CIÊNCIA E À PESQUISA

Ementa: Ciência e conhecimento: bases metodológicas do conhecimento científico. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: O aluno deverá ser capaz de: 1) Definir o campo científico e sua normatividade. 2) Compreender a coerência e coesão dos textos científicos. 3) Elaborar texto de divulgação científica de acordo com as normas da ABNT. (Res. 179/06-CEP)

INTRODUÇÃO À LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Ementa: Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar no ensino de língua e literaturas da língua portuguesa. *(Res. 107/11- CI/CCH)*

Objetivos: Instrumentalizar os alunos para o estabelecimento de uma comunicação funcional com pessoas surdas; favorecer a inclusão da pessoa surda no contexto escolar; expandir o uso de LIBRAS legitimando-a como a segunda língua oficial do Brasil. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

INTRODUÇÃO À PESQUISA EM PSICOLOGIA

Ementa: A pesquisa em Psicologia: funções, pressupostos filosóficos e teóricos. Elementos componentes de um Projeto. Os principais métodos e técnicas, suas aplicações e limitações. A ética na pesquisa. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

Objetivos: Auxiliar o aluno a compreender: a importância e o papel das pesquisas científicas nas atividades profissionais dos psicólogos; a perspectiva e os limites práticos e éticos dos processos de pesquisa; as alternativas metodológicas e técnicas da Psicologia e as implicações da adoção das mesmas; as interações dos recursos teóricos e metodológicos na elaboração de projeto de pesquisa. *(Res. 157/10-CI-CCH)*

MODOS DE GESTÃO E CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Ementa: Os diversos modos de gestão relacionados ao trabalho e suas implicações na perspectiva teórico-metodológica do construcionismo social. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Compreender os diferentes modos de gestão relacionados ao trabalho na perspectiva teórico-metodológica do construcionismo social. Discutir as transformações e as adaptações dos processos produtivos. Relacionar as particularidades dos diferentes modos de gestão e suas implicações na prática do psicólogo do trabalho. *(Res. 179/06-CEP)*

ORIENTAÇÃO E ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO

Ementa: Os fundamentos teórico-práticos da orientação psicológica e do aconselhamento psicológico. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Instrumentalizar o aluno para a prática da orientação e do aconselhamento psicológico em diferentes campos de aplicação na saúde. *(Res. 179/06-CEP)*

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: FUNDAMENTOS E APLICAÇÃO NO CAMPO EDUCACIONAL

Ementa: Concepções de Orientação Profissional como uma intervenção psicológica, resgatando suas raízes históricas, concepções teóricas até a proposição de uma abordagem crítica no campo educacional. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

Objetivos: Resgatar o contexto histórico que propicia o surgimento do campo de Orientação Vocacional/Profissional em psicologia, apresentando brevemente as diversas concepções que embasam os trabalhos em Orientação Vocacional e/ou Profissional até o momento atual; Estabelecer as correlações entre o mundo do trabalho e a formação educacional, destacando suas contradições e implicações para a escolha profissional; Articular uma proposta de intervenção no campo da Orientação profissional em uma concepção crítica. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

PENSAMENTO E LINGUAGEM

Ementa: Análise dos conceitos, origem e desenvolvimento do pensamento e da linguagem e de suas funções na formação dos processos mentais. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Apresentar as diversas abordagens teóricas e suas divergências sobre o conceito, origem e desenvolvimento da linguagem. Compreender a função da linguagem, sua importância e a relação com o pensamento. *(Res. 179/06-CEP)*

POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa: Políticas públicas e as áreas de atuação do psicólogo. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Conhecer as políticas públicas relacionadas às áreas de atuação do psicólogo. Discutir o papel do psicólogo como agente transformador. Planejar projetos de intervenção institucional no contexto das políticas públicas. *(Res. 179/06-CEP)*

POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DA PSICOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE DEBILIDADES DE LEITURA, ESCRITA E MATEMÁTICA (Ênfase em Educação)

Ementa: O desenvolvimento da linguagem escrita e matemática em seus processos compreensivos e expressivos e as possibilidades de intervenção do psicólogo no campo da educação escolar. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

Objetivos: Estudar as principais teorias psicológicas que embasam os métodos de ensino da linguagem escrita e matemática como construtivismo, tendo como base Jean Piaget, Emília Ferreiro e Constance Kamii e a Psicologia Histórico-Cultural, tendo como base Luria, Vigotski e Leontiev. Analisar as implicações e propor estratégias de intervenção para a atuação docente e do psicólogo na escola frente aos problemas de leitura, escrita e matemática. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

PRÁTICA DE PESQUISA E PSICOLOGIA I

Ementa: Elaboração de projeto de pesquisa em Psicologia: escolha do tema, elaboração da fundamentação teórica, definição do problema, escolha do método e planejamento. *(Res. 157/10- CI/CCH)*

Objetivos: Proporcionar ao aluno o aprendizado das etapas do processo de elaboração de um projeto de pesquisa em psicologia. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

PRÁTICA DE PESQUISA E PSICOLOGIA II

Ementa: Execução de projeto de pesquisa em Psicologia: planejamento, coleta e análise de dados, apresentação de resultados e redação de relatórios de pesquisa. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

Objetivos: Proporcionar ao aluno o aprendizado das etapas do processo de elaboração de um projeto de pesquisa em psicologia. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

PRÁTICAS EM SAÚDE MENTAL EM PROCESSOS CLÍNICOS

Ementa: Diagnósticos e intervenções clínicas em saúde mental em instituições. *(Res. 157/10- CI/CCH)*

Objetivos: Fornecer ao aluno subsídios teórico-metodológicos para a realização das Práticas em Saúde Mental e Processos Clínicos. Propiciar ao aluno o conhecimento da política de saúde mental e suas implicações sócio-político-econômicas. *(Res. 166/12-CI/CCH)*

PRÁTICAS EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

Ementa: Diagnóstico e intervenções pontuais direcionadas a contextos institucionais. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

Objetivos: Fornecer ao aluno subsídios teórico-metodológicos para a realização das práticas em Psicologia Institucional; identificar demandas a fim de propor e realizar atividades em situação de grupo no contexto institucional. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

PROCESSOS GRUPAIS

Ementa: Análise de fenômenos grupais por meio de diferentes perspectivas teóricas. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Possibilitar o conhecimento necessário para compreender e intervir em diferentes situações grupais. *(Res. 179/06-CEP)*

PSICODRAMA: FUNDAMENTOS E APLICAÇÃO NO CAMPO EDUCACIONAL

Ementa: Vida e obra de J. L. Moreno, criador do Psicodrama, as influências, as Técnicas básicas, os métodos e principais postulados teóricos, voltado para as aplicações na área educativa e sócioeducativa. *(Res. 10711-CI/CCH)*

Objetivos: Compreender o período histórico que possibilitou o surgimento do Psicodrama como teoria e técnica; sistematizar os principais conceitos da abordagem psicodramática; Conhecer as técnicas psicodramáticas, o jogo dramático e suas aplicações no campo educacional. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

PSICOFARMACOLOGIA

Ementa: Generalidades e conceitos de Farmacocinética, de Farmacodinâmica, de Farmacologia do Sistema Nervoso Autônomo e do Sistema Nervoso Central. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Capacitar o aluno a compreender o mecanismo da ação terapêutica de medicamentos de ação periférica e/ou central, bem como seus efeitos colaterais e possíveis interações medicamentosas. Possibilitar por meio de aulas práticas oferecidas em forma de filmes, a visualização dos efeitos de diversos medicamentos administrados em animais experimentais. Possibilitar por meio do estudo de casos clínicos, uma integralização com a disciplina de Psicopatologia Geral, de forma a possibilitar ao aluno uma reflexão sobre os aspectos psicopatológicos e farmacoterapêutico de neuroses e psicoses. *(Res. 179/06-CEP)*

PSICOLOGIA, ARTES E PROCESSOS CRIATIVOS

Ementa: Arte, sua história e manifestações, como recurso para compreensão da constituição do psiquismo humano em diferentes épocas, e suas implicações para a educação no século XXI. Psicologia Histórico-Cultural e o homem como ser criativo: valorização da arte e das mediações sócio-históricas para o desenvolvimento dos processos criativos. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

Objetivos: Abordar a arte como um recurso privilegiado para compreensão do homem e da educação que ele realiza. Estudar a perspectiva vigotskiana de arte e de processos criativos, como contraposição à denúncia de esvaziamento do homem sob a pós-modernidade. Subsidiar a busca de alternativas que valorizem os processos criativos visando o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

PSICOLOGIA DA GESTALT

Ementa: Bases epistemológicas e históricas da Psicologia da Gestalt. Críticas da Psicologia da Gestalt às propostas psicológicas tradicionais. Interpretação gestáltica dos fenômenos psicológicos. Questões filosóficas tratadas gestalticamente. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

Objetivos: Fornecer subsídios ao aluno para situar a Psicologia da Gestalt na história da psicologia e da ciência em geral, discutindo questões epistemológicas e interpretando, com base nessa perspectiva, alguns fenômenos psicológicos. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Ementa: O desenvolvimento humano da etapa pré-natal à velhice, segundo as concepções maturacionista, psicanalítica e estudos atuais. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Compreender o desenvolvimento humano de forma integrada e a produção dos conhecimentos por meio de atividades práticas e de pesquisa. *(Res. 179/06-CEP)*

PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ementa: O trabalho do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): perspectivas comunitárias e interdisciplinares. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

Objetivos: Conhecer os aparelhos do SUAS; -Construir habilidades visando o trabalho interdisciplinar na assistência social; -Formar competências baseadas na perspectiva psicossocial de trabalho comunitário. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ementa: História da Educação Especial e Inclusiva. Deficiências e necessidades educacionais especiais. Desenvolvimento da pessoa com deficiência ou necessidades educacionais especiais e a relação com o processo ensino-aprendizagem. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

Objetivos: Apresentar os fundamentos históricos, filosóficos e legais da Educação Especial e Inclusiva; - Conhecer as condições diferenciadas do desenvolvimento humano, decorrentes de deficiências ou de apresentação de necessidades educacionais especiais, enfocando as origens/emergências, caracterização e alternativas de encaminhamento educacional; - Identificar as contribuições da Psicologia para a aprendizagem e o desenvolvimento de pessoas com deficiências ou necessidades educacionais especiais. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

PSICOLOGIA E SAÚDE PÚBLICA

Ementa: A história, os fundamentos e áreas de aplicação da Psicologia no contexto da Saúde Pública. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Promover ao aluno o conhecimento a respeito de saúde pública, seus elementos, finalidades e áreas de aplicação. Propiciar o conhecimento histórico da saúde e saúde mental no Brasil. Levar o aluno a refletir sobre as políticas de saúde e saúde mental no Brasil. *(Res. 179/06-CEP)*

PSICOLOGIA ESCOLAR E PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Ementa: História da Psicologia escolar e as possibilidades de atuação do psicólogo diante das diversas dimensões da escola com vistas ao processo ensino-aprendizagem. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

Objetivos: Compreender o papel do psicólogo na escola. Estabelecer relações entre a produção das queixas escolares, os processos psicológicos e os aspectos referentes ao ensino-aprendizagem. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

PSICOLOGIA GENÉTICA

Ementa: O desenvolvimento mental segundo a Psicologia Genética de Jean Piaget. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Compreender a psicologia genética como uma teoria do desenvolvimento. Compreender e aplicar o método clínico de investigação do conhecimento e do

desenvolvimento. Estabelecer relações entre epistemologia genética e a Psicologia Genética de Jean Piaget. *(Res. 179/06-CEP)*

PSICOLOGIA GERAL

Ementa: A Psicologia como ciência e profissão e seus temas básicos. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Propiciar subsídios ao aluno para compreensão da psicologia como ciência e profissão e seus temas básicos, por meio da perspectiva sócio-histórica da teoria do conhecimento, desde a idade moderna até a contemporaneidade. *(Res. 179/06-CEP)*

PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Ementa: Pressupostos filosóficos da Psicologia Histórico-cultural, compreensão da relação desenvolvimento-aprendizagem e seus desdobramentos pedagógicos. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

Objetivos: - Apresentar os fundamentos históricos e filosóficos da Psicologia Histórico-Cultural;

-Expor os conceitos principais referentes à relação desenvolvimento e aprendizagem; - Analisar as implicações da Psicologia Histórico-Cultural no processo ensino-aprendizagem referente a formação de conceitos; -Compreender a pré-história da linguagem escrita e matemática e possíveis encaminhamentos pedagógicos. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

PSICOLOGIA HOSPITALAR

Ementa: Breve histórico, áreas e formas de atuação da Psicologia hospitalar, abordando o tema da doença, do sofrimento e da morte na instituição, do processo saúde-doença no âmbito familiar nas relações humanas na área da saúde. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Caracterizar a Psicologia hospitalar a partir de sua evolução histórica. Destacar semelhanças e diferenças da estrutura física e social da instituição pública e privada de saúde. Identificar áreas e formas de atuação do profissional psicólogo em instituições hospitalares. Reconhecer os pontos divergentes entre a prática clínica e a institucional. Analisar o processo do adoecer numa visão integrada de ser humano (bio-psico-social e espiritual). Analisar, discutir e refletir sobre as reações e sentimentos do paciente, família e equipe de saúde diante do sofrimento e da morte. *(Res. 179/06-CEP)*

PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

Ementa: Análise institucional a partir de diferentes perspectivas teóricas. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Proporcionar ao aluno o desenvolvimento de uma leitura crítica das instituições. Instrumentalização teórica para intervenções institucionais. *(Res. 179/06-CEP)*

PSICOLOGIA JURÍDICA

Ementa: Aspectos teóricos, éticos e práticos da Psicologia no campo jurídico, abordando as diversas áreas de atuação do psicólogo junto à justiça. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Instrumentalizar os alunos de Psicologia, mediante subsídios teórico-práticos, para pesquisarem e atuarem nos diversos campos de trabalho ligados à área da Justiça. *(Res. 179/06-CEP)*

PSICOLOGIA NA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO

Ementa: Fundamentos teórico-filosóficos da atuação do psicólogo no campo da educação escolar. *(Res. 087/2009-CI/CCH)*

Objetivos: Estudar as perspectivas teórico-filosóficas que orientam as possibilidades metodológicas de intervenção do psicólogo no campo da educação escolar. *(Res. 087/2009-CI/CCH)*

PSICOLOGIA, ORGANIZAÇÕES E TRABALHO I

Ementa: Teoria, prática e análise crítica da atuação do profissional de Psicologia, voltada para as relações de trabalho. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Conhecer as teorias e práticas hegemônicas das fases/faces da Psicologia Industrial e Organizacional. Analisar criticamente a atuação do profissional de Psicologia focado nas fases/faces da Psicologia Industrial e Organizacional. *(Res. 179/06-CEP)*

PSICOLOGIA, ORGANIZAÇÕES E TRABALHO II

Ementa: Teoria, prática e análise crítica da atuação do profissional de Psicologia, voltada para a saúde mental e trabalho. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Conhecer as teorias e práticas hegemônicas das fases/faces da Psicologia do Trabalho. Analisar criticamente a atuação do profissional de Psicologia focado na fase/face da Psicologia do Trabalho. *(Res. 179/06-CEP)*

PSICOLOGIA SOCIAL

Ementa: Teorias, temas e perspectivas de aplicação clássicas e atuais da Psicologia Social. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Propiciar ao aluno a compreensão do desenvolvimento histórico da Psicologia Social, seus pressupostos teóricos, metodológicos, de modo a possibilitar perspectivas de atuação, a partir dos mesmos, frente à realidade. *(Res. 179/06-CEP)*

PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Ementa: Teorias, temas e perspectivas de aplicação clássicas e atuais da Psicologia Social. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Propiciar ao aluno a compreensão do desenvolvimento histórico da Psicologia Social, seus pressupostos teóricos, metodológicos, de modo a possibilitar perspectivas de atuação, a partir dos mesmos, frente à realidade. *(Res. 179/06-CEP)*

PSICOPATOLOGIA GERAL

Ementa: Os quadros nosológicos e as políticas de saúde mental, levando-se em consideração as dimensões bio-psico-sociais e as implicações sócio-político-econômicas. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Oportunizar ao aluno o conhecimento teórico dos diversos quadros psicopatológicos da política de saúde mental e suas implicações sócio-político-econômico. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

SAÚDE MENTAL E TRABALHO

Ementa: A saúde mental no contexto do trabalho na contemporaneidade, sob a perspectiva de diferentes abordagens teóricas. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Conhecer abordagens teóricas voltadas para a saúde mental nas relações de trabalho. Identificar métodos e técnicas de intervenções em saúde mental e trabalho, à luz de diferentes abordagens teóricas. *(Res. 179/06-CEP)*

SOCIOLOGIA GERAL

Ementa: Estudo da gênese e do desenvolvimento da sociedade capitalista enfatizando seu caráter histórico, suas contradições e as consequências destas sobre o mundo do trabalho. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Investigar as bases históricas do modo de produção capitalista. Destacar o papel do trabalho como protoforma da existência social. Avaliar os processos de alienação e de formação da subjetividade estranhada. Conhecer os mecanismos de construção ideológica. Municar os alunos de psicologia com elementos teóricos que permitam adensar sua prática acadêmica presente e sua atuação profissional futura. (Res. 179/06-CEP)

SUBJETIVIDADE E INTERSUBJETIVIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Ementa: A subjetividade e a intersubjetividade no contexto das relações de trabalho na contemporaneidade sob a perspectiva de diferentes abordagens teóricas. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Conhecer fundamentos teóricos da subjetividade e intersubjetividade. Identificar métodos e técnicas de intervenções nas relações de trabalho, focando a subjetividade e a intersubjetividade, à luz de diferentes abordagens teóricas. (Res. 179/06-CEP)

TEMAS ATUAIS EM PSICOLOGIA DO TRABALHO

Ementa: Teorias e métodos de intervenções psicológicas no contexto atual do trabalho. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Conhecer as principais teorias que fundamentam intervenções do psicólogo no contexto do trabalho. Conhecer os métodos decorrentes das respectivas teorias. Discutir a práxis do psicólogo no contexto do trabalho, enfatizando demandas atuais. (Res. 179/06-CEP)

TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E PSICOLOGIA DA APRENSIZAGEM

Ementa: História da educação e das tendências pedagógicas, caracterização da aprendizagem a partir de pressupostos epistemológicos e metodológicos das principais correntes da Psicologia da Aprendizagem. (Res. 157/10-CI/CCH)

Objetivo: Criar condições para que o aluno seja capaz de: conhecer as relações entre a história da educação, das tendências pedagógicas e os pressupostos epistemológicos das principais teorias de aprendizagem; identificar os vários tipos de aprendizagem e as condições para que ela ocorra; analisar criticamente as implicações sociais e aplicações das teorias estudadas. (Res. 157/10-CI/CCH)

TEORIA E TÉCNICAS FENOMENOLÓGICOS-EXISTENCIAIS

Ementa: O método fenomenológico e os fundamentos do existencialismo aplicados à psicoterapia. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Instrumentalizar o aluno para a utilização do método fenomenológico e análise compreensiva de base existencial na psicoterapia. (Res. 179/06-CEP)

TEORIA PSICANALÍTICA

Ementa: Conceitos fundamentais da teoria psicanalítica: Sigmund Freud e Melaine Klein. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Propiciar ao aluno os fundamentos da teoria psicanalítica segundo Sigmund Freud e Melaine Klein. (Res. 179/06-CEP)

TEORIAS E TÉCNICAS ANALÍTICO-COMPORTAMENTAIS

Ementa: Os pressupostos do behaviorismo radical e sua aplicabilidade psicoterapêutica. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Investigar as bases do comportamento humano e sua funcionalidade. Avaliar as técnicas respondentes e operantes aplicadas ao contexto clínico. Analisar as diferenças entre

comportamentos “normais” e “patológicos”. Generalizar os conceitos da pesquisa básica à atuação clínica (pesquisa aplicada). *(Res. 179/06-CEP)*

TEORIAS E TÉCNICAS DE PSICOTERAPIA ANALÍTICA

Ementa: Os fundamentos teóricos e técnicos da Psicologia Analítica. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Fornecer aos alunos subsídios teóricos e técnicos para a prática da Psicologia Analítica. *(Res. 179/06-CEP)*

TEORIAS E TÉCNICAS PSICANALÍTICAS

Ementa: Tópicos especiais da teoria clínica psicanalítica *(Res. 157/10-CI/CCH)*

Objetivos: Possibilitar ao aluno a compreensão da clínica na infância; Preparar o aluno para a prática da psicoterapia de referencial psicanalítico. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS I

Ementa: Os principais conceitos das teorias e das técnicas psicoterápicas. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Propiciar condições para que o aluno conheça as diversas teorias e técnicas psicoterápicas. *(Res. 179/06-CEP)*

TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ementa: As teorias e técnicas psicoterapêuticas numa perspectiva psicanalítica, com crianças e adolescentes. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

Objetivos: Possibilitar ao aluno a compreensão da psicodinâmica na infância e na adolescência. Preparar o aluno para a prática da psicoterapia de referencial psicanalítico. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS II

Ementa: Os principais conceitos das teorias e técnicas de psicoterapia breve. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Possibilitar ao aluno o conhecimento dos conceitos das teorias e técnicas psicoterápicas, na perspectiva breve, segundo o referencial psicanalítico. *(Res. 179/06-CEP)*

TERAPIA FAMILIAR: ABORDAGEM SISTÊMICA

Ementa: A terapia familiar de acordo com a abordagem sistêmica. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Oferecer aos alunos subsídios teórico-práticos sobre a terapia familiar sistêmica, considerando-se a inserção familiar no contexto cultural. Contribuir com a reflexão sobre a dinâmica relacional da família a partir do estudo dos fundamentos da Teoria Sistêmica e seus desenvolvimentos na área da Terapia Familiar. Propiciar aos alunos a análise das diferentes fases do ciclo vital, terapia de casal, divórcio, família pluricomposta, mitos e crenças familiares. *(Res. 179/06-CEP)*

TÓPICOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ementa: Intervenção do Psicólogo no atendimento educacional às pessoas com deficiências ou necessidades especiais. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

Objetivo: Instrumentalizar teórica e metodologicamente o aluno para atuação junto à Educação Especial e Inclusiva. -Debater sobre alternativas de intervenção do psicólogo junto ao atendimento educacional ofertado às pessoas com deficiência ou necessidades educacionais especiais, no plano institucional, em grupos e de forma individualizada, considerando os grupos de alunos, professores e famílias. *(Res. 107/11-CI/CCH)*

TÓPICOS ESPECIAIS EM PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Ementa: As contribuições da perspectiva histórico-cultural para compreensão do desenvolvimento do psiquismo humano. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Analisar a partir dos estudos da Neuropsicologia de Lúria, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Apresentar uma introdução geral do desenvolvimento do psiquismo humano a partir da teoria da atividade de Leontiev. *(Res. 179/06-CEP)*

ANEXO C

Matriz Curricular e ementário – C3

1ª Série

Cód	Nome	Of	Carga horária		
			Teór.	Prát.	Total
6PSI080	História da Psicologia	1S	60	-	60
6PAC078	Fundamentos do Comportamentalismo	1S	60	-	60
6PAC079	Psicologia Ciência e Profissão	1S	30	-	30
6PEP064	Processos Psicológicos Básicos	1S	60	-	60
6BIO087	Embriologia	1S	30	-	30
6BIO088	Genética Humana	1S	30	-	30
6SOC152	Antropologia	1S	60	-	60
6FIL130	Filosofia I	1S	30	-	30
6PSI081	Psicologia Social	2S	60	-	60
6PAC080	Análise Experimental do Comportamento I	2S	60	-	60
6PAC081	Metodologia de Pesquisa I	2S	60	-	60
6PEP065	Introdução a Psicanálise	2S	60	-	60
6MOR034	Neuroanatomia	2S	30	-	30
6BAV083	Etologia	2S	30	-	30
6FIL131	Filosofia II	2S	60	-	60
6SOC153	Sociologia I	2S	30	-	30
6CIF062	Neurofisiologia	2S	60	-	60
Total			810	-	810

2ª Série

Cód	Nome	Of	Carga horária		
			Teór.	Prát.	Total
6PSI082	Psicologia e Desenvolvimento Humano	1S	60	-	60
6PSI083	Metodologia Pesquisa II	1S	60	-	60
6PAC082	Análise Comportamental do Desenvolvimento e da Personalidade	1S	60	-	60
6PAC083	Análise Experimental do Comportamento II	1S	-	60	60
6PAC084	Psicologia Evolucionária	1S	30	-	30
6PEP066	Fundamentos de Psicanálise I	1S	60	-	60
6STA010	Estatística	1S	30	30	60
6SOC154	Sociologia II	1S	60	-	60
6PSI084	Psicologia do Trabalho e Organizacional	2S	60	-	60
6PSI085	Psicologia da Aprendizagem I	2S	30	-	30
6PSI086	Clínica do Social: Políticas e Subjetivação	2S	60	-	60
6PAC085	Neuropsicologia	2S	30	-	30
6PAC086	Análise do Comportamento Aplicada a Processos de Saúde	2S	60	-	60
6PEP067	Fundamentos de Psicanálise II	2S	60	-	60
6PEP068	Avaliação Psicológica I	2S	60	-	60
6CIF063	Neuroendocrinologia	2S	30	-	30
6CIF064	Farmacologia	2S	30	-	30
Total			780	90	870

3ª Série

Cód	Nome	Of	Carga horária		
			Teór.	Prát.	Total
6PSI087	Psicologia do Trabalho e Organizacional e Clínica do Trabalho	1S	60	-	60
6PSI088	Processos Grupais: Fundamentos Teóricos e Técnicas	1S	30	-	30
6PSI089	Psicologia da Aprendizagem II	1S	30	-	30
6PAC087	Ética Profissional	1S	30	-	30
6PAC088	Análise Comportamental dos Transtornos Psiquiátricos	1S	60	-	60
6PAC089	Análise do Comportamento Aplicada a Processos do Trabalho e Organizacionais	1S	30	-	30
6PEP069	Fundamentos Psicanálise III	1S	60	-	60
6PEP070	Avaliação Psicológica II	1S	60	-	60
6EST232	Estágio Básico	A	-	120	120
6PSI090	Psicologia e Políticas Públicas	2S	60	-	60
6PSI091	Psicologia Social, Grupos e Instituições	2S	30	-	30
6PSI092	Psicologia e Educação	2S	30	-	30
6PAC090	Análise do Comportamento Aplicada a Processos Educacionais	2S	30	-	30
6PAC091	Análise do Comportamento Aplicada a Processos Clínicos	2S	60	-	60
6PEP071	Fundamentos de Psicanálise IV	2S	60	-	60
6PEP072	Contribuições da Psicanálise à Psicopatologia	2S	60	-	60
	Total		690	120	810

4ª Série

Cód	Nome	Of	Carga horária		
			Teór.	Prát.	Total
6PSI093	Práticas do Psicólogo em Educação I	1S	30	30	60
6PSI094	Psicologia do Trabalho e Organizacional com Ênfase nas Organizações	1S	60	-	60
6PAC092	Intervenção Comportamental em Processos Clínicos	1S	60	-	60
6PAC093	Intervenção Comportamental em Processos Educacionais	1S	60	-	60
6PEP073	Clínica Psicanalítica I	1S	60	-	60
6PSI095	Práticas do Psicólogo em Educação II	2S	30	30	60
6PAC094	Intervenção Comportamental em Processos de Saúde	2S	60	-	60
6PAC095	Intervenção Comportamental em Processos do Trabalho e Organizacionais	2S	60	-	60
6PEP074	Clínica Psicanalítica II	2S	60	-	60
6PSI096	Diagnóstico e Intervenção Psicológica em Processos Organizacionais	2S	60	-	60
			540	60	600
6EST233	Estágio Específico de Ênfase Opção I	A	-	140	140
			540	200	740
6EST234	Estágio Específico de Ênfase Opção II	A	-	140	140
			540	340	880

5ª Série

Cód	Nome	Of	Carga horária		
			Teór.	Prát.	Total
6PSI097	Práticas Emergentes do Psicólogo Social	1S	60	-	60
6PEP075	Contribuições da Psicanálise a Psicologia da Saúde	1S	60	-	60
6PSI098	Saúde Mental e Saúde Coletiva	2S	60	-	60
			180	-	180
6EST235	Estágio Específico de Ênfase Opção I	A	-	370	370
			180	370	550
6EST236	Estágio Específico de Ênfase Opção II	A	-	370	370
			180	740	920

ANEXO IV DA RESOLUÇÃO CEPE/CA Nº 126/2018
EMENTÁRIO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS OBRIGATÓRIAS DO CURSO DE
PSICOLOGIA

1ª Série

6PSI080 História da Psicologia

A história da Psicologia em uma perspectiva política e social. Caracterização de paradigmas de ciência e suas repercussões na Psicologia. História das matrizes do pensamento psicológico. História da Psicologia no Brasil. Construção histórica do conhecimento em Psicologia e a interface com outras áreas de saber: interdisciplinaridade.

6PAC078 Fundamentos do Comportamentalismo

Influências filosóficas e científicas na constituição do Behaviorismo Radical. Diferenças entre o Behaviorismo Metodológico, Mediacional e Radical. Análise de diferentes modelos causais quanto à sua aplicabilidade ao Comportamentalismo. Análise do Comportamento na perspectiva do Pragmatismo e do Contextualismo: o método e a visão de homem.

6PAC079 Psicologia Ciência e Profissão

Ciência e senso-comum. A Psicologia como ciência e como profissão. Áreas de investigação e atuação na Psicologia.

6PEP064 Processos Psicológicos Básicos

Processos psicológicos básicos: sensação, percepção, estados de consciência, memória, atenção, inteligência, motivação, emoção e personalidade.

6BIO087 Embriologia

Ciclo menstrual e gametogênese. Estudo das quatro primeiras semanas da embriogênese humana. Destino dos folhetos germinativos. Características dos períodos embrionários e fetal. Anexos embrionários humanos. Teratologia.

6BIO088 Genética Humana

Introdução à genética e citogenética humanas. Aspectos genéticos da inteligência, do retardo mental e do comportamento. Aconselhamento genético. Noções de genética de população e evolução.

6SOC152 Antropologia

Fundamentos conceituais da antropologia. A antropologia no quadro das ciências sociais. O homem como ser bio-cultural. Diversas formas de existir socialmente. Educação das relações étnico-raciais.

6FIL130 Filosofia I

A atitude filosófica. O conhecimento e suas formas de manifestação. Principais correntes filosóficas modernas e contemporâneas.

6PSI081 Psicologia Social

Concepção de homem e de sociedade na Psicologia Social. Fundamentos epistemológicos da Psicologia Social na perspectiva do materialismo histórico. Categorias de análise da Psicologia Social: consciência, linguagem, alienação, ideologia, representação social e identidade. Diálogos entre Psicologia Social e o cotidiano.



6PAC080 Análise Experimental do Comportamento I

O comportamento e o contexto de interação. Comportamento operante: estrutura e função. Esquemas de reforçamento. Controle de estímulos: condicionamento pavloviano, discriminação e generalização de estímulos. Modelagem e aprendizagem. Controle de estímulos aversivos: esquiva, fuga e supressão condicionada. Discriminações condicionais e de contexto: formação de classes de estímulos equivalentes.

6PAC081 Metodologia de Pesquisa I

Modelos quantitativos - delineamentos experimentais e quase experimentais, de grupo e de caso único. Técnicas de observação e registro. Etapas do planejamento de pesquisa em Psicologia e elaboração de projetos de pesquisa. Procedimentos de divulgação do conhecimento científico.

6PEP065 Introdução a Psicanálise

Estudos pré-psicanalíticos. Freud e a fundação da psicanálise. O inconsciente e o recalque.

6MOR034 Neuroanatomia

Divisão anatômica do sistema nervoso; ato e arco reflexo, formação reticular; complexo hipófise-hipotálamo-hipocampo-adrenal; hemisférios cerebrais e áreas corticais; sistema límbico.

6BAV083 Etologia

Noções básicas dos determinantes biológicos do comportamento em vertebrados, enfatizando sua origem, filogenia e ontogenia em condições naturais. Princípios, definições e métodos.

6FIL131 Filosofia II

O nascimento da moderna epistemologia. Evolução histórica e desdobramentos na atualidade. Filosofia e Ciência.

6SOC153 Sociologia I

Semelhanças e diferenças entre Sociologia e Psicologia. Conceitos fundamentais da Sociologia que também são eixos teóricos da Psicologia. A peculiaridade da Ciência Social. Indivíduo, Sociedade e Meio Ambiente. Ação social, mudança social e conflito.

6CIF062 Neurofisiologia

Bioeletrogênese e neurotransmissão. Sistemas sensoriais. Funções motoras superiores. Sistema neurovegetativo. Sistema límbico e emoções. Linguagem. Mecanismos de memória. Ritmos biológicos. Sono e vigília.

2ª Série**6PSI082 Psicologia e Desenvolvimento Humano**

Teorias do desenvolvimento psicológico. Ontogênese com ênfase nas implicações psicológicas, biológicas, sociais e culturais.

6PSI083 Metodologia Pesquisa II

Métodos qualitativos de pesquisa: pesquisa-ação participante, pesquisa intervenção, etnografia, pesquisa no cotidiano, estudos de caso, pesquisa teórica, pesquisa histórica e pesquisa documental. Itinerário para elaboração de projetos de pesquisa em Psicologia com enfoque qualitativo. Ética em Pesquisa com seres humanos.

6PAC082 Análise Comportamental do Desenvolvimento e da Personalidade

Princípios básicos da Análise do Comportamento na aquisição e manutenção de repertórios comportamentais. O comportamento verbal e seu papel no desenvolvimento humano. Conceituação comportamental de personalidade: conceito de eu e de subjetividade. Repertórios comportamentais complexos. Comportamento simbólico: os modelos de equivalência de estímulos e a teoria das molduras relacionais. Contingências culturais: relações étnico-raciais.

6PAC083 Análise Experimental do Comportamento II

Pesquisa experimental envolvendo a aplicação dos princípios básicos na análise experimental do comportamento. A ética em pesquisa com animais.

6PAC084 Psicologia Evolucionária

Abordagem evolutiva do comportamento. Comparações entre humanos e outros grandes primatas. Abordagem evolutiva aplicada a processos comportamentais humanos.

6PEP066 Fundamentos de Psicanálise I

O aparelho psíquico: primeira e segunda tópicas.

6STA010 Estatística

Amostragem. Estatística descritiva. Noções de probabilidade. Testes de hipóteses paramétricos e não paramétricos. Análise de correlação e regressão linear. Aplicações de análise de dados em psicologia com uso de pacotes estatísticos livres.

6SOC154 Sociologia II

Indivíduo e Sociedade II. Tópicos contemporâneos de Sociologia. Relações étnico-raciais, históricas e cultura afro-brasileira. Indivíduo, coletividades e mundo globalizado. Novas formas de identidade. Trabalho, famílias e sociedade.

6PSI084 Psicologia do Trabalho e Organizacional

A história dos modos de organização do trabalho e as implicações para a saúde do trabalhador. Reflexões acerca dos sentidos do trabalho e emprego na contemporaneidade. A inserção do psicólogo no cotidiano das relações de trabalho.

6PSI085 Psicologia da Aprendizagem I

Conceitos e teorias da aprendizagem. O sujeito aprendente: aspectos psicológicos da aprendizagem. Temas Contemporâneos.

6PSI086 Clínica do Social: Políticas e Subjetivação

Construção social da clínica no cotidiano. Políticas de subjetivação: da sociedade disciplinar à sociedade de controle. O Sujeito na sociedade contemporânea: relações de poder, fragmentações e devires. Intervenções do psicólogo no campo socioclinico: macro e micropolítica no cotidiano.

6PAC085 Neuropsicologia

Introdução à neuropsicologia e seus métodos de avaliação e reabilitação. Funções executivas e os efeitos de lesões. Neuropsicologia dos transtornos no ciclo vital.

6PAC086 Análise do Comportamento Aplicada a Processos de Saúde

Estudo da relação entre comportamento, qualidade de vida e saúde: questões conceituais e metodológicas. A análise funcional do comportamento como estratégia de atuação no contexto da saúde. Análise do processo de aquisição, manutenção e alteração de classes comportamentais relevantes para a intervenção. Capacitação

humana em reabilitação, prevenção e promoção da saúde. Estratégias e instrumentos de avaliação comportamental.

6PEP067 Fundamentos de Psicanálise II

A constituição da subjetividade: Freud e a teoria da sexualidade.

6PEP068 Avaliação Psicológica I

Princípios científicos e psicométricos dos instrumentos de avaliação: validade, fidedignidade e normatização. Aspectos éticos implicados na avaliação psicológica. Instrumentos de avaliação psicológica de adultos e crianças. Ensino teórico e prático das técnicas de aplicação, correção e interpretação dos resultados. Elaboração de laudo.

6CIF063 Neuroendocrinologia

Ação hormonal. Hormônios neuro-hipofisários e adeno-hipofisários. Sistema Reprodutor. Comportamento parental. Crescimento e desenvolvimento. Estresse. Comportamento alimentar.

6CIF064 Farmacologia

Aspectos farmacocinéticos: aspectos medicamentosos e tóxicos. Farmacodinâmicos das drogas que agem no sistema nervoso autonômico e no sistema nervoso central. Psicofarmacologia

3ª Série

6PSI087 Psicologia do Trabalho e Organizacional e Clínica do Trabalho

A perspectiva clínica do trabalho. Conceitos, abordagens teórico-metodológico-técnicas, domínios de análise e de intervenção em Psicologia do Trabalho e Organizacional a partir do enfoque clínico do trabalho. Produção de conhecimento e aspectos éticos considerando a interface entre os processos de subjetivação, trabalho e saúde.

6PSI088 Processos Grupais: Fundamentos Teóricos e Técnicas

Conceituação de grupo. Teorias de compreensão dos grupos. Fundamentação teórica e técnica para a pesquisa e ação dos processos grupais.

6PSI089 Psicologia da Aprendizagem II

Processo de ensino - aprendizagem. Relação entre Ensino, Desenvolvimento e Aprendizagem. Fatores que concorrem para os processos de ensino e aprendizagem. Práticas pedagógicas na diversidade dos contextos de ensinar e aprender. Fracasso escolar e inclusão.

6PAC087 Ética Profissional

Ética e os fundamentos da ação moral. Imperativo categórico e utilitarismo. A transição do projeto moral para o projeto legal. Instrumentos de controle social. Deontologia e exercício profissional. Sigilo profissional. Princípios das responsabilidades objetiva e subjetiva.

6PAC088 Análise Comportamental dos Transtornos Psiquiátricos

Conceitos de normalidade. Principais transtornos: fatores de risco e de proteção, aspectos comportamentais, epidemiológicos, etiológicos e neurobiológicos. Análise e intervenção comportamental dos transtornos. Tratamentos baseados em evidências.



6PAC089 Análise do Comportamento Aplicada a Processos do Trabalho e Organizacionais

História da Análise do Comportamento aplicada às organizações. Avaliação de possibilidades e desafios da inserção do psicólogo em organizações de trabalho. A análise funcional do comportamento como estratégia de atuação nos contextos organizacionais. Intervenção no comportamento individual/desempenho. Produção de conhecimento em processos organizacionais e do trabalho.

6PEP069 Fundamentos Psicanálise III

O conceito de pulsão e seus desdobramentos.

6PEP070 Avaliação Psicológica II

Fundamentação dos princípios e conceitos das técnicas projetivas. Parâmetros de validade das técnicas para diferentes contextos, com ênfase na validade clínica. Instrumentos projetivos para a avaliação da personalidade de adultos e crianças. Ensino teórico e prático das técnicas de aplicação, correção e interpretação dos resultados. O processo psicodiagnóstico. Elaboração de laudo.

6EST232 Estágio Básico

Áreas de atuação do psicólogo. Identificação das demandas da sociedade contemporânea e características do mercado de trabalho. Conhecimento de processos de investigação científica e procedimentos utilizados na prática profissional. Integração de práticas sobre os saberes adquiridos no núcleo comum.

6PSI090 Psicologia e Políticas Públicas

Cidadania e Direitos Humanos. Aspectos conceituais, históricos e contemporâneos das políticas públicas no Brasil. Processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Atuação do psicólogo nas políticas públicas.

6PSI091 Psicologia Social, Grupos e Instituições

Indivíduo, grupo social e sociedade. Processos grupais, massa e multidão. Instituições sociais: pressupostos históricos e teóricos. Instituições e transformações sociais: família, prisão, trabalho e educação. Implicações para atuação socioclínica do psicólogo nas instituições. Diálogos entre Psicologia Social e Comunitária.

6PSI092 Psicologia e Educação

Retrospectiva histórica. Política educacional. Psicologia e Educação, Psicologia educacional e Psicologia escolar. Atuação do psicólogo em contextos formais, não formais e informais da Educação. Habilidades envolvidas na atuação do psicólogo escolar/educacional. A atuação do psicólogo escolar junto a outros profissionais.

6PAC090 Análise do Comportamento Aplicada a Processos Educacionais

Tecnologia do Ensino: aspectos históricos, metodológicos e conceituais. Processos de ensinar e aprender. Ensino Programado, Sistema Personalizado de Ensino e Programação de Ensino. Produção de conhecimento em processos educacionais.

6PAC091 Análise do Comportamento Aplicada a Processos Clínicos

História da Psicoterapia Comportamental. Procedimentos básicos que compõem o atendimento psicoterápico. A análise funcional do comportamento como estratégia de atuação no contexto clínico. Análise do processo de aquisição, manutenção e alteração de classes comportamentais relevantes para a intervenção nesse contexto. Estratégias e instrumentos de avaliação comportamental. Classes de comportamento relevantes para o repertório do terapeuta. Produção de conhecimento em processos clínicos.



6PEP071 Fundamentos de Psicanálise IV

Os desdobramentos da segunda tópica: o mal-estar e a civilização. Incidência da pulsão no laço social.

6PEP072 Contribuições da Psicanálise à Psicopatologia

Nosologia psiquiátrica. Nosologia psicanalítica. Diagnóstico estrutural.

4ª Série**6PSI093 Práticas do Psicólogo em Educação I**

Prática profissional do psicólogo em educação. Análise e Diagnóstico institucional e suas contribuições para a psicologia nos contextos educativos. Temas emergentes da prática do psicólogo em educação e suas diversidades .

6PSI094 Psicologia do Trabalho e Organizacional com Ênfase nas Organizações

Teorias organizacionais. Sistemas e estratégias organizacionais contemporâneas. A Psicologia Organizacional e do Trabalho e a Gestão de Pessoas. Processos de Gestão de Pessoas.

6PAC092 Intervenção Comportamental em Processos Clínicos

Avaliação e formulação de casos clínicos. Estratégias de atendimento para diferentes contextos clínicos e para diferentes segmentos da população. Diferentes modelos de intervenção em psicoterapia comportamental.

6PAC093 Intervenção Comportamental em Processos Educacionais

A análise funcional do comportamento como estratégia de atuação nos contextos educacionais. Análise do processo de aquisição, manutenção e alteração de classes comportamentais relevantes para a intervenção nesse contexto. Conceitos de deficiência, dificuldade e desvantagem. Inclusão escolar. Planejamento de intervenção. Estratégias e instrumentos de avaliação comportamental.

6PEP073 Clínica Psicanalítica I

Sobre o início do tratamento. Recomendações técnicas. Transferência.

6PSI095 Práticas do Psicólogo em Educação II

Concepções teórico-metodológicas que norteiam a prática profissional do psicólogo em educação. Temas e práticas emergentes em contextos educativos. Atuação do psicólogo em intervenções preventivas ou corretivas em contextos educativos.

6PAC094 Intervenção Comportamental em Processos de Saúde

Aplicação dos conhecimentos científicos sobre comportamento humano em ações de caráter de reabilitação, prevenção e de promoção da saúde. Principais tópicos e relações comportamentais estudados na pesquisa em saúde. Questões contemporâneas na área da saúde.

6PAC095 Intervenção Comportamental em Processos do Trabalho e Organizacionais

Análise comportamental de sistemas organizacionais. Atuação do psicólogo em nível organizacional e de processos. Planejamento de intervenção. Instrumentos de intervenção.

6PEP074 Clínica Psicanalítica II

O tratamento: a compulsão à repetição, interpretação, contribuição dos Pós-freudianos.

6PSI096 Diagnóstico e Intervenção Psicológica em Processos Organizacionais

Atuação do psicólogo nas organizações: campos e níveis de intervenção, competências e ética. Fenômenos, diagnóstico e intervenção da psicologia organizacional nos níveis individual, grupal, organizacional e ambiental. Campo, perspectivas e a produção de conhecimento em psicologia organizacional. Carreiras em psicologia organizacional.

6EST233 Estágio Específico de Ênfase Opção I

Ações do psicólogo em Processos Clínicos e Saúde. Diagnóstico, elaboração, planejamento e inserção na intervenção em Processos Clínicos e Saúde. Aspectos éticos da atuação do psicólogo em Processos Clínicos e Saúde.

6EST234 Estágio Específico de Ênfase Opção II

Ações do psicólogo em Processos Sociais e Institucionais. Diagnóstico, elaboração, planejamento e inserção nas intervenções em Processos Sociais e Institucionais. Aspectos éticos da atuação do psicólogo em Processos Sociais e Institucionais.

5ª Série**6PSI097 Práticas Emergentes do Psicólogo Social**

O social contemporâneo a partir de um olhar clínico. Investigação das práticas emergentes em Psicologia Social na interface com outros campos do conhecimento: arte, economia, ecologia, geografia e mídia.

6PEP075 Contribuições da Psicanálise a Psicologia da Saúde

O lugar da clínica psicanalítica no contexto da saúde. A demanda institucional e os dispositivos do tratamento psicanalítico. As diferentes modalidades clínicas e os distintos enquadres de intervenção no campo da saúde: nível primário, secundário e terciário. A inserção no trabalho em equipe interdisciplinar.

6PSI098 Saúde Mental e Saúde Coletiva

Constituição histórica e social do campo da saúde mental no Brasil. A saúde mental a partir dos paradigmas da Reforma Psiquiátrica e da Atenção Psicossocial. Diretrizes da atuação do psicólogo na saúde mental e coletiva. Políticas de saúde mental e suas relações com os movimentos sociais de trabalhadores, usuários e familiares da saúde mental. Produção de conhecimento em saúde mental e coletiva.

6EST235 Estágio Específico de Ênfase Opção I

Planejamento e execução de intervenções do psicólogo em Processos Clínicos e Saúde. Aspectos éticos da atuação do psicólogo em Processos Clínicos e Saúde.

6EST236 Estágio Específico de Ênfase Opção II

Planejamento e Intervenção do psicólogo em Processos Sociais e Institucionais em interseção com outras áreas. Aspectos éticos da atuação do psicólogo em Processos Sociais e Institucionais.

